



RELATÓRIO DE GESTÃO
E CONTAS 2015

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	03
2. Órgãos Sociais	06
3. Participações no Capital Social	09
4. Enquadramento Macroeconómico	10
4.1 Os Mercados Financeiros em 2015	
4.2. A Economia Portuguesa em 2015	
5. Síntese da atividade desenvolvida pelo BPG em 2015	23
6. Gestão Global de Riscos	36
7. Análise das Demonstrações Financeiras do Banco	43
8. Perspetivas da Atividade do BPG para 2016	49
9. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	52
10. Proposta de Aplicação de Resultados	52
11. Referências finais	52
12. Demonstrações Financeiras	54
13. Notas às Demonstrações Financeiras	60
14. Relatório sobre a estrutura e as práticas de governo societário	160
15. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	166
16. Certificação Legal de Contas	168

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

O ano de 2015 foi um período de transição em Portugal e na Europa. Se por um lado se assistiu a uma consolidação da recuperação económica, incluindo no nosso país, por outro lado não se deixou de acentuar a incerteza em vários domínios, como o político e o social.

No plano político, realizaram-se eleições em vários países, entre eles Portugal, que se traduziram de um modo geral em resultados penalizadores para os partidos do governo, levando à redefinição do rumo de condução de políticas económicas e fiscais e criando em alguns casos situações de impasse governativo.

Também o ambiente social na Europa e no mundo em geral se viu afetado por várias situações específicas e movimentos, desde a manutenção ou recrudescimento de conflitos armados até à crescente e mais visível ameaça terrorista. A crise dos refugiados, que se tornou mais presente no mundo ocidental a partir do Verão, veio também contribuir para o acentuar do sentimento de incerteza.

Na economia, assistiu-se a uma recuperação do crescimento na Europa e nos Estados Unidos, mas a uma contração em vários países em desenvolvimento e a um abrandamento na China. No caso concreto da Europa, a aceleração verificada em países como a Alemanha, França e Itália, apesar de superior à do ano anterior, não foi ainda suficientemente expressiva para suportar uma expansão generalizada dos níveis de confiança, fator crucial para um crescimento sustentado. O nível de dois dígitos da taxa de desemprego média que ainda se verifica na Europa é disso demonstrativo.

Os mercados financeiros, que espelham a saúde da economia e das empresas e a confiança dos investidores em geral, mas que também acabam por condicionar o sentimento dos próprios agentes económicos, registaram comportamentos instáveis. Os mercados acionistas alcançaram fortes ganhos nos primeiros meses do ano, com vários índices a atingirem máximos históricos, mas depois enfrentaram meses de correção e de forte volatilidade. Noutro campo, nos mercados da dívida, a descida sustentada das taxas de juro de obrigações soberanas de qualidade refletiu a procura de ativos com pouco risco por parte dos investidores, confirmando a existência de preocupação e receios relacionados com outras classes de ativos.

O próprio reforço da política de “*quantitative easing*” do Banco Central Europeu e de outros bancos centrais é um reconhecimento da debilidade da recuperação em curso e das ameaças que sobre ela pairam. Apesar deste forte estímulo ao relançamento económico, a que se junta a descida continuada do preço do petróleo e de outras matérias-primas, a transposição para um paradigma de crescimento económico robusto e sustentado, com uma natural pressão do crescimento dos preços, tarda em aparecer.

Portugal não foi alheio a estes ventos de mudança, tendo entrado num novo ciclo político em 2015. A economia nacional confirmou o seu crescimento, mas este manteve-se ainda aquém dos níveis pré-crise. Por outro lado, a evolução da dívida pública e do défice orçamental vieram confirmar a existência de fragilidades nessa recuperação.

Também o desempenho do setor bancário português em 2015 apresentou sinais díspares. Por um lado, o volume de depósitos aumentou, acentuando a tendência de recuperação da taxa de poupança, apesar do cenário de taxas de juro pouco apelativo. Por outro lado, o volume de crédito concedido diminuiu e o nível de crédito não produtivo manteve-se em valores bastante altos, fazendo subsistir a ideia de que a recuperação económica não está ainda definitivamente consolidada.

Verificou-se, portanto, ao longo do ano transato, um contexto de uma certa recuperação do setor acompanhada de sinais contraditórios e de casos extraordinários concretos particularmente impactantes. Assistiu-se a uma intensificação da concorrência entre os diversos *players*, o que, combinado com a descida marginal de taxas de juro, moderação do crescimento económico e elevado nível de crédito não produtivo, penalizou a margem financeira.

No plano individual, pode dizer-se que os bancos portugueses alcançaram desempenhos divergentes em 2015. Com base nos dados já disponíveis, constata-se que algumas instituições mantiveram a sua rota de melhoria de capacidade financeira e de rentabilidade, ao passo que outras apresentaram uma estagnação ou até retrocesso de recuperação destes indicadores.

Foi neste contexto de transição que o Banco Português de Gestão viu o seu produto bancário diminuir em 2015, refletindo a instabilidade dos mercados financeiros e o ajustamento da composição do seu ativo e das suas fontes de financiamento, o que foi no entanto parcialmente compensado pela redução acentuada dos custos operacionais. O forte reforço de provisões / imparidades realizado durante o ano foi determinante para a obtenção de um resultado negativo significativo para a dimensão do banco.

O reforço de provisões / imparidades deu-se essencialmente ao nível da carteira de crédito, incidindo sobre operações que já se encontravam no balanço do banco no início do ano. Incluiu também o provisionamento da parte restante (25%, correspondendo a

cerca de Eur 1,6 milhões) da exposição líquida do Banco num título de dívida de uma empresa do GES, que assim ficou com um valor contabilístico nulo.

Os resultados líquidos registados em 2015 espelham claramente o efeito desse esforço de reconhecimento de perdas na carteira de crédito e num ativo financeiro concreto. O seu impacto antecipado nos fundos próprios levou à realização de um aumento de capital, por entrada de dinheiro, de Eur 5 milhões, no mês de Dezembro, correspondendo a um reforço de fundos próprios ao nível do Tier 1. No início do ano, mais concretamente em Janeiro, já o banco havia realizado uma emissão de obrigações subordinadas a 8 anos, no montante de Eur 6,5 milhões, instrumento que reforçou também os fundos próprios, neste caso ao nível do Tier 2.

É à luz deste enquadramento de reconhecimento efetivo de perdas acompanhado de reforço dos fundos próprios, que podemos concentrar a nossa atenção e as nossas energias no crescimento e no desenvolvimento do negócio.

Sabendo as incertezas que pairam sobre a consolidação da recuperação económica do país e sobre a evolução do setor bancário, não deixamos de contar com os fatores que sempre temos tido como certos, já referidos noutras ocasiões e que aqui se relembram: o apoio dos acionistas e dos clientes ao Banco Português de Gestão e o empenho e qualidade de desempenho da generalidade dos quadros e colaboradores que o integram.

Estes são fatores essenciais para a execução da missão do Banco e para ir ao encontro dos interesses e objetivos de todos os agentes envolvidos no projeto, aí se incluindo, naturalmente na primeira linha, os senhores acionistas.

O Presidente do Conselho de Administração

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino

2. Órgãos Sociais

Os membros dos Órgãos Sociais foram eleitos em reunião da Assembleia Geral de Acionistas do Banco realizada em 29/03/2012 para um mandato de quatro anos, sendo a seguinte a composição atual:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Vasco Alexandre Vieira de Almeida

Vice-Presidente: Manuel dos Santos Almeida

Primeiro Secretário: Pedro Luís Amaral da Cunha

Segundo Secretário: Maria Luísa Dias da Silva Santos

Conselho de Administração

Presidente: Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino

Vice-Presidente: Mário José Brandão Ferreira
Emanuel Jorge Marques dos Santos (1)

Vogais: Guilherme Manuel Soares Bernardo Vaz
Luís António Gomes Moreno
Luís Miguel Nunes Barbosa
Paulo Jorge Santos Azenhas (2)

Notas:

(1) O Senhor Dr. Emanuel Jorge Marques dos Santos renunciou ao cargo de vice-presidente do Conselho de Administração, com efeitos a partir de 31/03/2015.

(2) O Senhor Dr. Paulo Jorge Santos Azenhas iniciou funções como vogal do Conselho de Administração, com efeitos a partir de 01/07/2015.

Órgão de Fiscalização

Conselho Fiscal

Presidente: Henrique Carlos de Medina Carreira

Membros efetivos: Carlos Reinaldo Pinheiro da Silva
Manuel Augusto Lopes de Lemos

Membro Suplente: Guilherme do Nascimento de Macedo Vilaverde

Revisor Oficial de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.”,
representada por António Alberto Henriques Assis,
ROC nº 815 ou Aurélio Adriano Rangel Amado, ROC
nº 1074

Conselho Estratégico

Presidente: Augusto Carlos Serra Ventura Mateus

Vogais: Francisco Luís Murteira Nabo

Guilherme do Nascimento de Macedo Vilaverde

Henrique Carlos de Medina Carreira

José Luís Gonçalves da Costa

Vítor José Melícias Lopes

Diretores e Principais Responsáveis

Direção Comercial – Tiago Sequeira e Maria João Sucena, Diretores

Direção de Contabilidade e Operações - Maria Filomena Oliveira, Diretora

Direção de Mercados Financeiros – João Folque, Diretor

Direção de Serviços Jurídicos – Maria Amália Almeida, Diretora

Direção de Sistemas de Informação – Maria Alexandra Antunes, Diretora

Auditor Interno – António Terras Gouveia

Risk Officer – Miguel Gomes dos Santos

Head of Compliance - Nuno Castelhanito

3. PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL SOCIAL

Participações Iguais ou Superiores a 2%

Acionistas com participações iguais ou superiores a 2% do Capital Social do BPG em 31/12/2015:

NOME	NÚMERO DE AÇÕES	% DE CAPITAL SOCIAL
FUNDAÇÃO ORIENTE	7.191.470	79,32%
STDP, SGPS SA	326.356	3,60%
FUNDAÇÃO STANLEY HO	263.894	2,91%
NOVO BANCO, SA	238.738	2,63%

Participação dos Membros dos Órgãos Sociais no Capital do BPG

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	AÇÕES			
	Detidas em 31/12/2014	Adquiridas em 2015	Alienadas em 2015	Detidas em 31/12/2015
CARLOS A. P. V. MONJARDINO	149.414	-	-	149.414

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

4.1. OS MERCADOS FINANCEIROS EM 2015

O ano de 2015 foi bastante atípico nos mercados financeiros, com um aumento considerável da volatilidade nas diferentes classes de ativos.

O primeiro semestre foi marcado por uma boa *performance* dos diferentes mercados (com exceção do segmento das matérias primas). A principal razão para esta evolução foi a continuação das políticas acomodativas dos principais bancos centrais, ao mesmo tempo que nos EUA diminuía as expectativas de um cenário agressivo de subida de taxas de juro e na Europa o BCE (Banco Central Europeu) iniciava um novo programa de compras alargado.

No segundo semestre de 2015, e apesar de uma melhoria dos sinais económicos nos países desenvolvidos, o sentimento de mercado deteriorou-se significativamente. Esta mudança foi acompanhada pelo aumento considerável da volatilidade nos diferentes mercados, destacando-se como principais causas a incerteza em relação à negociação entre o governo grego e os seus credores, os receios de um abrandamento económico na China, a ausência de pressões inflacionistas e a deterioração da conjuntura económica dos países emergentes, nomeadamente dos países exportadores de matérias-primas.

A própria atuação dos bancos centrais nos últimos meses do ano contribuiu para a instabilidade nos mercados. A decisão do FED (Federal Reserve System dos Estados Unidos da América), na reunião de setembro, em não subir as taxas de juro, assim como a ausência de medidas mais agressivas por parte do BCE na sua reunião de dezembro, desiludiram grande parte dos investidores, contribuindo para uma maior incerteza e volatilidade.

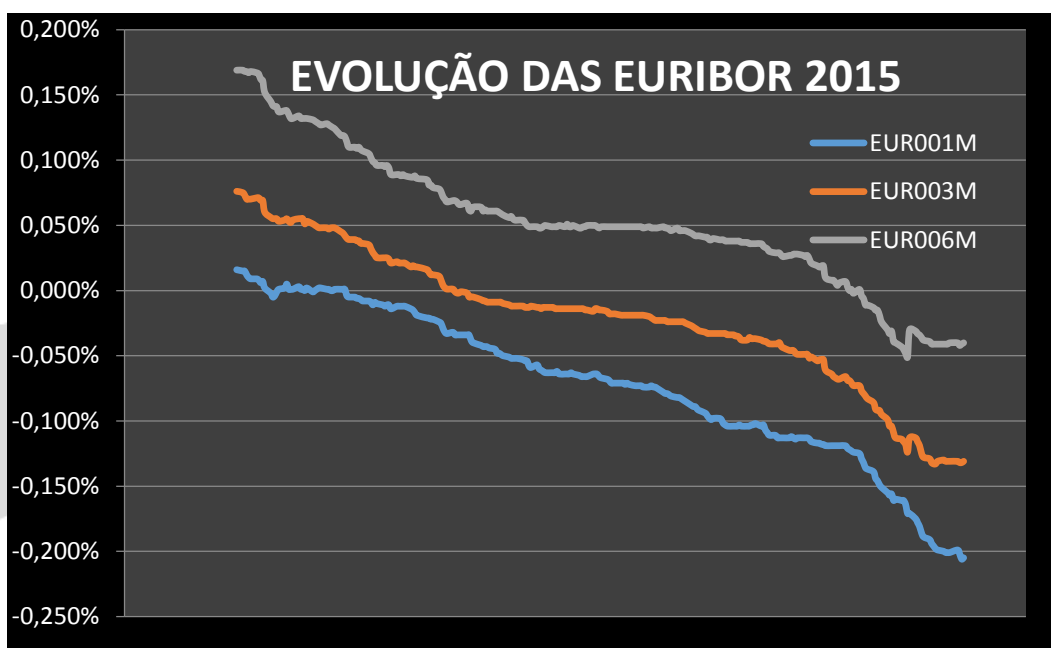
No final do ano, e pela primeira vez em 10 anos, o FED decidiu subir a sua taxa diretora em 25 pontos base (p.b.). Esta decisão provocou uma divergência incomum (nunca ocorrida desde o início do Euro em 1999) entre a política monetária do FED e a do seu homólogo europeu.

TAXA DE JURO

O ano de 2015 foi marcado por uma continuação da política monetária expansionista por parte do BCE. Já em 2014 havíamos observado um corte de 10 p.b. na “refi rate” para 0,05%. Esta taxa manteve-se inalterada durante todo o ano de 2015, observando-se apenas um corte na “deposit facility rate” em Dezembro, de -0,2% para -0,3%.

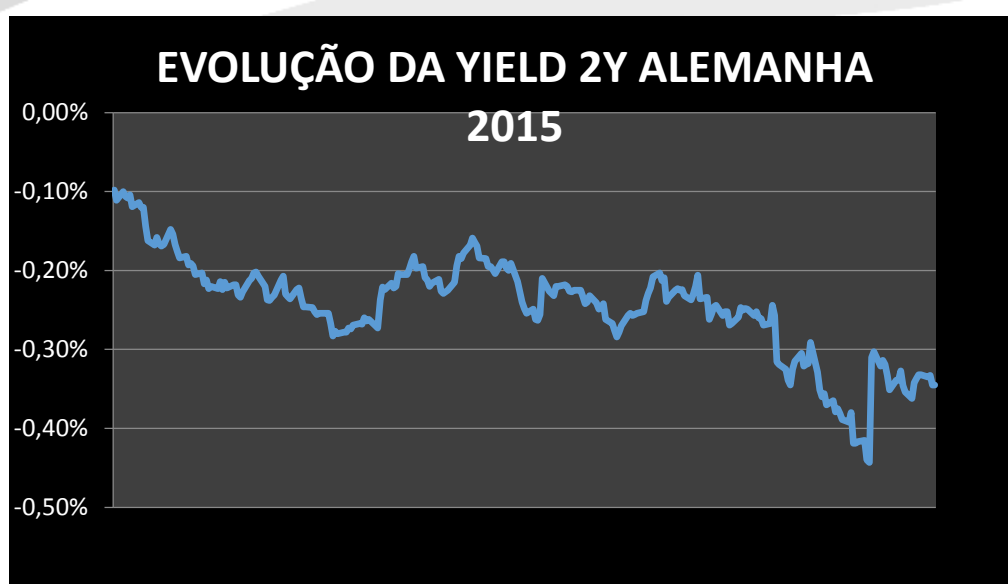
Em 2015, o BCE optou também por adotar políticas monetárias não convencionais. Em Janeiro lançou um programa de compra alargada de dívida soberana, mesmo já tendo em vigor um programa de compra de Covered bonds e Asset Backed Securities.

Perante o excesso de liquidez introduzido no mercado, observou-se uma queda nas taxas interbancárias da Zona Euro. Em 2015, e pela primeira vez na história, as taxas “Euribor”, nos prazos até 6 meses (inclusive), terminaram o ano com valores negativos.



Fonte: Bloomberg

Nos mercados de dívida pública, as *yields* alemãs continuaram a sua tendência de queda, nomeadamente nos prazos curtos e intermédios. A *yield* no prazo dos dois anos caiu 24,7 p.b., terminando o ano em -0,345%. No mês de dezembro atingiu mesmo o seu mínimo histórico de -0,443%. Um cenário semelhante observou-se também no prazo dos cinco anos. A *yield* dos 5 anos no início do ano caiu para valores negativos e fechou o ano em -0,045% (menos 12,5 p.b. face ao final de 2014).

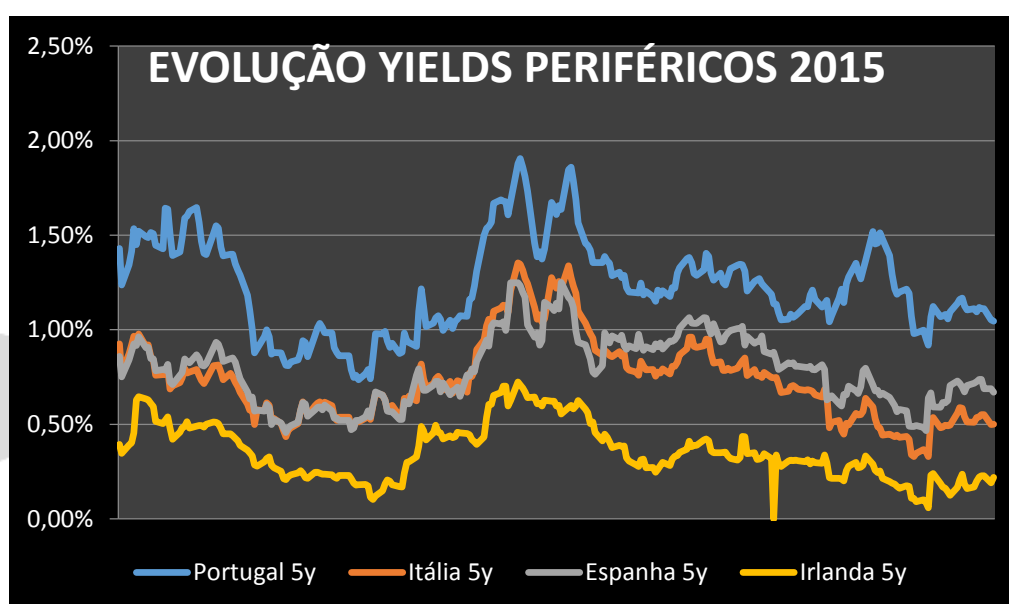


Fonte: Bloomberg

No prazo dos dez anos, o cenário foi o oposto. A *yield* a 10 anos terminou o ano em 0,629%, alargando 9 p.b. face ao início do ano. Mesmo com a ausência de pressões inflacionistas, observou-se uma maior inclinação da curva alemã (2y vs 10y) de cerca de 34 p.b. no final do ano. Este cenário deveu-se a alguma incerteza relacionada com a política monetária do BCE, que aumentou a perceção do risco de taxa de juro. Os investidores procuraram refúgio nos títulos de “*shorter duration*”, desinvestindo em títulos de “*longer duration*”.

Apesar de terem fechado em ligeira queda, as *yields* periféricas verificaram uma elevada volatilidade em 2015.

Impulsionados pelo programa de compras do BCE, os *spreads* periféricos estreitaram-se no primeiro trimestre do ano. Mesmo com a melhoria de alguns indicadores económicos e apesar da existência do programa de compras por parte do BCE, o segundo trimestre de 2015 registou mais incerteza. As dúvidas relacionadas com as negociações entre o novo governo grego e os seus credores provocaram um contágio significativo nas *yields* periféricas (por exemplo entre o mês de abril e o mês de junho, a *yield* portuguesa no prazo dos 5 anos subiu cerca de 117 p.b.).



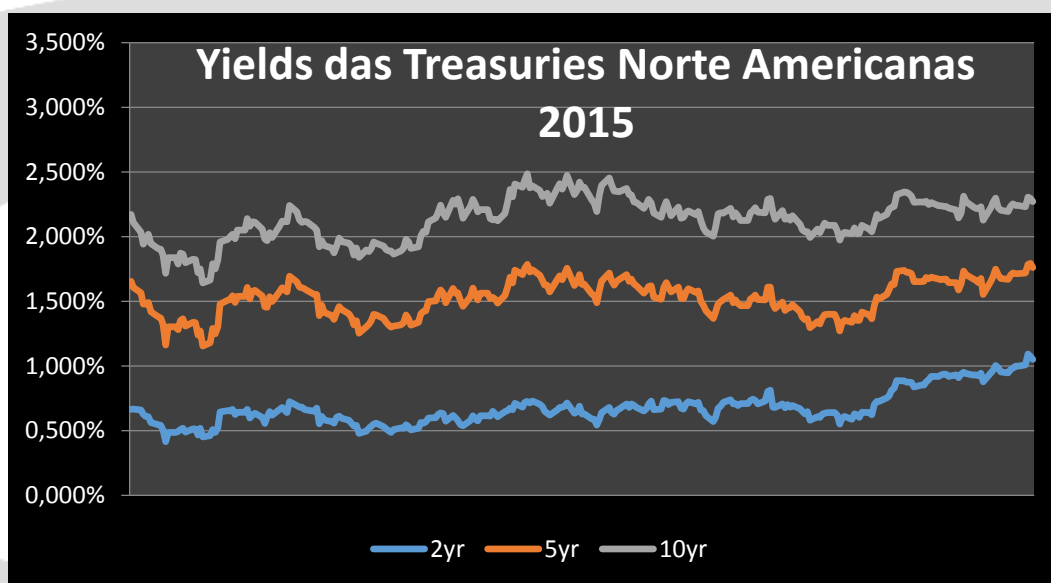
Fonte: Bloomberg

Com a obtenção de um acordo entre a Grécia e os seus credores e a atuação do BCE através de políticas monetárias não convencionais, registou-se uma redução das *yields* periféricas no último trimestre de 2015. Em Portugal e Espanha esta evolução não foi tão marcante pois a evolução das taxas de juro foi também condicionada por riscos políticos associados aos resultados eleitorais.

Nos EUA, a evolução das taxas de juro ficou marcada pela atuação do FED. No início do ano, as expectativas apontavam para uma baixa probabilidade de subida das taxas de juro. No primeiro trimestre observou-se um recuo das taxas de juro nos EUA. Nos 3 meses iniciais de 2015, as *yields* dos dois, cinco e dez anos recuavam 10,9 p.b., 28,3 p.b. e 24,8 p.b. respetivamente. Nos meses seguintes, esta situação veio a alterar-se, em parte devido à perceção dos investidores de um possível aumento da taxa de juro de

referência por parte do FED. Os dados do emprego e a retoma do crescimento económico sustentavam essa hipótese. Em Dezembro, o FED promove um aumento de 25 p.b. da sua taxa de referência, porém acompanhado de um discurso “*dovish*”.

No final do ano, a *yield* dos dois anos dos americanos (ancoradas ao aumento da taxa de juro), subiram cerca de 38,4 p.b. enquanto os 10 anos subiram 9,8 p.b. A curva de rendimentos americana terminava assim o ano de 2015 com um “*flattening*” de cerca de 30 b.p. face a 2014 (menor inclinação 2Y vs 10Y). Grande parte desta evolução deveu-se a pressões inflacionistas moderadas e a um receio do abrandamento da economia americana e mundial. Estes fatores impediram uma maior subida das taxas nos prazos com elevada maturidade.



Fonte: Bloomberg

AÇÕES

No ano de 2015, o mercado acionista apresentou oscilações significativas. Durante o primeiro semestre do ano, impulsionados pelas políticas expansionistas dos bancos centrais e por um aumento da atividade de M&A, alguns dos principais índices atingiram máximos históricos. Em abril de 2015, o DAX apresentava uma valorização desde o início do ano de 26,70% e o SPX chegou a atingir a marca histórica dos 2130 pontos.

O final do primeiro semestre ficou marcado por uma correção nos mercados acionistas, devido à situação política grega e às crescentes dúvidas relacionadas com a China.

O segundo semestre foi o mais sinuoso para os mercados acionistas. O contínuo adiamento de uma solução para o problema grego, os receios sobre uma conjuntura económica mundial desfavorável (nomeadamente nos mercados emergentes), a queda contínua dos preços do crude, a ausência de pressões inflacionista e o escândalo do grupo Volkswagen, provocaram um aumento de volatilidade nos índices acionistas. Uma parte significativa dos ganhos anuais acabou por ceder no último mês do ano.

Apesar de alguma turbulência em 2015, alguns índices terminaram o ano com performances positivas. O DAX valorizou cerca de 9,56%, o PSI20 10,70%. O IBEX terminou o ano em terreno negativo com uma desvalorização de 7,15% - o resultado das eleições em Espanha terá contribuído de forma significativa para este desfecho.



Fonte: Bloomberg

Os mercados emergentes continuaram a apresentar uma situação frágil. A queda do preço das matérias-primas (principalmente o preço do petróleo), a desvalorização contínua das suas divisas, a fuga de capitais e a desaceleração económica, tiveram um forte impacto na performance dos seus principais índices acionistas.

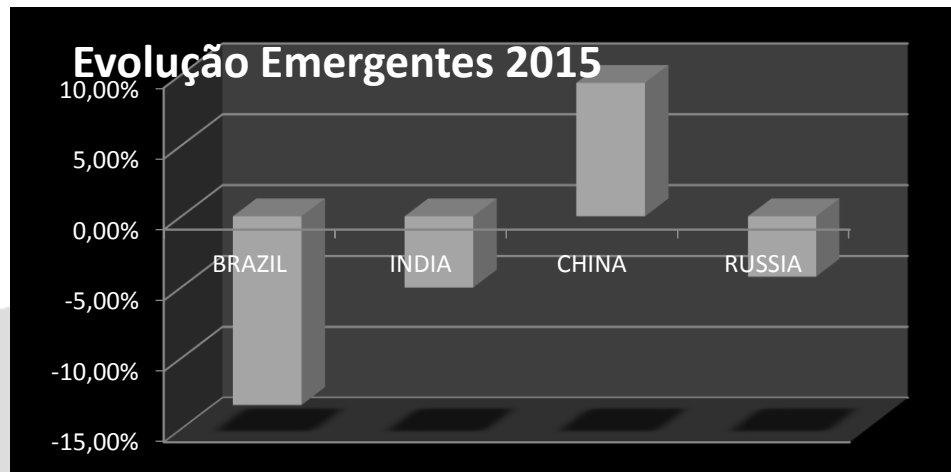
Na Rússia, a instabilidade geopolítica associada ao conflito com a Ucrânia prosseguiu em 2015, a que se veio juntar um aumento de tensão com a Turquia. Para a Rússia, o ano de 2015 foi também marcado negativamente pelas consequências das sanções económicas impostas pela União Europeia devido ao conflito com a Ucrânia. Perante este cenário, o principal índice acionista russo desvalorizou cerca de 4,5% em 2015.

No Brasil, o principal mercado acionista desvalorizou aproximadamente 13% em 2015. A economia brasileira sofreu uma deterioração considerável, tendo o PIB recuado 3,7% e o défice orçamental disparado para 8,2% do PIB. Sendo um país dependente das exportações de matérias-primas, nomeadamente petróleo, a queda destes preços contribuiu fortemente para este cenário.

Além dos problemas económicos, a situação política e social também se agravou em 2015. A possibilidade de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, assim como escândalos de corrupção da chamada operação “Lava-jato”, levaram à saída de grande número de investidores internacionais.

A China continuou numa situação delicada em 2015, em parte devido a desequilíbrios estruturais da sua economia. O mercado acionista, impulsionado pelas políticas expansionistas das autoridades chinesas, chegou a apresentar uma valorização de aproximadamente 60% em junho. Contudo, os receios de um abrandamento da economia (e de um possível “*hard landing*”), assim como a incapacidade das autoridades em dar resposta plena a muitos dos problemas do sistema financeiro, levou a que

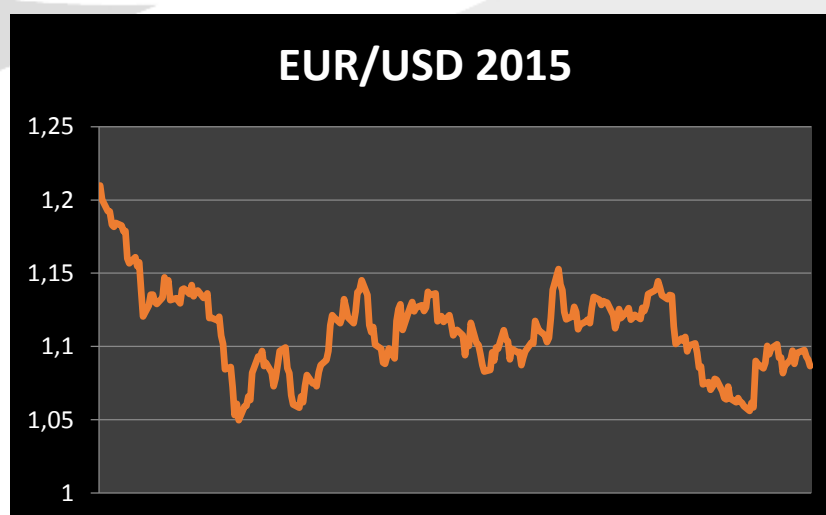
grande parte dos ganhos observados em junho se perdessem nos meses seguintes. O principal índice chinês terminou o ano com uma performance modesta de 9,15% face aos máximos observados no ano.



Fonte: Bloomberg

MERCADO CAMBIAL

Durante 2015, continuou a assistir-se a uma valorização do USD face à sua congénere europeia. Esta apreciação face ao Euro fixou-se em 11,35%. Nos meses de março e de novembro, o par EUR/USD chegou a fazer mínimos de 12 anos. As expectativas crescentes de um aumento da taxa de juro por parte do FED e as políticas expansionistas por parte do BCE estiveram na génese desta evolução.



Fonte: Bloomberg

No mês de janeiro o Banco Central Suíço (BNS) decidiu abandonar a decisão tomada três anos antes, que impunha um teto cambial de 1,2 francos suíços face ao euro. No dia em que o teto cambial foi removido o “cross” EUR/CHF desvalorizou cerca de 17,20%, terminando 2015 com uma desvalorização de 9,54%.

A valorização do USD ocorreu também contra outras moedas. O índice DXY valorizou em 2015 cerca de 9,26%, continuando a tendência favorável de valorização do USD registada em 2014.

Em 2015, importa ainda registar dois eventos relacionados com a moeda chinesa. Em agosto, as autoridades chinesas procederam à maior desvalorização da sua moeda nos últimos 20 anos – a desvalorização foi de 1,9% face ao dólar. No final de novembro, o Fundo Monetário Internacional decidiu incluir a moeda chinesa no seu cabaz de moedas.

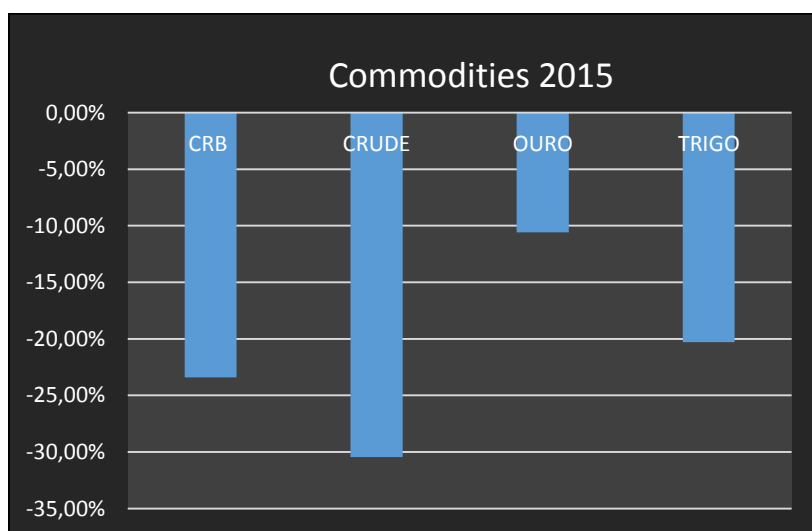
COMMODITIES

O mercado de matérias-primas acumulou em 2015 o seu quinto ano consecutivo de perdas. Desde 2010 e até ao final de 2015 o índice CBR registou uma desvalorização de aproximadamente 47,50%. No ano de 2015 a desvalorização do índice CRB foi de 23,40%.

A evolução do preço das matérias-primas foi condicionada por um excesso de oferta face a uma procura que se encontra estagnada nos países desenvolvidos e em grande parte dos países emergentes. Os receios em torno da evolução económica da China (maior consumidor mundial de matérias primas) contribuiu negativamente para a performance deste mercado.

Os preços das matérias-primas agrícolas sofreram quedas acentuadas durante o ano. Por exemplo, o preço do trigo deslizou mais de 20%. Em baixa moderada estiveram as chamadas “commodities” preciosas, como o caso do ouro que perdeu cerca de 11%.

O preço do crude continuou a trajetória descendente iniciada em 2014, desvalorizando cerca de 30,47%. Os principais motivos para esta evolução estão relacionados com excesso de oferta, dúvidas sobre as expectativas de crescimento económico (procura futura da matéria prima) e falta de acordo entre os países produtores de petróleo para uma diminuição da produção.



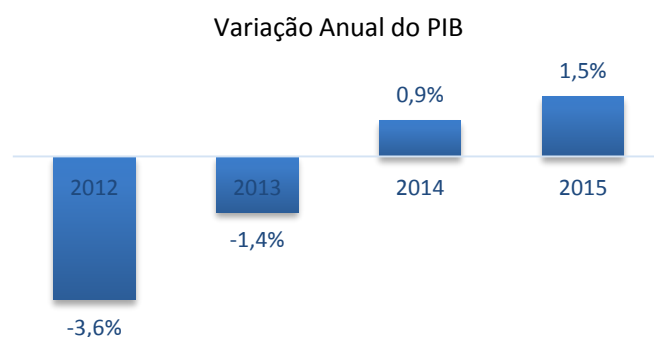
Fonte: Bloomberg

4.2. A ECONOMIA PORTUGUESA EM 2015

O ano de 2015, à semelhança do anterior, ficou marcado pelo esforço de consolidação orçamental e pelo processo de ajustamento da economia portuguesa.

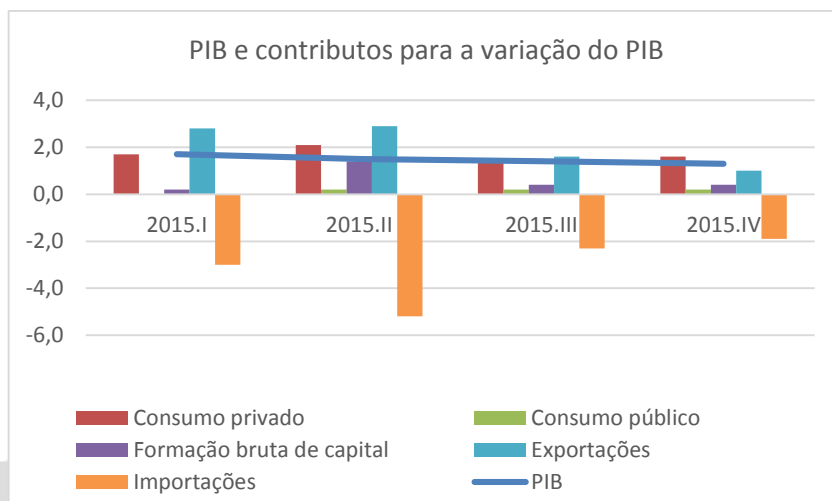
De acordo com o Orçamento do Estado de 2016, Portugal deverá ter apresentado em 2015 um défice orçamental de 4,3% do PIB, valor que, uma vez excluídas medidas pontuais, deverá reduzir-se para 3,1%. Relativamente à evolução da dívida pública em 2015, os dados provisórios apontam um valor final de 128,8%, abaixo do valor de 130,2% registado em 2014.

O Produto Interno Bruto cresceu 1,5% em 2015, acima do crescimento de 0,9% verificado em 2014.



Fonte: INE

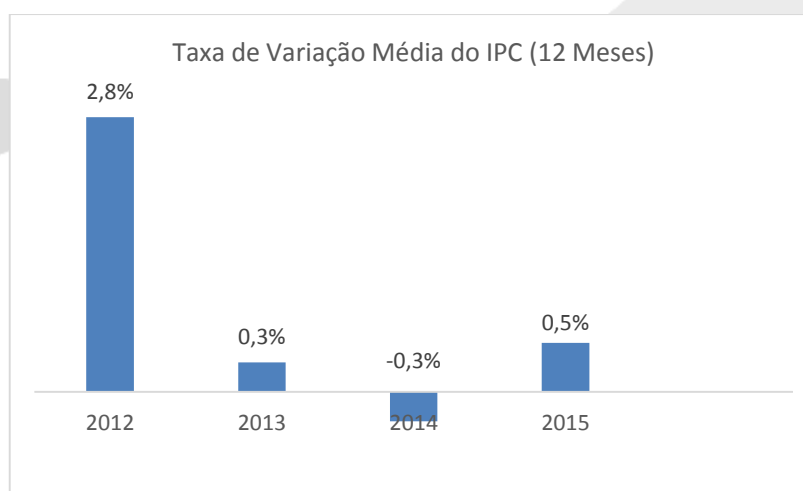
Da análise à evolução do PIB, constata-se que ao longo do ano de 2015 a contribuição do consumo privado para a variação do Produto oscilou entre um mínimo de 1,5% no terceiro trimestre e um máximo de 2,1% no segundo trimestre. Relativamente às importações, o seu contributo foi perdendo peso ao longo do ano (-3,0% no primeiro trimestre vs -1,9% no último trimestre, tendo atingido um pico de 5,2% no segundo trimestre). As exportações, por sua vez, viram o seu peso aumentar marginalmente durante o primeiro semestre do ano, tendo registado uma quebra no segundo semestre.



Fonte: INE

O ano de 2015, à semelhança do ano anterior, ficou também marcado pela recuperação gradual da generalidade dos indicadores de atividade económica, que em alguns casos (exemplo do indicador de clima económico) evoluíram para valores próximos dos níveis máximos registados em meados de 2008.

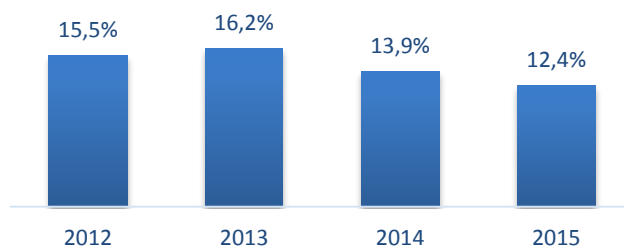
Em 2015, a inflação (variação média anual do IPC) recuperou para terreno positivo, registando o valor de 0,5%, acima dos valores dos dois anos anteriores.



Fonte: Banco de Portugal

A taxa média de desemprego em 2015 situou-se nos 12,4%, abaixo do valor de 13,9% registado no ano anterior. Embora elevado, este valor reflete uma tendência de descida sustentada, que tem vindo a verificar-se de forma (quase) ininterrupta desde o segundo trimestre de 2013.

Taxa Média Anual de Desemprego



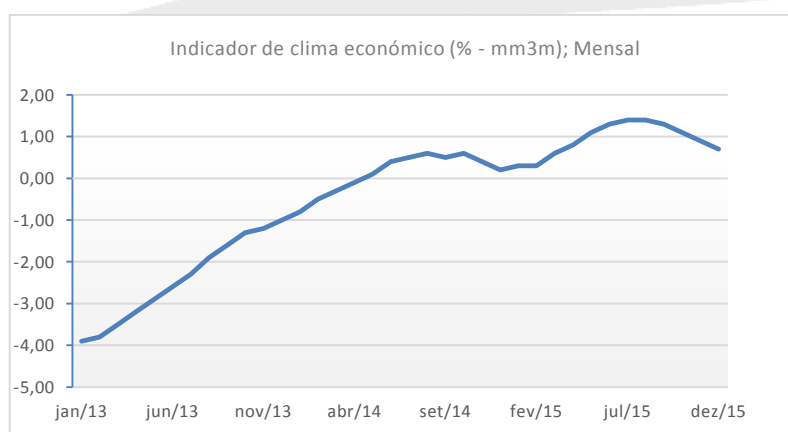
Fonte: INE

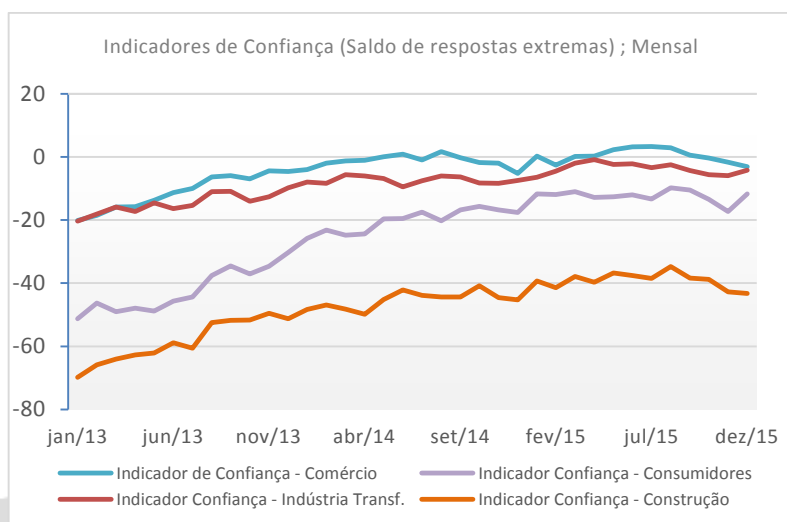
Para além da redução da taxa de desemprego ao longo do ano, importa também destacar o crescimento do número de pessoas empregadas (+1,6% face a 2014).

No conjunto do ano de 2015, as exportações aumentaram 3,6%, o que representou um aumento do crescimento anual face a 2014 (+1,7%). As importações, que haviam crescido 3,4% em 2014, registaram novo crescimento em 2015, de 1,9%.

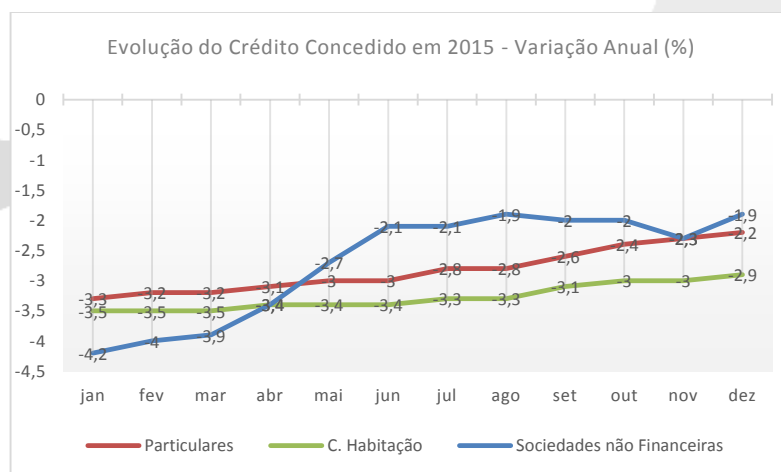
O índice de volume de negócios na indústria apresentou, para o conjunto do ano 2015, uma variação média de 0,1% (-1,3% em 2014). Os índices de emprego, das remunerações e das horas trabalhadas apresentaram variações médias anuais de 1,2%, 2,7% e 0,6%, respetivamente.

O indicador de clima económico publicado pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) registou uma evolução positiva ao longo do ano de 2015, mantendo assim a tendência de recuperação iniciada no início de 2013. Destaque para a evolução na primeira metade do ano, que levou a que o indicador atingisse o valor mais elevado desde maio de 2008, tendo sofrido uma correção na segunda metade do ano. Da mesma forma, os indicadores de confiança da generalidade dos sectores apresentaram também uma evolução positiva durante o ano de 2015.



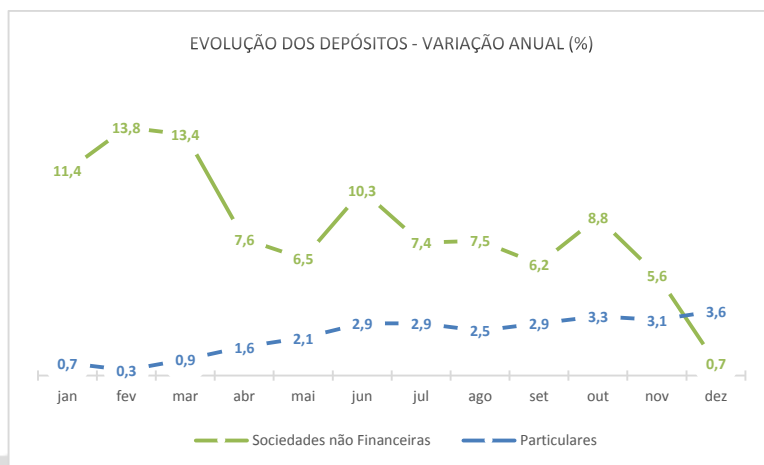


O ano de 2015, à semelhança dos anos anteriores, voltou a registar uma contração do crédito. Não obstante, a tendência de estabilização iniciada em 2013 e que se prolongou por 2014 deu lugar a uma recuperação durante o ano de 2015 o que, a manter-se, poderá indicar alguma retoma para os próximos anos. O crédito concedido em 2015 pelo setor financeiro a sociedades não financeiras registou uma variação negativa de 1,9% (vs -4,6% em 2014), enquanto no caso dos particulares a variação foi de -2,2% (vs -3,3% em 2014), com especial destaque para o crédito ao consumo, que registou um aumento de 0,8% (Vs -2,6% em 2014).



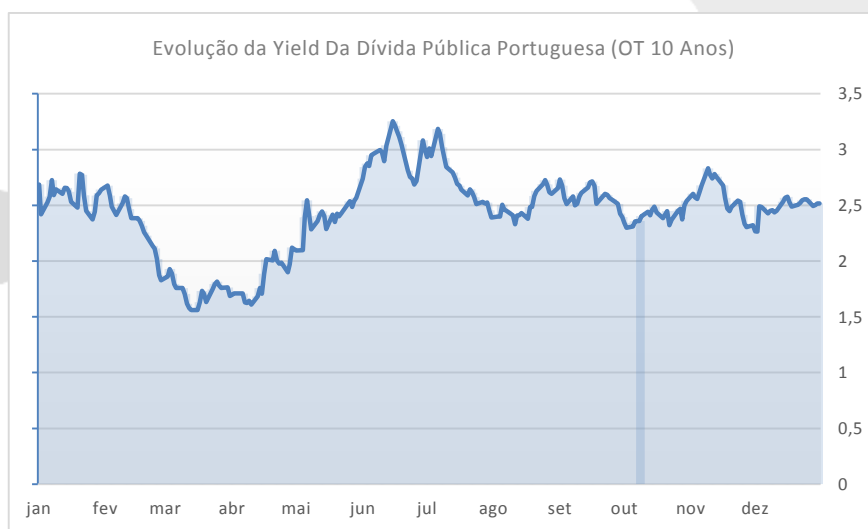
Do lado dos depósitos, e concretamente no que se refere a sociedades não financeiras, assistiu-se à manutenção da tendência positiva verificada durante o ano de 2014, com os depósitos de sociedades não financeiras a registarem no final de 2015 um aumento de 0,7% face ao ano anterior. Os depósitos de particulares mantiveram a tendência de crescimento, registrando em 2015 um aumento de 3,6% face ao final do ano de 2014.

A evolução dos depósitos junto do sistema financeiro português parece confirmar a tendência para o aumento da taxa de poupança.



Fonte: Banco de Portugal

O ano de 2015 ficou marcado pela evolução em baixa das taxas médias de juro sobre operações ativas e passivas, acompanhando a evolução das *yields* da dívida soberana que, beneficiando também do contexto macro-económico europeu, registaram no primeiro trimestre do ano um mínimo de 1,56%. Após um máximo de 3,25% em Junho, a *yield* das OT a 10 anos fechou o ano em 2,52%.



Fonte: Bloomberg

Durante o ano de 2015, Portugal foi por várias vezes aos mercados de capitais emitir dívida. Em fevereiro, outubro e novembro, a República realizou emissões a 10 anos nos montantes de Eur 2.749M, Eur 950M e Eur 995M com *yields* médias de 2,25%, 2,40% e 2,43%, respetivamente. Emitiu ainda em maio Eur 1.000M a 6 anos, em julho Eur 900M a 5 anos e Eur 600M a 22 anos e em outubro Eur 350M a 12 anos, com *yields* médias, respetivamente, de 1,55%, 1,42%, 3,53% e 3,23%.

O ano de 2015 ficou também marcado pela gestão dos temas Novo Banco e BANIF, ambos bancos alvo de intervenção. O processo de venda do Novo Banco terminou sem que se concretizasse a venda, transitando este *dossiê* para o ano de 2016. O

BANIF foi vendido ao espanhol Santander já no início de 2016. De referir também a conclusão, durante o ano de 2015, do processo de privatização da maioria do capital da TAP.

Ao nível do mercado acionista, o principal índice bolsista português fechou o ano de 2015 com uma valorização de 10,70%.

Ao nível de transações ocorridas durante o ano de 2015 no setor bancário destaca-se ainda a compra da operação do Barclays em Portugal pelo Bankinter.

5. SÍNTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO BPG EM 2015

BANCA COMERCIAL

O Banco Português de Gestão (BPG) foi criado com o objetivo primário de apoiar instituições e empresas que desenvolvessem as suas atividades no âmbito da economia social, tais como as Santas Casas da Misericórdia, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Cooperativas, Fundações, Mutualidades, Municípios, Empresas Municipais, entre outras entidades públicas e/ou privadas com foco no âmbito da economia social.

Ao longo dos anos da sua existência, a atividade do BPG foi crescendo significativamente, o que se refletiu no incremento do número de clientes e de produtos e serviços oferecidos. Este crescimento proporcionou ao BPG o desenvolvimento e diversificação da sua atividade em termos globais. Uma das áreas que, durante este desenvolvimento, vem conquistando espaço e ganhando progressivamente mais importância é a Banca Comercial. Esta encontra-se, atualmente, entre as áreas de ação mais importantes para o BPG.

A área comercial do Banco Português de Gestão é direcionada para segmentos de clientela no território nacional, privilegiando as instituições de economia social, e tem como principal objetivo assegurar o relacionamento com os clientes, que se pretende cada vez mais de proximidade, tendo a responsabilidade de prestação de serviços bancários e de implementação e monitorização das operações ativas e passivas por aqueles requeridas ou originadas.

A conjuntura económica de recuperação em 2015, a diminuição das taxas de juro da economia portuguesa e a concentração da banca portuguesa nos riscos com melhor *rating* são fatores que condicionam a prestação desta área. Face ao reposicionamento do BPG junto de clientes com melhores níveis de riscos expectáveis, é inevitável a consequência de redução de margem financeira, podendo mesmo ocorrer que – face à concorrência movida por bancos nacionais e internacionais de maior dimensão e com menores custos de *funding* – tenha o Banco maiores dificuldades para fazer prevalecer a atratividade da sua oferta junto desses clientes.

A carteira de crédito do Banco registada em balanço teve um decréscimo de cerca de 3,4% (final de 2015 versus final de 2014). Este decréscimo do crédito deveu-se fundamentalmente à escolha estratégica do Banco em reforçar a sua liquidez.

Relativamente à carteira de crédito “fora de balanço”, verificou-se um aumento de 26%, refletindo em grande medida diversas operações de emissão de garantias bancárias.

O ano de 2015 pautou-se mais uma vez por uma criteriosa monitorização dos créditos em curso, bem como da evolução da situação económico-financeira dos clientes, dando particular atenção aos casos que evidenciavam sinais de deterioração. Estas atividades foram tidas como uma das prioridades da atuação do Banco, traduzindo-se em soluções como renegociações de financiamentos e obtenção de outras garantias.

O volume de provisões constituídas para risco de crédito observou em 2015 um aumento de 85%, refletindo alterações na metodologia de cálculo das imparidades e a deterioração do risco de crédito de alguns clientes. A existência de garantias reais associadas aos casos com maiores exposições e o forte provisionamento ocorrido permite manter uma expectativa favorável quanto à probabilidade da recuperação, pelo menos parcial, de provisões já constituídas.

Finalmente, no que se refere à carteira de imóveis constituída em resultado das dações em cumprimento já efetuadas, foi colocado empenho no sentido de alienar e/ou rentabilizar os imóveis em questão. Assim, dos apartamentos destinados a habitação resultantes de processos de dação, foram todos alienados.

Relativamente aos imóveis comerciais e industriais, foram desenvolvidos também esforços para alienar e/ou rentabilizar os imóveis em questão.

Relativamente a terrenos foram desenvolvidas ações no sentido da sua valorização, nomeadamente através do aumento do potencial construtivo dos mesmos.

O enquadramento macroeconómico vivido no ano de 2015 continuou a contribuir para a diminuição da remuneração dos depósitos a prazo e outras formas de poupança ao longo do exercício, sem prejuízo de algumas ações pontuais com vista ao reforço da carteira de depósitos de algumas instituições financeiras.

O Banco soube beneficiar desta tendência, tendo lançado no final do ano uma campanha promocional de angariação de depósitos a prazo - BPG Welcome - registando em 2015, na rubrica de Recursos de Clientes (Depósitos à Ordem e a Prazo), um crescimento de cerca de 45%.

No ano de 2015 existiu mais um reforço da atividade do Escritório do Banco no Porto, sendo a mesma particularmente focalizada no setor da economia social, dando continuidade à atividade comercial do ano anterior. O fomento desta atividade permitiu alargar com expressividade a base de clientes, com especial destaque em operações de captação de recursos.

A realização de operações foi linear ao longo do ano, sendo igualmente de destacar os bons resultados da campanha promocional de angariação de depósitos, a 3 e a 6 meses, dirigida a clientes particulares, empresas e instituições - BPG Welcome - realizada no final do ano.

Por outro lado, foram mantidos esforços na atividade de seguimento da carteira de clientes, dos quais resultaram sobretudo a realização de novas operações de concessão de financiamento. Durante o exercício a qualidade da carteira de crédito a clientes não registou degradação, mantendo-se assim com níveis de incumprimento apenas pontuais e reduzidos.

Economia Social

A economia social tem ganho crescente importância no tecido económico português. As entidades que compõem este setor atuam num universo cada vez mais alargado, tanto em número de pessoas abrangidas como em valor económico criado, assumindo-se como agentes económicos e sociais de extrema importância. A aposta do Banco Português de Gestão neste setor comprova-se uma vez mais.

Contudo e à semelhança do ano anterior, 2015 caracterizou-se pela incerteza quanto à retoma económica mas também e no que à gestão das instituições sociais diz respeito, por alguma estagnação na tomada de decisão no que concerne a novos investimentos. Muitos dos dirigentes dessas instituições aguardam o desenrolar do Programa Portugal 2020 para equacionarem os seus investimentos.

Neste contexto, o Banco Português de Gestão procurou em 2015 promover as principais atividades seguintes:

- Apoio a novos projetos sociais e angariação de novos clientes, com especial enfoque nas Ilhas, região que tem sido fortemente apoiada pelo Banco através do financiamento a projetos ligados à prestação de serviços de saúde (cuidados continuados), aos idosos (Lares), à infância, às pessoas com necessidades especiais (Creches, Centros de Atividades Ocupacionais), entre outros;
- Estreito acompanhamento dos créditos em curso bem como da situação económico-financeira dos clientes, traduzindo-se, nalguns casos, em soluções de renegociação de financiamentos que permitiram encontrar soluções mais adequadas à realidade dos clientes em causa;

Por força do posicionamento do Banco neste setor, continua a ser um dos principais objetivos do BPG assegurar uma oferta cada vez mais completa de serviços e produtos aos clientes da Economia Social e continuar o crescimento nesta área.

Serviços a Empresas (Corporate Finance)

A área de *Corporate Finance* do Banco de Português de Gestão foi, em 2015, integrada na Direção Comercial. O objetivo desta integração passou por extrair o máximo valor da transversalidade que caracteriza a atuação da área de *corporate finance* e incrementar, desta forma, os níveis de *cross selling*.

A atuação da área de Corporate Finance durante o ano de 2015 ficou sobretudo marcada pelo esforço de originação de operações de cariz transversal ainda que com maior enfoque no segmento da assessoria e consultoria.

A originação detetou oportunidades de negócio e envolveu-se na negociação de propostas de serviço nomeadamente em soluções de *Acquisition Finance* (no setor das Tecnologias de Informação, Serviços e Indústria, nomeadamente na tentativa de

execução de operações de *Management Buyout* – MBO); avaliações e estudos de viabilidade; reestruturações financeiras, societárias e acionistas e colocação de dívida.

Adicionalmente a equipa detetou e angariou operações de crédito no setor das energias renováveis, serviços e agro-alimentar bem como de depósitos (através da colocação de produtos como o BPG Welcome no último trimestre do ano).

A par do esforço de originação a equipa de *corporate finance* focou-se na finalização de mandatos transitados de 2014 e na execução de novos mandatos obtidos em 2015.

Destaca-se ainda o envolvimento da equipa em operações de dívida nomeadamente na colocação em mercado primário de papel comercial e no acompanhamento de propostas de emissões obrigacionistas.

Destaca-se, à semelhança dos anos anteriores, a sua participação na elaboração de *fairness opinions*, e no acompanhamento de algumas operações de crédito, no seguimento de participações financeiras e na análise de dossiês específicos.

MERCADOS FINANCEIROS

O trabalho realizado pela Direção de Mercados Financeiros (DMF), durante o ano de 2015, teve como objetivos fundamentais assegurar sempre a existência de níveis adequados de liquidez, obter resultados positivos na gestão da carteira própria e manter a prestação de serviços de qualidade aos clientes, assegurando a máxima rentabilidade possível em função do menor risco assumido.

De uma forma global, e apesar de uma envolvente externa nem sempre favorável, os resultados alcançados foram amplamente positivos.

CARTEIRA PRÓPRIA

A DMF pautou a sua atuação pela prudência, cumprindo de forma rigorosa, as orientações e os limites procedentes do Comité de Investimento do Banco.

Obrigações

Na carteira proprietária de obrigações, num ambiente de taxas extremamente baixas ou negativas, procurou-se algum “pick up” em termos de *yield*, através da aposta na periferia (Portugal, Espanha e Itália) e na extensão das maturidades detidas. Apesar desta extensão, a duração média da carteira oscilou sempre em valores próximos dos 5 anos, com *yields* normalmente superiores a 1.30%. Não obstante algumas quedas nos preços das obrigações detidas, os cupões recebidos permitiram um resultado globalmente positivo nesta carteira.

De referir que durante o ano, uma parte substancial da carteira manteve-se entregue ao BCE para efeitos de pool de colateral. Na segunda metade de 2015, com a exigência de cumprimento do rácio de liquidez LCR – Liquidity Coverage Ratio, ocorreu um reforço nas obrigações através de novas compras, que permitiram que uma parte da carteira fosse utilizada para o cumprimento deste rácio.

O investimento caracterizou-se pela aposta já referida na periferia e também na aquisição ou reforço de alguns emitentes/empresas portuguesas. O valor investido na carteira oscilou entre os 18/19 milhões no início do ano e os 27 milhões de Euros do final. A duração média situou-se na maior parte do ano entre os 4,5 e os 5,5 anos e a *yield* média foi normalmente superior a 1.30%.

Ações

A exposição a ações repartiu-se por três portfólios (Fundos, Investimento e Trading), tendo existido ao longo do ano um valor médio aplicado de cerca de 6 Milhões de Euros. Os retornos gerados foram positivos, especialmente na carteira de Fundos/ETFs. No cômputo geral, esta classe de ativos gerou uma rentabilidade ligeiramente superior a 7%, que compara favoravelmente com os cerca de 4% de valorização do Eurostoxx50 durante o ano de 2015.

Procurou-se sempre uma exposição geográfica diversificada, tendo sido alterados os pesos relativos por grandes regiões na segunda metade do ano, com um incremento da exposição a ações europeias por contrapartida dos mercados emergentes, cujos índices acionistas tiveram um comportamento caracterizado por quedas e maior volatilidade, sobretudo a partir do “mini-crash” de Agosto na China.

Futuros

Nos derivados (futuros), os resultados foram igualmente satisfatórios, tendo sido possível com pequenas apostas, em índices de ações e câmbios, gerar um nível razoável de proveitos.

Tesouraria

Na gestão da tesouraria do Banco, procurou-se que fosse sempre assegurada a existência de níveis de liquidez adequados às necessidades correntes da Instituição.

Dado o nível reduzido ou negativo das taxas oferecidas para aplicações de curto prazo, o Banco optou por manter a liquidez diária disponível à ordem em contas operacionais ou efetuar depósitos junto do Banco Central, que apesar de remunerados a taxas negativas, contribuem positivamente para o cumprimento do rácio de liquidez LCR.

Ao nível das tomadas, utilizaram-se os limites existentes no MMI e as linhas de crédito disponíveis com várias instituições.

Em 2015, foram ainda utilizadas as linhas de financiamento disponíveis no BCE, tendo o Banco aproveitado desta forma a taxa reduzida de 0,05%. Atualmente estão tomados 18 milhões de Euros junto do BCE, dos quais 8.5 milhões são LTRO com o prazo de 3 meses, sendo os restantes 9.5 milhões TLTRO com vencimentos em 2018.

É ainda importante referir que a obrigatoriedade de cumprimento do rácio de liquidez LCR a partir da segunda metade do ano, obrigou a algumas alterações na alocação dos ativos, passando a privilegiar-se os mais líquidos e por isso com maior contributo para o rácio (por exemplo, as obrigações soberanas de países europeus).

CLIENTES (GESTÃO DE ATIVOS)

As carteiras dos clientes com ativos sob gestão apresentaram comportamentos diferenciados durante 2015. Comparando com os “*benchmarks*” de referência definidos pelos clientes, cerca de 60% superaram as rentabilidades obtidas por estes e em alguns casos por ampla margem. No entanto, a envolvente bastante volátil, sobretudo no final do ano, prejudicou algumas das carteiras que continham apostas mais específicas e cuja rentabilidade, apesar do capital ter sido preservado, ficou aquém do esperado.

Durante o ano de 2015, manteve-se a aposta em obrigações de emitentes periféricos e na componente ações optou-se por alocações em Fundos e ETFs da Europa e EUA. De referir ainda que, para algumas carteiras e dado o incremento de volatilidade já

abordado, optou-se por colocar uma percentagem elevada em depósitos de elevada liquidez.

Os montantes totais sob gestão não sofreram grandes oscilações durante o ano, aproximando-se dos 9 milhões de Euros no final de dezembro e gerando um nível de comissões de gestão em linha com o alcançado no ano anterior.

ÓRGÃOS DE ESTRUTURA

Sendo esta a face menos visível do Banco, os chamados órgãos de estrutura, nas suas diversas componentes, são essenciais ao funcionamento corrente da Instituição, quer pelo suporte operacional e de controlo conferido através das suas rotinas diárias, quer pelo desenvolvimento de projetos de maior alcance e duração que visam habilitar o Banco com as condições necessárias à prestação de serviços em maior número e qualidade aos seus clientes, bem como ao cumprimento das múltiplas obrigações e deveres legais e regulamentares associados à atividade desenvolvida.

Contabilidade e Operações e Sistemas de Informação

No âmbito dos projetos de natureza legal e ou regulamentar, destaca-se o esforço interno de desenvolvimento de soluções, por parte da contabilidade e back-office para estar em conformidade com a mais recente legislação em vigor, e em reforço dos princípios de controlo interno aplicáveis.

Com o objetivo de dar continuidade ao processo de melhoria dos seus sistemas de informação, o Banco desenvolveu um conjunto de iniciativas e projetos estruturais, dos quais se destacam a disponibilização de gestão de colaterais que vem simplificar a gestão dos processos associados a garantias recebidas pelo Banco e os desenvolvimentos internos necessários ao lançamento de um novo produto estruturado (depósito a prazo indexado).

De entre os vários projetos prosseguidos a este nível ao longo de 2015 e em que estiveram particularmente envolvidas as Direções de Contabilidade e Operações e de Sistemas de Informação, valerá a pena destacar os seguintes:

a) Novos Reportes no âmbito do Corep: ALM (Additional Liquidity Monitoring) Metrics e LCR (Liquidity Coverage Ratio) e FCP (Funding and Capital Plan)

As alterações e exigências decorrentes de um enquadramento regulamentar em constante mudança têm vindo a lançar enormes desafios às Instituições Financeiras, nomeadamente no que se refere à sua capacidade de produção e disponibilização de informação para suporte do processo de supervisão prudencial, bem como de informação de gestão de suporte ao negócio. É neste enquadramento que estes reportes se enquadram enquanto exigências adicionais, com profundas implicações aos mais diversos níveis, designadamente:

- Detalhe, granularidade e complexidade da informação a reportar sobre a gestão de liquidez das instituições financeiras.
- Maior exigência dos supervisores em termos de completude, qualidade e reconciliação da informação prestada.
- Prazos de implementação dos templates standard ambiciosos.
- Reduzido espaçamento de submissão de informação periódica, que implicará a necessidade de uma elevada automatização e robustez dos processos de reporte.
- **Novas competências dos Recursos Humanos:** os recursos qualificados para interpretar e responder aos novos requisitos de informação, mais complexos

e diversificados, exigindo-se concertação entre as várias áreas envolvidas (Internas do Banco: Contabilidade, Financeira e Risco e Entidades participadas) de forma a garantir a qualidade e conciliação dos dados a disponibilizar.

Beneficiando de apoio de consultadoria de entidade externa especializada e com o empenho dos responsáveis e colaboradores das diversas unidades orgânicas envolvidas, acreditamos que vai ser possível ao BPG dar mais uma vez resposta adequada e atempada (no final do 1º trimestre de 2016) aos desafios colocados.

b) TARGET2S

Em articulação com o Banco de Portugal, foi assegurado o acompanhamento e interação com o programa de trabalhos conducente à implementação da TARGET2-Securities (T2S), uma plataforma única partilhada, administrada e operada por quatro Bancos Centrais em nome do Eurosistema, que disponibiliza serviços harmonizados de liquidação de títulos em moeda de Banco Central às Centrais de Depósito de Títulos (CDT) participantes, que por sua vez oferecem serviços de valor acrescentado aos seus clientes.

Tal como o próprio nome indica, o T2S foi baseado no desenvolvimento tecnológico concebido para o TARGET2, procurando garantir o mesmo nível de robustez e segurança, e otimizar a liquidação de títulos na Europa. Adicionalmente, o T2S traz um novo conceito na liquidação pelo facto de na mesma plataforma se encontrarem integradas as contas de títulos e de tesouraria para liquidação de títulos em moeda de Banco Central (aplicação do “modelo de integração”).

O T2S Framework Agreement foi assinado por 24 Centrais de Depósito de Títulos e 25 Bancos Centrais, ao qual em Portugal aderiram a Interbolsa e o Banco de Portugal.

Foram efetuados inúmeros testes e ultrapassadas diversas fases de verificação com o Banco de Portugal, a Interbolsa e a SIBS no desenvolvimento do projeto Target2S-Securities, a ser implementado no final do 1º trimestre de 2016.

c) Projecto Homebanking

Foi concluída a remodelação do *site* eletrónico do Banco, introduzindo-lhe os dispositivos e facilidades que permitem aos clientes aceder por esta via à plataforma de Homebanking. Foram igualmente concluídos os desenvolvimentos informáticos necessários à operacionalização dessa plataforma, tendo em vista a prestação dos serviços bancários que se pretendem disponibilizar aos clientes do Banco.

O Banco está comprometido com a implementação e dinamização de uma solução de internet banking BPGNet para Particulares e Empresas que foi disponibilizada aos clientes no segundo semestre de 2015.

Serviços Jurídicos

Em 2015, a DSJ (Direção de Serviços Jurídicos) desenvolveu a sua atividade com especial ênfase em três vetores: (i) formalização de operações de crédito e conexas, (ii) representação do Banco em processos judiciais e (iii) elaboração de Pareceres e Informações.

Decorrente da conjuntura económico-financeira instalada, a DSJ assegurou a representação do Banco em sede judicial, materializada esta quer em processos de recuperação de crédito, quer em processos de insolvência e de natureza fiscal.

Igualmente, a DSJ emprestou a sua colaboração no que à atividade internacional desenvolvida pela Instituição diz respeito, nomeadamente, no Brasil, assumindo diretamente a gestão dos dossiers, nas suas mais variadas valências, enquanto *team leader* de equipa multidisciplinar integrada também por advogados locais e técnicos das áreas da contabilidade, assessoria e planeamento ambiental, arquitetura e gestão de projetos turístico-imobiliários.

Conclui-se, do seu contributo para a equipa BPG, um estreito relacionamento com os diversos departamentos do Banco, com vista ao aproveitamento de sinergias propiciadoras da criação de mais-valias que contribuem para uma gestão e resolução mais eficazes dos desafios colocados.

Órgãos do Sistema de Controlo

Relativamente ao Sistema de Controlo e aos principais órgãos que o compõem, dá-se nota dos seguintes destaques (quanto ao *Risk Officer*, remete-se para capítulo próprio sobre a gestão de riscos):

a. Compliance

Na senda do que tem constituído a tipificação das áreas fundamentais de atuação da Função de *Compliance* (FC) por respeito ao modelo de negócio desenvolvido pelo BPG e à consideração da exposição material ao risco de *compliance* a que, por essa via, o Banco se encontra exposto, mantiveram-se no exercício de 2015 as áreas (i) da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo (PBC/FT), (ii) de KYC e (iii) da prevenção do abuso de mercado (intermediação financeira) como as áreas preferenciais objeto de monitorização, identificação de desconformidades e respetivo *follow up* com vista à respetiva eliminação.

Em especial, sintetiza-se a atuação levada a cabo no âmbito das identificadas áreas:

Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo

a) monitorização das operações bancárias tipicamente utilizadas para o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, como sejam as transferências bancárias a crédito e a débito – com especial relevo para as primeiras, como potencial porta de entrada no sistema bancário nacional e da União Europeia de capitais de proveniência ilícita – e depósitos em numerário.

b) realização de *due dilligence* reforçada relativamente às operações que, pelas características apresentadas, assim o justificaram, em estreita articulação com as áreas de *Front* e *Back Office*, no cumprimento dos procedimentos legais e internamente estatuídos.

Adicionalmente, encarregou-se a Função de Compliance de dar resposta às solicitações efetuadas pelas autoridades judiciais competentes.

c) desenvolvimento de trabalhos preparatórios de atualização do Manual de Procedimentos de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, em conformidade com o atual quadro normativo, prevendo-se a conclusão da atualização deste Manual no primeiro trimestre de 2016.

d) de acordo com o Plano de Formação Interna elaborado para o segundo semestre de 2015 e ano de 2016, foram realizadas duas ações de formação subordinadas ao tema PBC/FT, ministradas pelo responsável da FC ao universo dos colaboradores internos relevantes.

Know Your Customer

a) na sequência da realização de um teste de efetividade aos Dossiers de Abertura de Conta efetuada junto da Direção de Banca Comercial (DC)/ Núcleo de Operações (NO) com vista à verificação do cumprimento das obrigações legais, em especial as previstas no Aviso do Banco de Portugal nº 5/2013, foi produzido o respetivo Relatório com subsequente envio ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal do BPG, estando previsto o acompanhamento das deficiências detetadas com vista à sua eliminação.

b) numa outra latitude, foi prosseguida a tarefa de responder às solicitações dirigidas pelas contrapartes com quem o Banco se relaciona, no sentido de fornecer os elementos necessários ao estabelecimento de uma relação de negócio, designadamente, confirmando que o Banco cumpre com os *standards* internacionalmente adotados.

c) foi efetuada uma consulta ao mercado no sentido de analisar e avaliar as ferramentas informáticas disponíveis em sede de KYC que auxiliem o trabalho a realizar pelo Banco neste domínio, contribuindo para um reforço de meios informáticos que concorram para a mitigação deste específico risco de *compliance*.

Reportes Externos

Continuou a assegurar-se o contributo na elaboração e o respetivo envio de reportes ao BdP e à CMVM em matéria de PBC/FT, conforme definido no Manual de Procedimentos.

Num domínio mais genérico, realça-se a elaboração de uma Base de Deficiências, documento autónomo que visa constituir um repositório das deficiências detetadas em sede de controlo interno, não apenas pela FC, mas também pelos restantes pilares do controlo interno (Funções de Auditoria Interno e de Gestão de Riscos) e, bem assim, pelo Auditor Externo.

Por outro lado, decorrência do aprofundamento e densificação do papel e importância reconhecidos às funções de controlo interno, foi o responsável pela FC chamado a dar o seu contributo a normativos internos que formalizaram aqueles desideratos, materializados numa nova Ordem de Serviço e no *Compliance Charter*, documentos emanados do Conselho de Administração e que identificam o papel da Função de *Compliance* no modelo de governação do Banco, definindo a sua competência, autonomia e responsabilidade.

Em conclusão, constata-se que o exercício de 2015 aportou novos desafios à FC, que relevam do mesmo passo para o incremento da responsabilidade cometida a esta área do controlo interno.

b. Auditoria Interna

Um dos pilares em que assenta o sistema de controlo interno (SCI) consiste na existência de um processo de monitorização executado com vista a assegurar em permanência a adequação, a eficácia e a eficiência do próprio SCI e que garanta a identificação de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias que permitam fortalecer o SCI e desencadear as adequadas ações corretivas.

Compete à Função de Auditoria Interna (FAI) exercer a avaliação, com carácter permanente e independente e de acordo com plano previamente estabelecido, da adequação e eficácia das diversas componentes do sistema de controlo interno como um todo, emitindo recomendações baseadas nos resultados das avaliações realizadas.

No exercício de 2015 a Função de Auditoria Interna viu reforçados os meios colocados à sua disposição para o exercício das suas atribuições, o que constituiu assinalável mais-valia para o integral cumprimento do plano de atividades estabelecido e aprovado pelo Conselho de Administração. Na execução desse plano foram desenvolvidas ações de auditoria que deram origem à produção de comentários e recomendações que foram apresentados ao Conselho de Administração.

Para concretização dos seus objetivos enquanto instituição de crédito com atenção às disposições da legislação e regulamentos em vigor e às suas responsabilidades para com os clientes e acionistas, o Banco adotou uma gestão de risco e estrutura de controlo interno habitualmente designada como as “três linhas de defesa”. A Auditoria Interna constitui a terceira linha de defesa, sendo que a primeira incorpora os controlos de gestão e medidas de controlo interno instituídas e a segunda corresponde ao controlo financeiro e às funções de “*Compliance*” e de “*Gestão de riscos*”, constituindo estas, juntamente com a Auditoria Interna, as três funções de controlo do sistema de controlo interno.

A Função de Auditoria Interna, como terceira linha de defesa do sistema de gestão de risco e de controlo interno, atua com total independência em relação às primeira e segunda linhas, assegurando-se assim que testes ou outras ações realizadas sobre controlos e atividades das primeira e segunda linhas são desenvolvidas como parte da sua incumbência de certificação independente.

6. GESTÃO GLOBAL DE RISCOS

Os acontecimentos ocorridos neste milénio, nomeadamente os casos da Enron e WorldCom até à crise financeira mundial de 2008, mudaram significativamente a conceção de risco por parte das organizações, tendo-se investido intensamente em recursos humanos, tecnologias e na definição de procedimentos mais ajustados tendo em vista a mitigação e o controlo dos riscos.

A gestão de riscos é encarada como uma função estratégica para o Banco, focada na geração de valor através da identificação e avaliação dos riscos relevantes.

Esta perceção de Risco por parte do Banco Português de Gestão levou a que 2015 fosse um ano de mudança, tendo-se formalmente instituído a Função de Gestão de Riscos com a integração da mesma na Estrutura Organizacional do BPG, com reporte direto ao Conselho de Administração, e a definição das linhas orientadoras da Política de Gestão de Riscos.

O Banco Português de Gestão, através da formalização da política de Gestão de Riscos, pretende dar maior relevância e autonomia à Função Gestão de Riscos e simultaneamente permitir que todas as Direções e colaboradores do Banco tenham uma visão mais abrangente e completa do(s) Risco(s) a que o Banco está sujeito e que decorre(m) da atividade desenvolvida.

Com a maior relevância dada à política de Gestão de Riscos o Banco Português de Gestão pretende reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos que, com maior ou menor dimensão, afetem negativamente a rentabilidade e/ou solvabilidade do Banco.

Em 2015 o Banco Português de Gestão efetuou alterações na estrutura orgânica do Banco com a criação de uma área de operações, tendo também, em termos de modelo de negócio, privilegiado a prestação de serviços e a realização de operações passivas em detrimento de ativas, tendo neste contexto desenvolvido novos produtos. Com a estratégia seguida o Banco Português de Gestão reforçou significativamente os rácios de liquidez.

O ano de 2015 ficou ainda marcado pela entrada em pleno funcionamento do “*Home Banking*” cujo canal é potencialmente originador de risco operacional e reputacional.

Por via das alterações registadas em termos de produtos, canais e da estrutura orgânica o Banco português de Gestão acrescentou o Risco Operacional ao mapeamento de riscos, encontrando-se ainda numa fase de definição das políticas de monitorização e controlo de Riscos, as quais têm como base a materialidade e impacto que os mesmos têm nas Demonstrações Financeiras.

O Banco definiu assim como os Riscos mais relevantes os seguintes:

1. Risco de crédito
 - a. Risco Concentração individual
 - b. Risco Concentração Setorial
2. Risco de mercado

3. Risco Taxa de juro
4. Risco Liquidez
5. Risco Operacional

Outros Riscos a que o Banco também está sujeito são os seguintes: Sistemas de Informação, Cambial, *Compliance* e Reputacional.

Risco de crédito

A Gestão e controlo do Risco de Crédito consiste na avaliação e quantificação dos graus de incerteza de eventuais perdas associadas à capacidade de uma contraparte cumprir as suas obrigações contratuais.

O risco de crédito na atividade desenvolvida pelo Banco Português de Gestão assume assim grande relevância, não só pela sua materialidade mas também pela sua correlação com os outros riscos.

Com a perceção da magnitude que eventos de Risco de Crédito podem ter nos Fundos Próprios do Banco, 2015 ficou marcado pela atualização do Manual e do Regulamento de Crédito, estando também em preparação uma nova Política de Gestão de Risco de Crédito.

Para o acompanhamento deste risco o Banco Português de Gestão definiu genericamente os seguintes princípios:

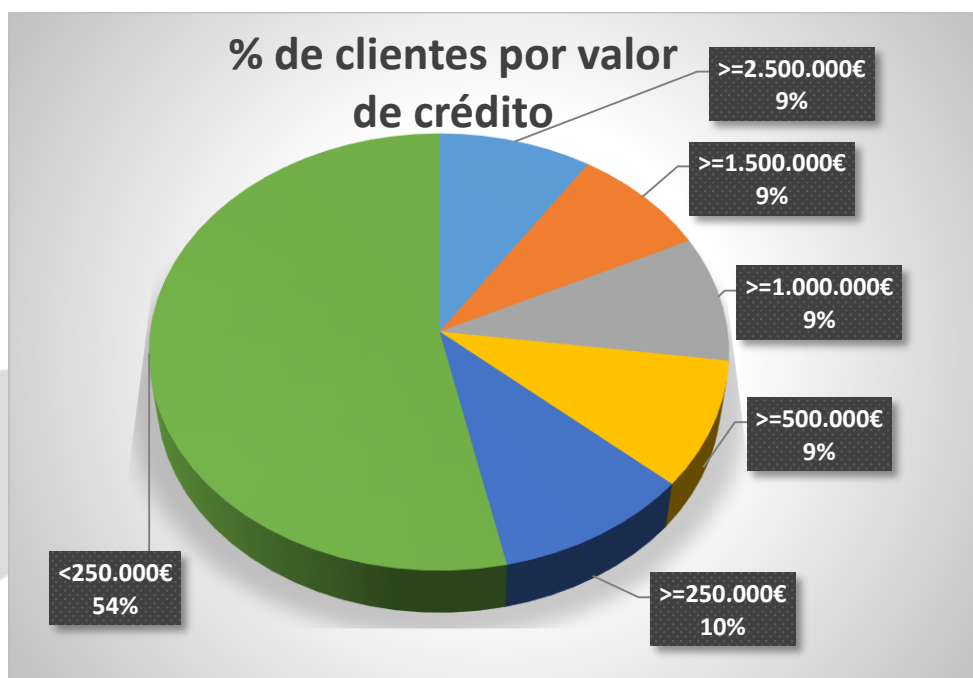
1) Aquando da concessão de crédito e com vista a garantir uma correta determinação do perfil de risco das operações, bem como o grau de exposição a contrapartes, o Banco Português de Gestão efetua uma análise qualitativa e quantitativa do crédito, devendo o *Risk Officer*, conforme definido no Regulamento de crédito, elaborar um parecer e estimar a “PD” (Probability of Default), sendo a decisão final de atribuição de crédito da responsabilidade do órgão de crédito competente;

2) Durante a vigência dos contratos de crédito o *Risk Officer*, juntamente com a Direção Comercial, faz um acompanhamento regular dos clientes com vista a determinar eventuais aumentos de imparidade quer por via da antiguidade dos colaterais quer por via de uma deterioração da sua situação económico-financeira, pretendendo-se com esta análise estimar a “EAD” (Exposure At Default) e a “LGD” (Loss Given Default).

Em 2015, o Banco Português de Gestão manteve, na sua generalidade, a política de crédito iniciada em anos anteriores, dando primazia a créditos de maior valor e a clientes com maior robustez económico – financeira e paralelamente com menor risco de crédito, nomeadamente por via de elementos mitigadores de risco.

No seguimento daquela estratégia, e dada a conjuntura atravessada, 2015 caracterizou-se por um ano de consolidação da carteira, mantendo-se a mesma em níveis semelhantes aos do ano transato tanto em número de clientes de crédito como em dimensão da carteira de crédito.

A gestão do risco da carteira de crédito é, dada a reduzida dimensão da mesma, seguida numa base individual, apresentando uma distribuição do número de clientes por grau de exposição conforme gráfico seguinte:



Segmentando a carteira de crédito por Cliente Individual constata-se que a estratégia seguida nos últimos anos de concessão de créditos de maior montante levou a que, tal como em 2014, o número de clientes com exposição superior ou igual a 1M€, representa atualmente cerca de 27% do total.

Verifica-se assim que em termos de Risco de Concentração Individual, o total das 10 maiores exposições, analisadas numa ótica individual, representaram 56% do total do crédito concedido.

O Risco de Concentração Setorial foi considerado pelo Banco como um dos riscos a acompanhar já que uma elevada concentração num determinado setor pode, por força de eventos externos – legais, económicos, conjunturais, etc - levar à constituição de imparidades sobre a generalidade das contrapartes que se enquadrem nesse setor.

Como resultado da política seguida pelo Banco no apoio à Atividade Social, continua a verificar-se um aumento no crédito concedido a este setor que atinge cerca de 17% do total da exposição creditícia.

No que respeita a Construção e Imobiliário, estão definidos limites máximos de exposição (50% do total da carteira de crédito), mantendo-se a estratégia de diminuir gradualmente a exposição. Atualmente, a exposição encontra-se abaixo do limite definido (exposição tem um peso de 34% no total da carteira).

Face à dimensão do número de clientes do Banco Português de Gestão, as eventuais imparidades da carteira de crédito são apuradas periodicamente, numa análise individual, tendo sido efetuado um forte reforço no decorrer de 2015.

Periodicamente são também elaborados testes de esforço à carteira de crédito, visando analisar o impacto nas contas do Banco Português de Gestão da variação adversa da taxa de incumprimento.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado afigura-se como o segundo risco mais relevante a que, atualmente, o Banco Português de Gestão está exposto. Por força da perceção desta realidade, a gestão deste risco tem como objetivo último a análise do binómio risco / rentabilidade visando por um lado não perder oportunidades de investimento e por outro avaliar a potencial desvalorização da carteira de títulos causada por eventos adversos.

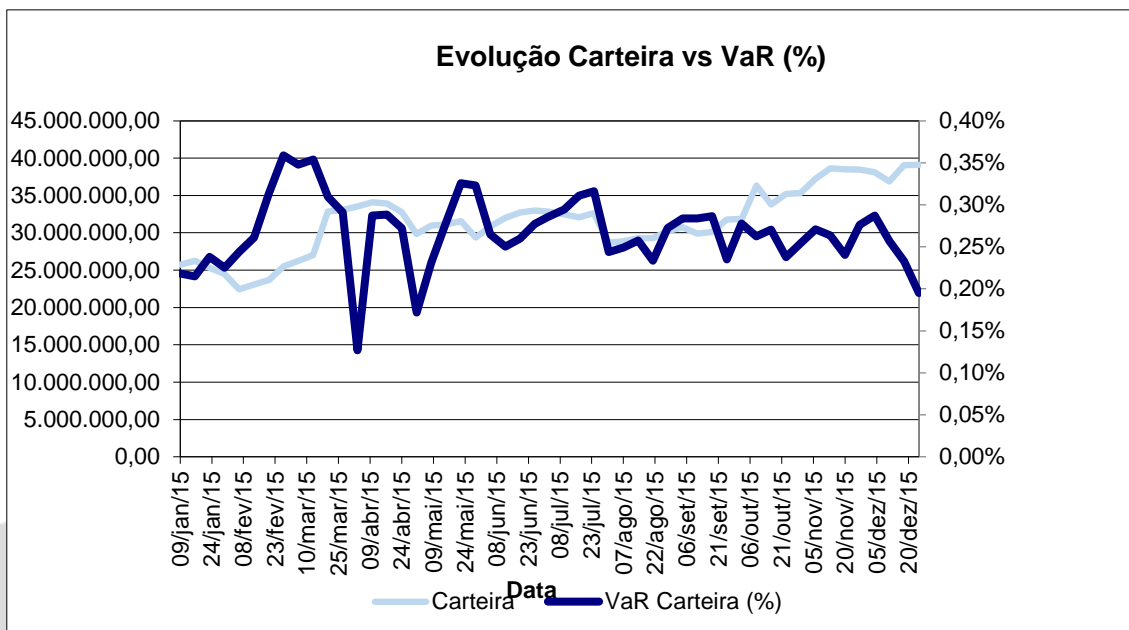
Em 2015, a gestão dos investimentos para a carteira própria de títulos teve em atenção não só a rentabilidade e risco mas também a classe de ativos, por força de cumprimento de normativos legais, sendo estes investimentos analisados em Comité de Investimentos.

A monitorização daquelas variáveis é da responsabilidade do Comité de Investimentos, onde se definem as regras e limites de exposição às diversas contrapartes tanto em termos individuais como setoriais, e ainda “*Stop Loss*”.

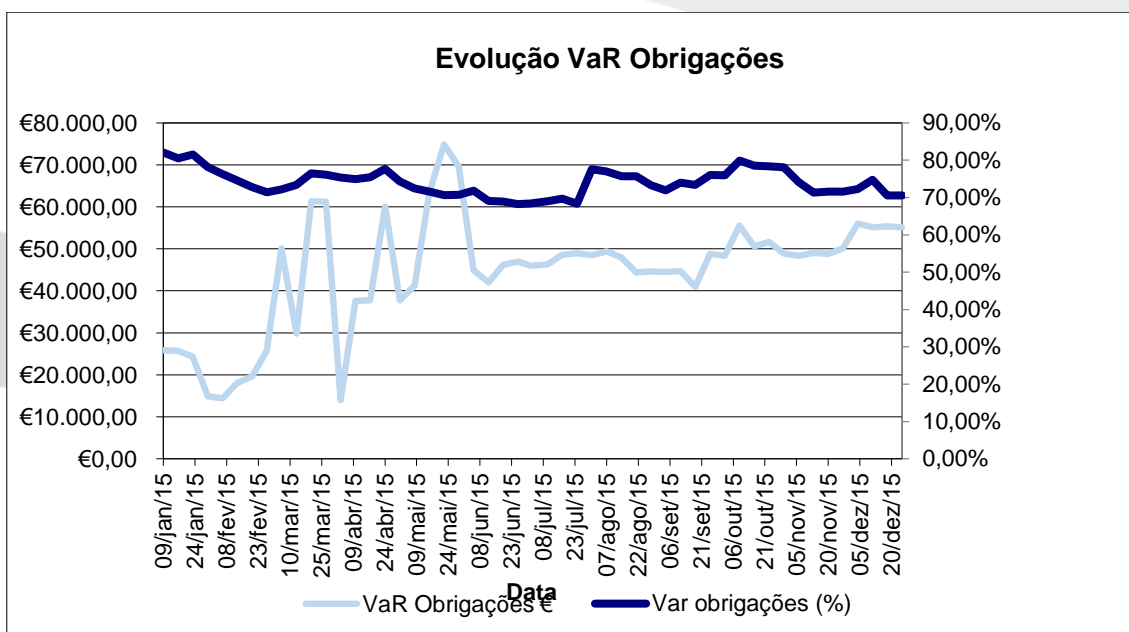
A análise e monitorização do risco de mercado é efetuado utilizando-se o modelo VaR (“*Value at Risk*”) desenvolvido internamente. Este modelo estima com um intervalo de confiança de 99% a perda potencial máxima diária proveniente de variações adversas do mercado. Regista 76 observações históricas e agrega os títulos em quatro sub grupos (Ações, Obrigações, Futuros e Fundos), analisando não só a volatilidade dos títulos que compõem a carteira mas também a correlação entre eles.

O VaR médio da carteira de títulos para o ano de 2015 cifrou-se em cerca de €84.000,00 tendo neste período a média das perdas diárias sido de cerca de €68.000,00. Verifica-se assim um agravamento das perdas face aos valores obtidos em 2014 onde se registou uma perda média diária de cerca de €48.000, tendo esta situação ficado muito relacionada com a grande volatilidade do mercado em 2015.

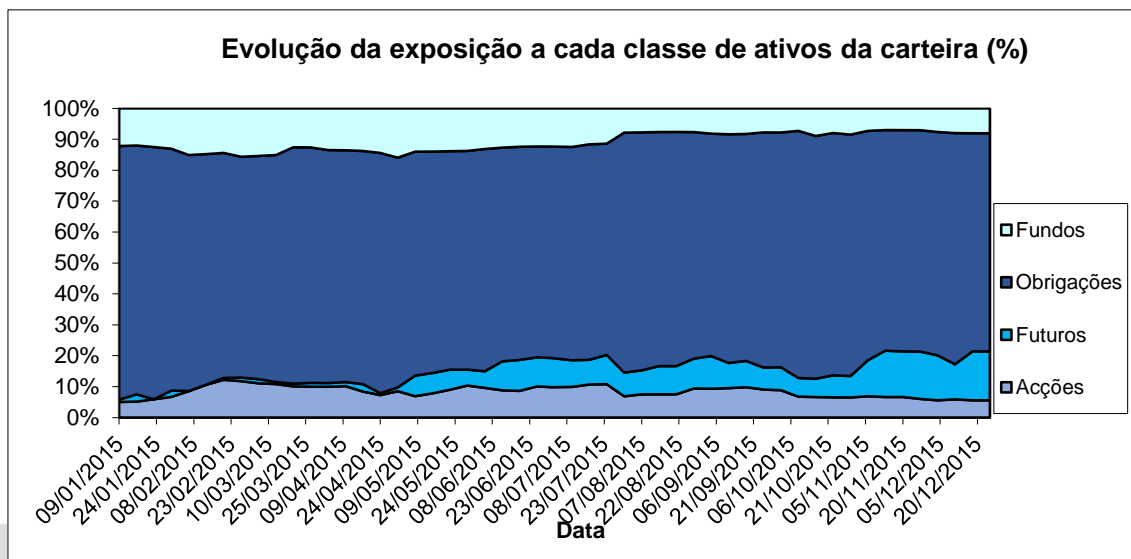
O VaR apurado em 2015 representa em média 0,27% do total da Carteira, tendo atingido um pico de 0,35% no final do ano, como resultado das fortes oscilações de mercado.



Em termos da carteira de Obrigações, que representa cerca de 74% da carteira total, verifica-se que o VaR é de €44.393,32 (53% do VaR). A carteira de Futuros apresenta um VaR de €29.719,35 (35% do VaR).



O Gráfico seguinte mostra o peso das diversas componentes no cômputo global da carteira.



O Comité de Investimentos também se pronuncia sobre risco de liquidez e de taxa de juro. O Risco de taxa de juro é mitigado pelo facto de a “*Duration*” da carteira ser baixa. O risco de liquidez é mitigado pelo facto de ser política do Banco Português de Gestão investir em mercados regulados.

Risco de Taxa de Juro

Este risco é reduzido dado que tanto em termos de ativo como de passivo as operações tipicamente possuem indexantes revistos em prazos inferiores a 1 ano.

Os Instrumentos com taxa fixa que o Banco detém são essencialmente Obrigações e Depósitos a Prazo, cujo risco é no entanto mitigado pelo facto de estes últimos serem a prazo inferior a um ano. No que se refere aos primeiros, trata-se de instrumentos que poderão ser vendidos caso as condições de mercado assim o justifiquem.

Em 2015 e tendo em consideração que os instrumentos sensíveis à taxa de juro se centraram essencialmente na banda temporal até 6 meses tanto em termos de ativos como de passivos, o risco de variações de taxa de juro foi considerado como relativamente diminuto tanto em termos de impacto nos Fundos Próprios como na Margem de Juros. De acordo com os “*Stress Test*” efetuados o impacto de uma variação simultânea em 100 p.b. na taxa de juro a 3 meses e a 10 anos, é, em termos de Fundos Próprios e Margem de Juros, de 0,61% e de -6,50%, respetivamente.

Risco de Liquidez

A Gestão deste Risco destina-se a avaliar e controlar a possibilidade da ocorrência de uma perda resultante da incapacidade do Banco, num determinado momento, em satisfazer os seus compromissos.

O Risco de Liquidez resulta da ponderação da Tesouraria considerada adequada pelo Banco Português de Gestão, a qual é determinada pela realidade e dimensão do Banco. Esta liquidez é assim analisada pela direção de contabilidade e operações com uma

periodicidade diária (mapas de tesouraria) e, com uma periodicidade mais alargada, pelo Comité de Investimentos e pelo Conselho de Administração.

A evolução do risco de liquidez está também muito associada à conjugação das seguintes variáveis: 1) Carteira de crédito: situações de reestruturações / incumprimento por parte dos clientes e concessão de novas operações de crédito 2) Investimentos na carteira própria; 3) Captação de Recursos de Clientes; e 4) Manutenção de linhas de Mercado Monetário Interbancário e de linhas de *Stand By Facility*.

No início do ano de 2015 o Banco aumentou os Fundos Próprios de segundo nível via emissão de obrigações subordinadas de € 6.5000.000,00 e em Dezembro efetuou um aumento de capital de € 5.000.000,00.

O Banco tem apresentado desde 30 de Setembro de 2015 (data em que entrou em vigor a obrigatoriedade de verificar o rácio LCR – mínimo de 60%) um rácio LCR (*“Liquidity Coverage Ratio”*) sempre superior a 70%.

Risco cambial

Embora sujeito a este risco, o Banco Português de Gestão não o considera expressivo, já que a exposição líquida em balanço que não está coberta por instrumentos de proteção atinge o montante de €5,2M distribuídos por quatro moedas, dos quais €4,9M correspondentes a USD.

Risco Operacional

O Risco Operacional está muito associado ao risco do Sistema de Informação e ao risco de ações humanas não havendo, no Banco Português de Gestão, registo histórico de perdas resultantes deste risco.

Em 2015 o Banco Português de Gestão iniciou os procedimentos necessários para a formalização deste risco e para o seu enquadramento na matriz de riscos, o que deverá concluir-se durante o exercício de 2016.

Outros Riscos

Não se considerou que os restantes grupos de Risco como o de Sistemas de Informação, Reputacional e de *Compliance* tivessem expressão para um tratamento autónomo já que o tipo de operações, a natureza dos clientes e o facto de o Banco não ser predominantemente de retalho, leva a que estes sejam diminutos.

O Risco de *Compliance* tem ganho algum protagonismo ao longo dos anos por força de legislação mais exigente no que se refere ao branqueamento de capitais e de aspetos comportamentais das Instituições Financeiras.

7. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO

O Balanço

Manteve-se e reforçou-se a tendência de crescimento da dimensão global que o Banco tem vindo a experimentar ao longo dos últimos exercícios, desta feita correspondendo a uma variação positiva de cerca de 9 % do Ativo Líquido Total, sendo certo que esse crescimento encerra comportamentos muito diferenciados nas diversas rubricas em que o Balanço se decompõe. Seguidamente referir-se-á em destaque as evoluções homólogas observadas em alguns dos seus mais representativos segmentos (valores em milhares de euros):

a) Crédito a clientes:

	2015	2014	% Variação
Crédito a Clientes	85 829.9	88 811.5	-3,4
Provisões	14 433.2	7 616.1	89,5
Crédito a Clientes (líquido de provisões)	71 396.8	81 195.4	-12,1

Representando cerca de metade do Balanço, o Crédito a Clientes é, por esse facto, um importante indício do nível de atividade do Banco, mas também um indicador sobre a sua capacidade de alargamento da base de clientes e da satisfação de algumas das suas necessidades essenciais. O decréscimo bruto observado nesta rubrica resulta de uma necessidade de reforço dos indicadores de liquidez do Banco e do reforço da prudência na concessão de crédito. Destacamos também o grande reforço ocorrido nas provisões decorrente do cálculo das imparidades e da degradação de risco em alguns clientes de maior dimensão.

b) Recursos de clientes

	2015	2014	% Variação
Recursos de clientes	64 913.9	44 915.4	44.5

A taxa de crescimento dos recursos captados a clientes ilustra uma das vertentes mais conseguidas da atividade de banca comercial desenvolvida pelo Banco em 2015, por via da qual se reduziu significativamente o grau de alavancagem com que esta área de negócios tem operado. Tratou-se de uma opção de gestão em que se privilegiou a estabilidade dos recursos de “funding” e reforço da liquidez.

c) Ativos financeiros (líquidos de imparidades)

	2015	2014	% Variação
Disponíveis para venda	32 618.3	22 949.6	42.1
Detidos para negociação	2 223.4	1 979.6	12.3
Detidos até à maturidade	712.3	5 853.8	- 87.8

As várias subcarteiras em que se decompõe a carteira própria do Banco evidenciam um acréscimo das suas componentes, quando essa comparação é feita na data de referência do final do exercício, com exceção dos ativos financeiros detidos até à maturidade que sofreram um decréscimo pela maturação de alguns títulos e pelo provisionamento de outros. Uma parte significativa do crescimento dos ativos disponíveis para venda (composto por obrigações governamentais), cerca de 8 milhões de euros, está também relacionado com a entrada em vigor do rácio LCR. Tratando-se de ativos financeiros constituídos por valores mobiliários que são objeto de uma gestão proativa (exceção feita à posição de títulos detidos até à maturidade), o seu volume global tende a ser bastante variável ao longo do exercício, em função das considerações de mercado que determinam oportunidades de compra, de acumulação ou de venda.

d) Recursos de Instituições financeiras

	2015	2014	% Variação
Recursos de bancos centrais	18 009.5	18 207.2	- 1.1
Recursos de OIC	41 900.0	47 351.8	-11.5

Embora o volume global dos recursos de bancos centrais se tenha mantido praticamente constante, é notório o decréscimo observado nas tomadas a Outras Instituições de Crédito (OIC) devido ao aumento dos recursos de clientes.

e) Ativos não correntes e outros tangíveis e intangíveis

	2015	2014	% Variação
Detidos para venda (líquido)	6 555.7	6 825.1	- 3,9
Propriedades de investimento (líquido)	1 767.4	1 836,7	- 3,8
Outros ativos tangíveis	2 133.1	2 334.9	- 8.6
Ativos intangíveis	168.8	319.2	- 47.1

A nota principal decorrente da evolução destas rubricas é dada pela quebra dos seus montantes, considerado o efeito de depreciações, amortizações e de imparidades que em cada caso tenham sido identificadas. As rubricas de Propriedades de Investimento e de Ativos não Correntes detidos para venda correspondem a imóveis adquiridos pelo Banco em processos de dação em cumprimento para compensação de créditos concedidos. Sendo certo que alguns dos imóveis detidos para venda foram efetivamente alienados no exercício, a manutenção do valor da rubrica em Balanço significa que se registaram novas entradas de valor semelhante ao das saídas.

f) Meios líquidos

	2015	2014	% Variação
Caixa e disponibilidades em Bancos	28 465.2	7 744.3	267.6

Embora, pela sua natureza, estas rubricas apresentem diariamente variações expressivas, é expectável que as mesmas tendam a assumir valores elevados, como forma de satisfazer – em conjunto com outros ativos de elevada liquidez (e.g. obrigações governamentais) – um nível de cobertura das exigibilidades de curto prazo, em linha com os mínimos exigidos pelo rácio LCR. Este é um fator de pressão sobre a margem financeira para o qual dificilmente se encontrarão mitigantes com eficácia adequada.

g) Capital Próprio

	2015	2014	% Variação
Capital Próprio	18 965,5	23 940.7	-20,8

Os capitais próprios do Banco foram significativamente penalizados pelo resultado do exercício, o qual, por sua vez, foi determinado pelo esforço provisional dirigido à cobertura de imparidades, na sua maior medida originadas pela carteira de crédito e por um fator de carácter extraordinário (constituição de provisões relativas à imparidade de papel comercial emitido por entidade do Grupo Espírito Santo, perda esta que foi em 2015 reconhecida na sua totalidade). De notar que existiu em Dezembro de 2015 um aumento de capital em € 5.000.000,00 e que os capitais próprios, embora erodidos pelo resultado líquido, continuam a proporcionar rácios de solvabilidade confortáveis.

A Conta de Resultados**a) Margem Financeira**

	2015	2014	% Variação
Margem Financeira	1 589.7	2 353.8	- 32.5

A conjugação dos efeitos a que se fez referência em comentário a diversas rubricas do Balanço, adicionada a uma quebra do contributo oriundo do rendimento gerado pelos valores mobiliários de renda fixa que integram a carteira própria do Banco – fenómeno no qual pesa a redução das *yields* a que se assistiu em 2015 – e ao custo da emissão de obrigações subordinadas explica, no essencial, a redução da margem financeira observada no exercício.

b) Rendimentos de serviços e comissões

	2015	2014	% Variação
Rendimento de Serviços e Comissões	560.0	590.4	- 5.1

Enquanto as comissões oriundas da prestação de serviços bancários e de intermediação financeira tiveram um pequeno decréscimo, o rendimento originado pela prestação de serviços *corporate* registou um incremento, mas ainda para níveis baixos, indiciador das dificuldades com que, em geral, esta área de negócios se confronta, dependente, como é, do regime de “success fee” a que os respetivos contratos se encontram, em regra, associados.

c) Rendimentos de ativos financeiros

	2015	2014	% Variação
De instrumentos de capital	40.7	49.6	-18.0
De ativos ao justo valor através de resultados	-222.0	236.3	- 194,0
De ativos financeiros disponíveis para venda	518.1	2 102.8	- 75.4
De reavaliação cambial	309.4	382.7	- 19.2

Este conjunto de rubricas ilustra, embora não exaustivamente – não se encontram aqui incluídos os contributos para a margem financeira nem para a reserva de valor inscrita na rubrica de Reservas de reavaliação, incluída no Capital Próprio – as diferentes formas pelas quais a carteira própria do Banco aportou valor ao produto bancário formado pela Instituição. O ano de 2015 revela um comportamento negativo do rendimento dos ativos financeiros em relação ao ano anterior, atribuído ao comportamento negativo dos diversos índices.

d) Produto Bancário

	2015	2014	% Variação
Produto Bancário	2 442.7	5 116.0	-52.3

É notório o decréscimo experimentado em 2015 por esta variável, no qual, pelo acima exposto, tiveram especial contributo os resultados obtidos pela gestão da carteira própria.

e) Custos de funcionamento

	2015	2014	% Variação
Custos com pessoal	1 877.5	2 524.1	-25.6
Gastos gerais	1 589.0	1 398.5	13.6
Depreciações e amortizações	421.2	384.2	9.6

O decréscimo observado com os custos de pessoal deve-se essencialmente com a redução de um administrador e de um Diretor do Banco, ajustando-o melhor à dimensão da Instituição e aos volumes de negócio que para esta são canalizados.

f) Imparidades e Correções de valor (líquidas)

	2015	2014	% Variação
Provisões e Correções de valor à carteira de crédito	6 645,7	2 754,1	141.3
Imparidades de outros ativos	3 487,8	5 028.8	-30.6

O esforço efetuado em 2015, de cerca de € 10.1 Milhões, foi extremamente elevado. Avultam neste esforço as provisões para a carteira de crédito e ainda a provisão constituída para compensar a imparidade estimada em ativos financeiros (Papel Comercial de empresa do GES). O reforço ou constituição de provisões relevantes para a carteira de crédito trouxe a cobertura para o total das imparidades que aí se encontram estimadas para níveis que se têm por muito adequados.

Formando-se um Resultado antes de impostos negativo em cerca de €11,6 Milhões, a aplicação das normas fiscais em vigor veio a determinar a apresentação de um Resultado Líquido do exercício negativo em cerca de €9,6 Milhões.

Considerando o interesse, como informação de síntese, da bateria de indicadores previstos na Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas, de seguida se apresenta quadro relevando para os últimos dois exercícios as cifras respeitantes aos rácios caracterizadores da solvabilidade, qualidade da carteira de crédito, rendibilidade e eficiência e de transformação de depósitos em crédito.

h) Outros Passivos Subordinados

	2015	2014	% Variação
Outros Passivos Subordinados	6 628 646	-	n.a.

O surgimento da rubrica Outros Passivos Subordinados reflete a emissão de obrigações subordinadas realizada em 30 de Janeiro de 2015. Esta emissão totaliza Eur 6,5 milhões, tem um prazo de 8 anos e uma taxa de juro anual de 4,75%, sendo os juros pagos semestralmente. Esta emissão veio reforçar os fundos próprios do Banco ao nível Tier 2.

	<u>31/dez/2015</u>	<u>31/dez/2014</u>
Solvabilidade		
CET1 Capital ratio	20,79%	26,08
Tier 1 Capital ratio	20,79%	26,08
Total capital ratio	26,28%	26,08
Qualidade do Crédito		
Crédito Incumprimento/Crédito Total	17,49%	9,47%
Crédito Incumprimento Liq/Crédito Total Liq	4,19%	4,16%
Crédito em Risco/Crédito Total	18,13%	10,53%
Crédito em Risco Liq/Crédito Total Liq	4,83%	4,81%
Rendibilidade		
RAI/Ativo Liq Médio	-8,27%	-4,93%
Produto Bancário/Ativo Liq Médio	1,74%	3,62%
RAI/CPP Médio	-55,84%	-24,27%
Eficiência		
(Custos Funcionam.+Amort)/Prod. Bancário	159,16%	84,18%
Custos com Pessoal/Prod. Bancário	78,86%	49,34%
Transformação		
(Crédito Total - Prov/Imp)/Depósitos de Clientes	120,12%	173,60%

Legenda:

CET 1 - Common Equity Tier 1 Capital

RAI - Resultado Antes de Impostos

CPP Med - Capitais Próprios Médios

Prov/Imp - Provisões/Imparidade acumulada

Crédito

8. PERSPETIVAS DA ATIVIDADE DO BPG PARA 2016

Em 2016, Portugal continuará a enfrentar o mesmo tipo de fatores de risco de anos anteriores, incluindo as incertezas da conjuntura externa, a evolução da crise das dívidas soberanas da zona euro, a dimensão da recuperação económica e o grau de compromisso dos vários agentes nacionais para com a consolidação orçamental, a realização de reformas estruturais e os incentivos ao crescimento e à criação de postos de trabalho.

No que se refere à recuperação económica, a evolução recente dos indicadores de conjuntura aponta para a manutenção de crescimento positivo, suportado não só pela procura externa, mas também pela recuperação da procura doméstica, que tem vindo a mostrar alguma vitalidade. Para isto têm contribuído também a descida acentuada do preço do petróleo (e de outras matérias primas) desde a segunda metade de 2014, bem como a desvalorização do Euro face ao Dólar e a atuação do Banco Central Europeu.

É portanto num quadro base de recuperação económica, certamente não isento de fatores de risco, que se perspetiva o ano de 2016.

O modelo de negócio do Banco Português de Gestão assenta, no essencial, nos seguintes pilares estratégicos:

- Especialização no sector da Economia Social, identificando e apoiando as diversas instituições que operam nesta área.
- Desenvolvimento das atividades inerentes a um banco universal, nomeadamente a área tradicional da banca comercial, a intermediação financeira e a banca de investimentos.
- Oferta de serviços de gestão de carteiras para Clientes e gestão da carteira própria.

Este foi o posicionamento definido nos últimos anos e será a base para o crescimento pretendido e para a expansão em novos vetores nos próximos anos.

Os resultados de 2015 refletem claramente o reforço de provisões / imparidades levado a cabo na carteira de crédito e noutros ativos financeiros, em particular na segunda metade do ano. A magnitude desse esforço veio ditar a necessidade de reforçar os fundos próprios do Banco, o que, por sua vez, se traduziu na realização, no final do ano, de um aumento de capital de Eur 5 milhões.

Pode então dizer-se que os vetores rentabilidade, solvabilidade e qualidade do ativo, críticos para o desempenho de um banco, sofreram em 2015 com o reforço de provisões / imparidades mas reforçaram-se com a emissão de obrigações subordinadas de Eur 6,5 milhões e o já referido aumento de capital realizado.

No ano de 2015 assistiu-se ao reforço da liquidez do banco, em termos quantitativos e em termos de diversidade de fontes, o que permite entrar em 2016 com uma posição folgada que se traduzirá numa gestão de tesouraria equilibrada com perspetivas de redução do custo médio de funding.

A dinâmica comercial acelerou em 2015 e deverá acentuar-se em 2016, com o crescimento do negócio nas áreas em que o banco já está presente e com a entrada progressiva em novas áreas relacionadas.

Também do ponto de vista organizacional, a redefinição e clarificação do sistema de controlo interno, aliada ao reforço de meios das funções de controlo, deverá traduzir-se num controlo mais tempestivo e eficaz, que por sua vez suportará a concentração das equipas e da Gestão no desenvolvimento do negócio.

O reconhecimento de perdas em dossiers antigos feito em 2015, o reforço de meios em áreas específicas já realizado e em curso e a maior dinâmica comercial, aliada esta última também a um futuro reforço de meios, criam as condições para um crescimento equilibrado e sustentado da atividade do Banco e da sua rentabilidade no curto-médio prazo.

A descida das taxas de financiamento de Portugal no ano de 2015 para os níveis mais baixos de sempre e a concentração da Banca Portuguesa no financiamento aos clientes com melhor *risco/rating* em detrimento dos clientes com menor rating contribuíram para que o BPG tivesse em 2015 de rever em baixa a sua margem em alguns clientes e noutros casos deixasse de ser competitivo face a bancos nacionais e estrangeiros com maior dimensão e custos de funding mais baixos.

A esta tendência de compressão das margens financeiras o Banco continuará a responder, como já começou a fazê-lo em 2015, com a oferta de serviços aos seus clientes onde a componente de intermediação financeira/serviços ganha maior importância por comparação com a função creditícia, é o caso da montagem e colocação de programas de Papel Comercial e de empréstimos obrigacionistas, onde o principal valor acrescentado pelo Banco é o da intermediação entre o emitente e o cedente de fundos (investidor final) e a prestação de novos serviços como o “*confirming*”.

Para além da aposta na prestação de serviços, o Banco quer continuar a apoiar clientes com bom risco o que irá implicar um esforço no sentido de reduzir os seus custos de “funding”, recursos de clientes e de outras instituições de crédito – para este esforço irá contribuir muito o reforço de liquidez no final do ano de 2015.

Neste enquadramento, o BPG que, em 2015, já obteve ganhos na sua atividade de intermediação, resultantes da adaptação (interna e externa) do seu posicionamento, irá prosseguir em 2016 o esforço já desenvolvido, tentando tirar partido do crescimento da economia portuguesa, com especial atenção ao comportamento e necessidades dos seus diversos agentes.

A área Comercial procurará dar continuidade aos bons resultados já obtidos quer na liquidação de ativos não correntes (imóveis) detidos para venda, quer na condução dos *dossiers* denominados de crédito em risco, tendo em vista a redução, onde possível, da exposição e/ou imparidades que se encontram identificadas.

A captação de depósitos, como fonte alternativa de funding, continuará a ser um vetor importante da atividade comercial, devendo o esforço de angariação ser definido no âmbito alargado da política de gestão de liquidez.

O *homebanking* deverá assumir ao longo de 2016 um papel mais relevante como instrumento transacional, contribuindo para o aumento da eficiência operacional e para a crescente proximidade dos clientes.

O desenvolvimento da área de Mercados Financeiros passará por um crescimento das atividades já desenvolvidas e pela entrada progressiva em novas áreas de negócio. O crescimento dos negócios em que já está presente deverá fazer-se a partir da base de recursos e *expertise* existentes com reforço pontual de meios.

A entrada em novas áreas de negócio, concretamente em novos produtos e serviços que complementem a oferta atualmente existente e que permitam ao Banco evoluir em abrangência, sofisticação e maior valor acrescentado, constitui um objetivo de médio prazo para o qual se começará a caminhar já em 2016. Entre as novas áreas incluem-se novas vertentes de mercado de Capitais, produtos estruturados, produtos derivados e coberturas.

Em termos de perspetivas imediatas para 2016, espera-se que a carteira proprietária do Banco venha novamente a gerar bons resultados. Deverá continuar-se por razões prudenciais e operacionais a reforçar a carteira de obrigações, procurando a obtenção de yields mais atrativas, através de apostas em periféricos com maturidades médias na curva de rendimentos que limitem impactos de volatilidade pontual do mercado.

Nas ações, classe de ativos em que se considera que existe o maior potencial de valorização, deverá também ocorrer um reforço dos montantes aplicados. Aqui será privilegiada a exposição aos mercados europeus, que se crê virão a ser dos principais beneficiários da política de incremento do “*Quantitative Easing*” seguida pelo BCE.

Em conjunto com outras áreas do Banco, a DMF procurará captar novos clientes para a execução e gestão de ativos.

Na gestão da tesouraria, procurar-se-á que existam sempre as folgas adequadas, com especial atenção para o cumprimento dos diferentes rácios, nomeadamente o já referido LCR (rácio de liquidez), objetivo aliado aos da minimização do custo de funding e diversificação das fontes de financiamento.

A liquidez existente deverá ser em qualquer momento, necessária e suficiente para as necessidades correntes de tesouraria da Instituição.

Será igualmente tentada a abertura de novas linhas de MMI (Mercado Monetário Interbancário) com Instituições Congéneres.

O ano de 2016 continuará a ser pautado pelo reforço das funções de controlo (gestão global de riscos, auditoria interna e *compliance*) e pelo maior esforço de envolvimento dos órgãos de controlo e de fiscalização no acompanhamento dos riscos do negócio do Banco.

9. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Tendo presente o disposto na alínea b) do nº 5 do artº 66º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração informa não ter conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2015 que justifiquem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo naquela data, ou que afetem as situações e/ou informações nas mesmas relevadas.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2015, o Banco Português de Gestão obteve um resultado negativo depois de impostos de € 9 597 762.

O Conselho de Administração propõe que o montante dos resultados obtidos no exercício seja levado, na sua totalidade, à Conta de Resultados Transitados.

11. REFERÊNCIAS FINAIS

O resultado negativo apurado no exercício é fruto, em larga medida, de circunstâncias e eventos de carácter extraordinário, não devendo ser associado a um desempenho menos conseguido dos seus colaboradores ou a uma menor colaboração por parte de clientes ou contrapartes, com os quais o Banco continuou a desenvolver uma relação profícua e compensadora dos mútuos interesses nela investidos. Assim, é pertinente e oportuna a referência de agradecimento aos colaboradores do Banco, pela forma como cumpriram as responsabilidades que lhes foram confiadas, bem como aos clientes e contrapartes, pela confiança evidenciada na Instituição.

É igualmente de salientar a qualidade do relacionamento estabelecido com as entidades de supervisão (Banco de Portugal e Comissão de Mercados de Valores Mobiliários), bem como com os restantes órgãos sociais, em especial no que se refere ao órgão de fiscalização (Membros do Conselho Fiscal), e ao Revisor Oficial de Contas, a todos sendo devida nota de muito apreço pela atenção com que foi acompanhada a atividade

desenvolvida pelo Banco e pela qualidade e pertinência das recomendações e sugestões que, no âmbito das respetivas competências, foram formuladas, todas elas contribuindo para que a Instituição, sem perder de vista o princípio da proporcionalidade que sempre deverá estar presente na prossecução desse objetivo, convirja, na sua globalidade e em todas as suas dimensões, para um patamar de elevada qualidade e de boas práticas.

Lisboa, 21 de Março de 2016

Presidente

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino

Vice-Presidente

Mário José Brandão Ferreira

Vogais

Guilherme Manuel Soares Bernardo Vaz

Luís António Gomes Moreno

Luís Miguel Nunes Barbosa

Paulo Jorge Santos Azenhas

12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Montantes expressos em Euros

	Nota	31/dez/2015	31/dez/2014
Juros e rendimentos similares	5	4.167.989	4.720.422
Juros e encargos similares	5	(2.578.325)	(2.366.668)
Margem financeira		1.589.664	2.353.754
Rendimentos de instrumentos de capital	6	40.656	49.586
Rendimentos de serviços e comissões	7	560.041	590.382
Encargos com serviços e comissões	7	(184.380)	(185.221)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	8	(222.041)	236.339
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	8	518.062	2.102.842
Resultados de reavaliação cambial	9	309.442	382.747
Resultados de alienação de outros ativos	10	(116.775)	(57.079)
Outros resultados de exploração	11	(51.988)	(357.397)
Produto bancário		2.442.681	5.115.953
Custos com pessoal	12	(1.877.509)	(2.524.091)
Gastos gerais administrativos	13	(1.588.989)	(1.398.518)
Depreciações e amortizações	25,26,27	(421.195)	(384.162)
Provisões líquidas de reposições e anulações	24	2.706.233	(2.118.182)
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	24	(9.351.890)	(635.952)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19,23	(2.024.388)	(4.965.049)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	24	(1.463.455)	(63.737)
Resultado antes de imposto		(11.578.512)	(6.973.738)
Impostos		1.980.750	106.542
Correntes	14	(63.431)	(33.658)
Diferidos	14	2.044.181	140.200
Resultado após imposto		(9.597.762)	(6.867.196)
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		(9.597.762)	(6.867.196)
Resultado em euro por ação		(1,06)	(0,94)

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

	Montantes expressos em Euros	
	31/dez/2015	31/dez/2014
Resultado Líquido do Exercício	(9.597.762)	(6.867.196)
Outro Rendimento Integral:		
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para resultados		
.Variações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Justo valor	(487.016)	267.009
Impacto fiscal	109.579	(62.064)
	<u>(377.437)</u>	<u>204.945</u>
Total de Rendimento Integral do Exercício	<u>(9.975.199)</u>	<u>(6.662.251)</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

BALANÇO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Montantes expressos em Euros

	Nota	31-dez-2015			31-dez-2014
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)	Valor líquido (3)=(1)-(2)	
ATIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	14.329.659	-	14.329.659	497.253
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	17	14.135.548	-	14.135.548	7.247.047
Ativos financeiros detidos para negociação	18	2.223.365	-	2.223.365	1.979.622
Ativos financeiros disponíveis para venda	19	33.054.357	436.036	32.618.321	22.949.562
Aplicações em instituições de crédito	20	50.000	-	50.000	50.171
Crédito a clientes	21,22,24	85.829.940	14.433.160	71.396.780	81.195.390
Investimentos detidos até à maturidade	23	7.265.712	6.553.399	712.313	5.853.798
Ativos não correntes detidos para venda	24,25	6.847.715	291.984	6.555.731	6.825.119
Propriedades de investimento	25	2.049.030	281.611	1.767.419	1.836.721
Outros ativos tangíveis	26	3.436.517	1.303.405	2.133.112	2.334.886
Ativos intangíveis	27	1.246.689	1.077.885	168.804	319.219
Ativos por impostos correntes	28	-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos	14,28	4.417.899	-	4.417.899	2.285.398
Outros ativos	30,24	5.350.955	2.197.572	3.153.383	7.411.151
Total de Ativo		180.237.386	26.575.052	153.662.334	140.785.337

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

BALANÇO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Montantes expressos em Euros			
	Nota	31/dez/2015	31/dez/2014
PASSIVO			
Recursos de bancos centrais	31	18.009.507	18.207.160
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	32	1.834.512	4.454.841
Recursos de outras instituições de crédito	33	41.899.994	47.351.786
Recursos de clientes e outros empréstimos	34	64.913.914	44.915.399
Provisões	24	605.857	777.285
Passivos por impostos correntes	28	39.301	33.658
Passivos por impostos diferidos	14,28	53.615	74.874
Outros passivos subordinados	29	6.628.646	-
Outros passivos	30	711.535	1.029.683
Total de Passivo		134.696.881	116.844.685
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	37	41.651.915	36.651.915
Prémios de emissão	37	9.235	9.235
Ações próprias	37	(21.490)	(21.490)
Reservas de reavaliação	38	(247.512)	129.925
Outras reservas e resultados transitados	38	(12.828.933)	(5.961.738)
Resultado do exercício		(9.597.762)	(6.867.196)
Total de Capital Próprio		18.965.453	23.940.652
Total de Passivo + Capital Próprio		153.662.334	140.785.337

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

	Montantes expressos em Euros							
	Capital	Prémios de emissão	Reserva legal	Outras reservas e resultados transitados	Reserva de reavaliação de justo valor	Ações próprias	Resultado do exercício	Capitais próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	36.651.915	9.235	296.359	(5.964.262)	(75.020)	(21.490)	(293.834)	30.602.903
Incorporação em resultados transitados do resultado líquido de 2014	-	-	-	(293.834)	-	-	293.834	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
Outro rendimento integral:	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	267.009	-	-	267.009
Variações dos impostos diferidos relativos ao justo valor	-	-	-	-	(62.064)	-	-	(62.064)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	(6.867.196)	(6.867.196)
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	204.945	-	(6.867.196)	(6.662.251)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	36.651.915	9.235	296.359	(6.258.096)	129.925	(21.490)	(6.867.196)	23.940.652
Incorporação em resultados transitados do resultado líquido de 2015	-	-	-	(6.867.196)	-	-	6.867.196	-
Aumento de Capital	5.000.000	-	-	-	-	-	-	5.000.000,00
Outro rendimento integral:	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(487.016)	-	-	(487.016)
Variações dos impostos diferidos relativos ao justo valor	-	-	-	-	109.579	-	-	109.579
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	(9.597.762)	(9.597.762)
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	(377.437)	-	(2.730.566)	(3.108.003)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	41.651.915	9.235	296.359	(13.125.292)	(247.512)	(21.490)	(9.597.762)	18.965.453

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

	31/dez/15	31/dez/14
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	4.646.953	5.397.563
Juros, comissões e outros custos pagos	(2.754.421)	(2.547.043)
Pagamento a empregados e a fornecedores	(3.546.661)	(3.997.871)
Outros pagamentos e recebimentos operacionais	(324.699)	507.719
Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais	(1.978.828)	(639.632)
(Aumentos) Diminuições de ativos operacionais		
Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda	(10.044.060)	4.498.475
Ativos financeiros detidos até à maturidade	3.478.400	(4.031.290)
Aplicações em instituições de crédito	0	0
Créditos sobre clientes	3.229.113	(10.479.671)
Outros ativos	113.740	719.267
Aumentos (Diminuições) de passivos operacionais		
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(5.543.438)	91.208
Recursos de clientes	19.960.124	12.118.366
Responsabilidades representadas por títulos	0	0
Outros passivos	(56.926)	78.187
	9.158.126	2.354.910
Pagamento de imposto sobre lucros	(57.787)	(28.333)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	9.100.339	2.326.577
Fluxos de caixa das atividades de Investimento		
Aquisições de participações financeiras	-	0
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(12.318)	(121.691)
Alienação de ativos tangíveis e intangíveis	17.848	10.210
Alienação de imóveis recebidos em dação	228.756	565.119
Dividendos recebidos	40.656	49.586
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	274.942	503.223
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de reservas a acionistas	-	-
Aumento de capital e Emissão de dívida titulada e subordinada	11.500.000	-
Juros de dívida titulada	(154.375,0)	-
Distribuição de dividendos	-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	11.345.625	-
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	20.720.906	2.829.800
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.744.301	4.914.501
Caixa e seus equivalentes no fim do período	28.465.207	7.744.301

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

13. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

(Montantes expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

O Banco Português de Gestão (BPG ou Banco) é uma instituição de crédito de capitais privados, constituída sob a forma de sociedade anónima por escritura pública em 29 de Setembro de 2000, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e identificação fiscal 504655361, tendo iniciado a sua atividade em 26 de Dezembro do mesmo ano.

A sede do Banco está localizada na Rua do Salitre, nº 167 em Lisboa e dispõe ainda, para o desenvolvimento da sua atividade, de um escritório de representação no Porto.

Constituído inicialmente com um capital social de € 18 000 000, no último trimestre de 2001 o Banco procedeu a um aumento de capital para € 35 000 000, diversificando a sua estrutura acionista, com a entrada, entre outros, de diversas entidades que integram o setor da Economia Social, como sejam Cooperativas de Habitação, Organizações Sindicais, Mutualidades, Misericórdias e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Conforme aprovação na Assembleia Geral, anual, em 30 de Março de 2011, o capital social foi aumentado pela incorporação do prémio de emissão, que se encontrava registado em outras reservas, cifrando-se nesta data o capital social do Banco em € 36 651 915.

Em 28 de dezembro de 2015 o Banco procedeu a um novo aumento de capital, através da emissão de 1.736.111 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, sendo nesta data o capital social do Banco € 41.651.914,68

O Banco apresenta-se como uma instituição especialmente vocacionada para a economia social, numa dupla ótica, por um lado, procurando soluções e oferecendo produtos e serviços financeiros para os agentes que atuam nesta área (IPSS, Misericórdias, Institutos, Autarquias, Fundações, Cooperativas, etc.) e, por outro lado, intervindo nos setores emergentes em termos de estruturação de serviços financeiros dos quais se destacam os setores da saúde, turismo, novas tecnologias e energias renováveis.

No âmbito deste posicionamento, ganha relevo uma linha estratégica de intervenção qualificada no universo das Economias do Espaço Lusófono, quer junto dos respetivos setores públicos, quer em apoio de empresas Portuguesas cujos projetos de expansão encontram aí expressão internacional.

*NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE*

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referidas a 31 de Dezembro de 2015 e relativas ao exercício de 2015 foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco, em 21/03/2016, devendo os mesmos ser sujeitos à aprovação da Assembleia Geral, convocada para o efeito, a realizar em 23/03/2016.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão reportam ao BPG enquanto instituição individual e encontram-se expressas em Euro (€), sendo os montantes divulgados nas Demonstrações Financeiras referidos à unidade daquela moeda.

As Demonstrações Financeiras de 2015 do Banco Português de Gestão foram preparadas em base consistente com as do exercício anterior, pelo que a informação ali incluída, com exceção do outro rendimento integral apresentado na Demonstração do rendimento integral, é comparável e preparada no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental, e de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) e demais disposições emitidas pelo Banco de Portugal, de acordo com a competência que lhe é conferida pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro. Os valores apresentados para o outro rendimento integral no exercício de 2013 foram reexpressos de forma a serem comparáveis com os valores apresentados no exercício de 2014.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei nº35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso 1/2005, do Banco de Portugal, com exceção de algumas matérias especificamente reguladas pelo Banco de Portugal, a saber, valorimetria e provisões da carteira de crédito e garantias, valorimetria dos ativos tangíveis e contabilização de responsabilidades com pensões e benefícios pós-emprego, sendo as aplicáveis ao Banco conforme segue:

- i) A carteira de crédito e garantias está sujeita à constituição de provisões para riscos específicos e riscos gerais de crédito, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº3/95, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro e a valorimetria desta componente deverá ser efetuada de acordo com o disposto no Aviso nº 1/2005;
- ii) O impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma, resultante da aplicação do IAS 19 com referência a 31 de dezembro de 2015, poderá ser reconhecido em resultados transitados através de um plano de prestações uniformes, por um prazo de 5 anos, com exceção da parte relativa a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego e alteração dos pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para as quais o prazo se estende até aos 7 anos, conforme definido nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2015 e nº 12/2005, de 21 de fevereiro e 22 de dezembro, respetivamente; e
- iii) Os ativos tangíveis serão mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verifiquem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias daí

resultantes serão incorporadas em sub-rubrica apropriada da conta "Reservas legais de reavaliação".

Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia (UE)

Descrição	Alteração	Impacto estimado	Data efetiva
1. Alterações e interpretações efetivas a 1 de janeiro de 2015			
· Melhorias às normas 2011–2013	Clarificações	1)	1 de janeiro de 2015
· IFRIC 21– ‘Taxas’ (“Levies”)	Nova interpretação – Contabilização de passivos por taxas	1)	1 de janeiro de 2015
2. Alterações efetivas em ou após 1 de fevereiro de 2015			
· Melhorias às normas 2010–2012	Clarificações	1)	1 de fevereiro de 2015
· IAS 19 – Planos de benefícios definidos	Contabilização das contribuições de empregado ou outras entidades	1)	1 de fevereiro de 2015
· IAS 16 e IAS 38 – Métodos de cálculo de amortização/depreciação	Os métodos de depreciação/amortização baseados no rédito, não são permitidos.	2)	1 de janeiro de 2016
· IAS 16 e IAS 41 – Agricultura: Plantas que produzem ativos biológicos consumíveis	Plantas que apenas produzem ativos biológicos consumíveis, são incluídas no âmbito da IAS 16 e são mensuradas pelo modelo do custo ou pelo modelo da revalorização.	2)	1 de janeiro de 2016
· IFRS 11 – Acordos conjuntos	Contabilização da aquisição de um interesse numa operação conjunta que é um negócio	2)	1 de janeiro de 2016
· IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras	Revisão das divulgações no âmbito do projeto do IASB “Disclosure Initiative”	2)	1 de janeiro de 2016
· IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas	Opção de mensurar pelo método da equivalência patrimonial, nas DF’s separadas, os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas.	2)	1 de janeiro de 2016
· Melhorias às normas 2012–2014	Clarificações várias	2)	1 de janeiro de 2016
3. Normas e alterações efetivas, em ou após 1 de fevereiro de 2015, ainda não endossadas pela EU			
· Alterações IFRS 10, 12 e IAS 28: Entidades de investimento - aplicação da isenção de consolidar	Isenção de consolidar aplicada às entidades de investimento, extensiva a uma empresa-mãe que não qualifica como Entidade de investimento mas é uma subsidiária de uma entidade de investimento.	2)	1 de janeiro de 2016
· IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma para o tratamento contabilístico de instrumentos	2)	1 de janeiro de 2018
· IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Reconhecimento do rédito relacionado com a entrega de ativos e prestação de serviços, pela aplicação o método das 5 etapas.	2)	1 de janeiro de 2018

- 1) A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do banco.
- 2) Não se esperam impactos relevantes nas demonstrações financeiras do banco com a adoção desta alteração.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo Banco na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

No momento inicial, os ativos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para os ativos e passivos ao justo valor através de resultados onde os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados.

De acordo com o IFRS 13 entende-se por justo valor o preço pelo qual um determinado ativo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efetuar essa transação. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

O BPG classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias, conforme definido no IAS 39:

- ativos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados;
- ativos financeiros detidos até à maturidade;
- ativos financeiros disponíveis para venda; e
- créditos e outros valores a receber.

O justo valor é determinado com base em:

- preços de um mercado ativo, opção esta aplicável à totalidade dos valores mobiliários incluídos na carteira de negociação;
- métodos e técnicas de valorização (quando não há um mercado ativo), que não tenha subjacente preços calculados com base em ativos ou passivos semelhantes ou com base em estimativas estatísticas ou outros método quantitativos.

Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos financeiros ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.1.1. Ativos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados

Nesta categoria são classificados os ativos passivos financeiros de negociação e os designados na opção de justo valor.

Estes títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável transacionados em mercados ativos e em que o Banco optou, no reconhecimento inicial por registar e avaliar ao justo valor. Estas rubricas incluem essencialmente:

- instrumentos financeiros, podendo estar registados como detidos para negociação ou ao justo valor através de resultados; e
- derivados de negociação.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os ativos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

- eliminem ou reduzam significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento;
- um grupo de ativos financeiros é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo de ativos é fornecida internamente ao pessoal chave da gestão da entidade nessa base; ou
- se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo a IAS 39 teriam de ser bifurcados.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados e apresentadas em derivados de negociação.

A avaliação destes ativos e passivos é efetuada diariamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram nesta categoria inclui o montante de juros corridos não cobrados. Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidos em resultados, tal como o rendimento de juros e dividendos.

2.1.2. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que:

- o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado;
- são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- não se classificam como: empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são registados ao justo valor, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo de aquisição.

As variações, ganhos ou perdas, resultantes de alterações no justo valor destes ativos são reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica de reservas de reavaliação de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais reconhecidos no capital próprio é transferido para resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método de taxa efetiva.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das ações) são também reconhecidos em resultados na data em que são recebidos.

De acordo com o IAS 39, um ativo financeiro disponível para venda está com evidência de imparidade, se se observarem um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- dificuldades financeiras significativas do emitente;
- incumprimento contratual do emitente em termos de reembolso de capital ou pagamento de juros;
- probabilidade de falência do emitente;
- desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do emitente;

Para além dos eventos relativos a instrumentos de dívida acima referidos, a existência objetiva de imparidade em instrumentos de capital pode ainda considerar a informação acerca dos seguintes eventos de perdas:

- Alterações significativas, com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emitente opera, que indiquem que o custo do investimento pode não ser recuperável na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado do ativo financeiro inferior ao custo de aquisição.

Se, num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, essa perda anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.1.3. Créditos e outros valores a receber e provisões

O crédito e outros valores a receber abrangem os créditos concedidos pelo Banco e correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo operações de locação financeira mobiliária e imobiliária, empréstimos sindicados bem como os créditos titulados (papel comercial e obrigações emitidas por empresas), que não sejam transacionados num mercado ativo e para os quais não haja intenção de venda no curto prazo.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, que, em geral, corresponde ao valor da transação e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos, que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito), são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método *pró-rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os créditos a clientes só deixam de ser reconhecidos no balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital, decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento e classifica em juros vencidos a regularizar os juros vencidos, na data do seu vencimento.

Nos créditos em contencioso são consideradas vencidas, todas as prestações de capital (vincendas e vencidas).

O Banco, aquando da renegociação dos créditos em situação de incumprimento, acautela que sejam cumpridas as orientações do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, no que respeita ao pagamento integral dos juros vencidos ou ao reforço das garantias recebidas, associadas ao crédito.

O Banco procede ao abate de créditos ao ativo (“write-off”) das operações que considera irrecuperáveis e cujas provisões e imparidade estejam constituídas pelo valor total do crédito. Estes créditos são registados em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito, por liquidação ou por cessação formal do direito a receber nos termos legais aplicáveis.

Locação Financeira

As operações de locação, em que o Banco transfere os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem para um Cliente em regime de locação financeira, são registados no balanço como crédito concedido.

As rendas são constituídas pelos juros, proveito financeiro, e pela amortização financeira do capital.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos associados, registados em resultados ao longo da vida das operações.

Provisões para crédito e juros vencidos, para créditos de cobrança duvidosa, para riscos gerais de crédito e risco país

A carteira de crédito e garantias está sujeita à constituição de provisões nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 3/95 de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 3/2005, de 28 de Fevereiro.

De acordo com o Aviso nº 1/2005 de 21 de Fevereiro, o valor das imparidades estimadas não pode ser inferior ao montante global das provisões específicas e genéricas com base no valor recuperável da carteira de crédito, de acordo com a IAS39.

A carteira de crédito não titulado e de garantias está sujeita à constituição de provisões para:

- crédito vencido e créditos de cobrança duvidosa;
- riscos gerais de crédito; e
- risco-país

i) Provisão para crédito não titulado, juros vencidos e garantias prestadas

Esta provisão, apresentada no ativo como dedução à rubrica Créditos a Clientes, destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas, de capital ou juros. Em conformidade com o disposto pelo Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, o montante a provisionar deverá ser crescente em função do período decorrido após o respetivo vencimento e da eventual existência de garantias, excluindo os créditos concedidos ao Setor Público Administrativo.

Nos termos da legislação fiscal em vigor, desde 1 de Janeiro de 2007 o reforço das provisões para crédito vencido e de cobrança duvidosa com garantia real hipotecária deixou de ser aceite como custo fiscal. O saldo desta provisão será tributado na medida em que forem efetuados reforços.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

As provisões para créditos de cobrança duvidosa são apresentadas no ativo como dedução à rubrica Créditos a Clientes e destinam-se a fazer face aos riscos de realização do capital vincendo relativamente a créditos daquela natureza que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. São considerados nesta situação:

a) as prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respetivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;

ii) estarem em incumprimento há mais de:

- seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
- doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a 5 e inferior a 10 anos;
- vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

A parte vincenda dos créditos nestas condições, são consideradas vencidas apenas para efeitos de provisionamento, com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

b) os créditos vincendos sobre um mesmo Cliente se, de acordo com a sua reclassificação prevista na alínea anterior, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Estes créditos são provisionados com base na aplicação de metade das taxas de provisionamento aplicáveis aos créditos vencidos.

iii) **Provisão para riscos gerais de crédito**

A provisão para riscos gerais de crédito é apresentada no passivo e o seu valor satisfaz as orientações do Banco de Portugal fixadas no aviso acima mencionado, é de natureza geral e destina-se a fazer face a riscos de crédito não identificados especificamente.

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões para riscos e encargos - outras provisões", e corresponde a 1,5% do total do crédito ao consumo não vencido e a 1% do total do crédito não vencido concedido pelo Banco, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga. Para créditos garantidos por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário, a provisão a aplicar é de 0,5%. À base de cálculo desta provisão são deduzidos os créditos concedidos ao Setor Público Administrativo.

Nos termos da legislação fiscal em vigor, desde 1 de Janeiro de 2003 o reforço desta provisão deixou de ser aceite na totalidade como custo fiscal.

iv) **Provisão para risco país**

As provisões para risco país são constituídas para fazer face ao risco imputado aos ativos financeiros e elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco. O regime de constituição destas provisões é o que está previsto na Instrução do Banco de Portugal nº 94/96 e carta circular nº 7/12/DSBDR.

2.1.4. Ativos financeiros detidos até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determinados e maturidade fixa, que o BPG demonstrou intenção e capacidade de manter até à maturidade. A venda de uma parte significativa destes ativos dá origem a uma reclassificação para a rubrica de disponíveis para venda.

De acordo com a IAS 39 uma entidade não deve classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria se tiver, durante o ano financeiro corrente ou durante os dois anos financeiros precedentes, vendido ou reclassificado uma quantia significativa em relação à quantia total dos investimentos detidos até à maturidade, que não seja por:

- i) estarem próximos da maturidade ou da data de compra do ativo que as alterações na taxa de juro do mercado não teriam um efeito significativo no justo valor do ativo financeiro;
- ii) ocorrer depois de a entidade ter substancialmente recebido todo o capital original do ativo financeiro
- iii) ser atribuível a acontecimento isolado que esteja fora do controlo da entidade.

No reconhecimento inicial os ativos financeiros detidos até à maturidade são registados pelo justo valor, que geralmente inclui valores de comissões ou taxas.

Posteriormente, estes ativos financeiros são valorizados ao custo amortizado de acordo com o método de taxa de juro efetiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros corridos, as diferenças entre o valor de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e os valores de comissões ou taxas consideradas incrementais são registados em resultados (de acordo com o método de taxa efetiva).

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no balanço, líquidos da imparidade reconhecida.

2.2. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Os outros passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados:

- i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação;
- ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Qualquer diferença entre o montante recebido líquido de custos de transação e o montante a pagar na maturidade é reconhecido na demonstração de resultados durante a vida do passivo através do método da taxa de juro efetiva.

Caso o Banco recompre dívida emitida, esta é desconhecida do balanço e a diferença entre a quantia escriturada do passivo e o seu custo de aquisição é reconhecida em resultados.

2.3. Outros passivos subordinados

As emissões de obrigações do Banco estão registadas na rubrica de Outros passivos subordinados.

Na data de emissão, as obrigações emitidas são relevadas pelo justo valor (valor de emissão), incluindo despesas e comissões de transação, sendo devidamente valorizadas ao custo amortizado como base no método da taxa de juro efetiva.

2.4. Instrumentos financeiros derivados

Os Instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negoceia os contratos e são subsequentemente remensurados ao justo valor. Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional).

O justo valor é obtido através de preços de mercados cotados em mercados ativos, incluindo transações de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente modelos de fluxos de caixa descontados.

Os derivados são considerados como ativos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rentabilidade de instrumentos de dívida ao valor das ações ou índices de ações, são bifurcados e tratados como derivados separados, quando o seu risco e características económicas não sejam íntima e claramente relacionados com os do contrato hospedeiro e este não for mensurado ao justo valor com variações

reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração de resultados.

O Banco possui derivados de negociação, os quais são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas imediatamente em resultados.

2.5. Ativos e passivos em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "*multi-currency*", sendo cada operação registada exclusivamente em função das respetivas moedas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação, enquanto os ativos e passivos não monetários, expressos em moeda estrangeira, registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

a) Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos ativos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo de permuta de divisas e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia, divulgados pela Bloomberg, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda Euro), por contrapartida de custos ou proveitos.

b) Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respetivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

2.6. Imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito o Banco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. Em alguns casos onde o mutuário apresenta evidência de dificuldades no cumprimento das suas obrigações para com o Banco, este pode negociar com o devedor a entrega de bens móveis ou imóveis – geralmente aqueles que estão a garantir os empréstimos – para liquidação total ou parcial das responsabilidades em questão.

Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento (nº1 do artigo 112º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de créditos devendo alienar os mesmos num prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114º do RGICSF).

O Banco, inicialmente, tem como objetivo a venda de todos os imóveis recebidos em dação, com exceção de situações pontuais em que determinou transferir esses imóveis para uso próprio.

Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas que darão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor por que se encontram registados. As mais valias potenciais nestes ativos não são reconhecidas no balanço.

As avaliações são efetuadas por peritos avaliadores independentes registados junto da Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários.

O Banco classificou os imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio nas seguintes categorias:

2.6.1. Ativos não correntes detidos para venda

De acordo com o IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas, são classificados nesta categoria os ativos não correntes ou grupos de ativos e passivos a alienar, sempre que seja expetável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), e estes ativos ou grupos para alienação se encontrem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Os imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda, recebidos por recuperação de crédito, são registados inicialmente pelo valor acordado no contrato de dação, acrescido dos custos inerentes à transação.

Estes ativos não são amortizados e os custos de manutenção associados são registados em resultados.

2.6.2. Propriedades de Investimento

São classificados nesta categoria, de acordo com a IAS 40 – Propriedades de Investimento os ativos que o Banco recebeu em reembolso de crédito próprio, que não se encontram disponíveis para venda e não sendo a sua venda altamente provável no curto prazo, não cumprem as condições para serem classificados como ativos não correntes detidos para venda. Alguns destes imóveis encontram-se arrendados.

Os imóveis são registados inicialmente pelo valor acordado no contrato de dação, acrescidos dos custos inerentes à transação. Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas que darão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor por que se encontram registados.

São reconhecidos nos resultados os rendimentos das rendas e os gastos operacionais diretos de manutenção.

Estes ativos são depreciados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada e de acordo com a legislação em vigor.

2.6.3. Imóveis de serviço próprio

Foram transferidos para a rubrica de Ativos Tangíveis duas frações integradas em prédios de habitação, ambas dotadas de licença de utilização para fins comerciais e que mostraram dispor das condições adequadas à satisfação de necessidades do Banco para o desenvolvimento das suas atividades correntes.

Uma das frações, localizada em concelho vizinho ao de Lisboa, e afastada da atual localização do Banco, destina-se a infraestrutura alternativa, dando satisfação nesta componente ao Plano de continuidade de negócio, para utilização em caso de desastre que afete gravemente o acesso e/ou utilização do edifício onde o Banco se encontra instalado.

A outra fração, situada em Braga e considerando que a atividade desenvolvida pelo Escritório do Porto abrange esta zona e regiões limítrofes e aí se encontra um conjunto significativo de clientes do Banco, foi decidido que a existência nesta cidade de uma unidade representativa do Banco, permitirá um melhor e mais assíduo acompanhamento e, eventualmente, uma maior eficácia na obtenção de benefícios resultado das relações comerciais estabelecidas e a estabelecer.

O Banco transferiu ainda para os seus ativos tangíveis, duas outras frações situadas em Santarém e na Costa de Caparica, com destino ao arquivo de documentação do Banco, e que, conforme estipulado legalmente, este deve manter por um período alargado.

2.7. Ativos tangíveis

Encontram-se nesta rubrica os ativos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são diretamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondendo ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Imóveis	10-50
Equipamento:	
Mobiliário e material	4-10
Material de transporte	4
Equipamento informático	3-4
Instalações interiores	3-10
Equipamento de segurança	4-10
Máquinas e ferramentas	5-10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Os custos subsequentes com ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas de manutenção e reparação são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é o maior de entre o valor de mercado do ativo, deduzido de custos de venda, e o seu valor de uso.

Ativos tangíveis adquiridos em Locação Financeira

Os ativos adquiridos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no ativo imobilizado e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros e encargos suportados são registados como custos financeiros durante o prazo da locação.

2.8. Ativos intangíveis

Esta rubrica, compreende essencialmente, custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação de software adquirido, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição e amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período de três anos.

Os custos de manutenção de software são reconhecidos como custos quando incorridos. O Banco não capitaliza os custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de software.

Até à presente data, o Banco não reconheceu quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

2.9. Provisões e Imparidade em Ativos Financeiros

Provisões

As provisões são constituídas para fazer face a riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes da atividade do Banco.

São reconhecidas provisões quando:

- o Banco tem uma obrigação presente, legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades;
- seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido;
- quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são desconhecidas através da sua utilização pelas obrigações para as quais foram constituídas ou nos casos em que estas deixem de se verificar.

Imparidade

De acordo com a IAS 39 um ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de que não serão recuperados os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros), em resultado de eventos passados ocorridos após a data de reconhecimento inicial do ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros), desde que os mesmos possam ser estimados com fiabilidade.

Com referência à data de preparação das demonstrações financeiras, o Banco avalia a existência de situações de evidência objetiva de que um ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) se encontra em situação de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade (diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro) registadas por contrapartida de resultados.

A IAS 39 identifica alguns eventos que considera como evidência objetiva de imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda, nomeadamente:

- incumprimento das cláusulas contratuais, em termos de reembolso de capital ou no pagamento dos juros;
- dificuldades financeiras significativas do devedor ou emissor da dívida;
- elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou emissor da dívida;
- comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal possa não ser recuperado na totalidade;
- alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;

- declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

2.10. Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira).

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para determinação da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que respeita à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo relevados em contas extrapatrimoniais, e reconhecidos quando efetivamente recebidos.

2.11. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os rendimentos de serviços e comissões associados à prestação de serviços na área de “*Corporate Finance*” são reconhecidos em resultados, na medida em que são prestados por contrapartida da rubrica de Outros ativos, independentemente de serem de imediato faturados, quando o plano financeiro difere do plano de realização do trabalho e assim dá origem ao registo dos acréscimos de proveitos associados. Os custos inerentes a estes serviços são essencialmente constituídos por custos com o pessoal, que são registados em resultados, na rubrica correspondente, à medida que são incorridos.

2.12. Benefícios aos empregados

Em virtude de não ter aderido ao Acordo Coletivo de Trabalho do setor bancário, o Banco não tem qualquer responsabilidade relativamente a pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados, os quais estão abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

O Banco pode atribuir remunerações extraordinárias aos empregados, não decorrentes de obrigações contratuais, sempre que se verifiquem determinados pressupostos, designadamente o cumprimento por excesso dos objetivos de negócio previstos para o período. Este benefício é atribuído por deliberação do Conselho de Administração, que nesse período pode prever uma dotação para remuneração extraordinária a ser paga nesse mesmo exercício.

2.13. Impostos sobre os lucros e contribuição sobre o setor bancário

2.13.1. Impostos sobre os lucros

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais e também ao regime de contribuição sobre o setor bancário.

Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos correntes são calculados com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável, resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais e correspondem ao valor esperado a pagar sobre o resultado tributável, utilizando a taxa de imposto aprovada, que em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, era de 21% e 23% acrescida da derrama municipal que pode ascender até 1,5%, calculada sobre o lucro tributável e da derrama estadual.

A taxa aplicável à derrama estadual é de 3% sobre a parte do lucro tributável, superior a € 1,5 M e até € 7,5 M, sujeito e não isento de IRC, de 5% para valores em excesso de € 7,5 M e até 35M e de 7% para valores superiores a 35 M.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias e que correspondem às taxas aprovadas na data do balanço.

A taxa utilizada no cálculo do imposto diferido é de 21%, acrescida da derrama de 1,5%, considerando a descida aprovada no Orçamento de Estado para 2015 e reforma do IRC.

A dedução em IRC dos prejuízos fiscais apurados num determinado período de tributação é feita a lucros tributáveis de períodos de tributação seguintes, conforme quadro abaixo:

Período de tributação em que o prejuízo é apurado	Período de dedução (número de anos)	Período de tributação limite para a dedução do prejuízo
2008	6	2014
2009	6	2015
2010	4	2014
2011	4	2015
2012	5	2017
2013	5	2018
2014	12	2026
2015	12	2027

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

2.13.2. Contribuição sobre o setor bancário

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, do Orçamento do Estado, de 31 de dezembro, e Portaria nº 121/2011, de 30 de março, alterada pela Portaria nº 77/2012, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário

A contribuição sobre o setor bancário incide sobre:

a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos, deduzido dos fundos próprios de base (*tier 1*) e complementares (*tier 2*) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos.

Ao passivo apurado são deduzidos:

- Elementos que, segundo as normas, aplicáveis de contabilidade, sejam reconhecidos como capitais próprios;
- Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
- Passivos por provisões;
- Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
- Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas
- Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.

b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cujas posições em risco se compensem mutuamente.

Pela Portaria nº 176-A/2015, (alteração à Portaria nº 64/2014), as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores foram de 0,085% e 0,00030%, em 2015 e 0,07% e 0,00030%, respetivamente, em função do valor apurado.

A contribuição paga no exercício encontra-se registada na rubrica “Outros resultados de exploração” da demonstração de resultados (Nota 11-Outros resultados de exploração).

2.14. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos que compõem carteiras de clientes, encontram-se registados pelo seu valor de mercado e, caso não exista cotação, ao valor nominal.

2.15. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” os valores registados no balanço de aplicações de muito curto prazo, disponíveis de imediato sem perda de valor, com maturidade inferior a 3 meses a contar da data de início da aplicação, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.16. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

Imparidade e Provisões

Para crédito concedido (não titulado)

O Banco apreciou a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de registar perdas por imparidade e/ou provisões para crédito, adicionais aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal.

Sempre que considerado necessário, estas provisões são complementadas de forma a refletir a estimativa do Banco sobre o risco de cobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efetuada pelo Banco com base no conhecimento específico da realidade dos Clientes e nas garantias associadas às operações de crédito.

Para outros créditos e valores a receber (titulados)

Sempre que existe indício de incumprimento regular das obrigações dos respetivos emitentes é registada perda por imparidade. Esta avaliação é efetuada tendo em conta, entre outros fatores, a análise da notação de risco atribuída por uma ou mais agências internacionais qualificadas, que permitirá incluir o título na categoria de “*investment grade*”, significando o reconhecimento da capacidade de cumprimento regular das obrigações por parte dos respetivos emitentes.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização contínua ou de valor significativo no seu justo valor ou no seu custo de aquisição, no caso de instrumentos de capital próprio, não cotados.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de Reavaliação de Justo Valor, exceto no caso de perdas por imparidade, que são reconhecidas diretamente em resultados, até que o

ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, são determinados pelo Banco com base em regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos no pressuposto de existirem resultados e matéria coletável no futuro.

Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos ativos e passivos. Da mesma forma, diferentes interpretações da legislação fiscal podem ter impacto sobre os impostos estimados, correntes e diferidos. Nestes casos os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento fiscal das suas operações.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

O Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados pelo custo amortizado.

Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos o justo valor dos instrumentos financeiros não cotados é estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, assim como pela obtenção de preços junto de contraparte independente, que dependem dos pressupostos utilizados.

NOTA 3 – GESTÃO DOS RISCOS

Políticas de gestão dos riscos

O Banco encontra-se exposto a diversos tipos de riscos inerentes à atividade económica que prossegue, uns mais relevantes do que outros, em função da exposição decorrente da sua dimensão, estrutura orgânica e sistémica adotadas e natureza das operações e negócios efetuados.

As políticas de gestão e controlo destes diversos riscos encontram-se descritas em capítulo próprio (Gestão global de riscos) incluído no Relatório de Gestão, o qual se dá aqui por reproduzido. Em complemento a essa divulgação, seguidamente se dá conta dos principais procedimentos de controlo adotados, bem como da avaliação efetuada aos níveis de exposição observada em relação às categorias de risco com potencial impacto material mais significativo.

O processo de gestão dos riscos do Banco respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da atuação de cada uma das áreas envolvidas.

Os riscos da atividade do Banco, nomeadamente os riscos de crédito, risco país, de mercado, de taxa de juro, de câmbio, de liquidez, operacional e de *compliance* são analisados e controlados pelo Conselho de Administração do Banco tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado. Complementarmente, existe um conjunto de procedimentos de controlo instituídos que garante um nível de risco adequado.

A verificação pelo órgão responsável da realização dos objetivos e orientações estabelecidos é garantida pela existência de um sistema de "*reporting*" de periodicidade variável em função da natureza dos riscos, que permite aferir, com rigor e tempestividade, da evolução das principais variáveis de negócio e conferir capacidade de gestão pró-ativa.

3.1 Risco de crédito

O Banco assume exposições de risco de crédito, que se traduzem na possibilidade de perda de valor do ativo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade da contraparte em assegurar os seus compromissos para com o Banco.

A atividade comercial do Banco, relativamente à concessão de crédito, está centrada no espaço nacional (Continente e Ilhas) – exceção feita a alguns clientes onde a localização do investimento e das garantias reais oferecidas remetem para uma localização fora do espaço doméstico - o que limita a possibilidade de redução do risco pela via da diversificação geográfica; por outro lado, a maior parte das operações de médio e longo prazo encontram-se colateralizadas por garantias reais.

O processo de controlo do risco de crédito passa pela análise rigorosa que incide sobre cada uma das propostas de crédito presentes ao órgão competente para sua aprovação. Estão estabelecidos no Regulamento de Crédito do Banco quais os requisitos para que o crédito seja aprovado.

Após a aprovação, o desempenho do crédito é monitorizado regularmente, visando a antecipação de eventuais dificuldades de cumprimento e a identificação imediata de incumprimentos. Este acompanhamento e o diálogo que, nessas circunstâncias é estabelecido com os mutuários em questão, têm permitido, com frequência, não só a cabal regularização das moras incorridas, mas ainda o atento acompanhamento das condições em que os mesmos se encontram a operar, prevenindo e antecipando as consequências da sua eventual deterioração.

O Banco estrutura também os níveis de risco de crédito que assume através de limites estabelecidos de montantes de risco aceitável em relação ao mutuário ou grupo de mutuários, designadamente para montantes que possam vir a configurar-se como grandes riscos. A ponderação dos riscos de concentração está igualmente presente nos critérios de análise do risco de crédito, designadamente quanto ao risco de concentração setorial.

O Banco procede com regularidade à análise da qualidade da carteira de crédito quer na perspetiva de avaliação do cliente quer na avaliação da concentração de responsabilidades por grupo económico.

As operações de crédito são acompanhadas continuamente pelos órgãos responsáveis no sentido de prevenir a sua degradação renegociando, se for caso disso, algumas das condições acordadas aquando da concessão de crédito, designadamente procurando o reforço das garantias recebidas em colateral.

Tendo em consideração a dimensão da carteira de crédito, a metodologia utilizada na mensuração do respetivo risco, assenta em larga medida, na análise individual das operações vivas e vencidas em cada data de apreciação.

No que se refere à mensuração do risco de crédito, o Banco avalia regularmente a ocorrência de situações de probabilidade de perdas relativamente ao crédito concedido e a valores a receber, dando origem à quantificação da imparidade sobre a carteira de crédito, a qual é igualmente objeto de parecer pelo Revisor Oficial de Contas para efeitos do competente reporte ao Banco de Portugal.

De acordo com a instrução nº 23/2011 do Banco de Portugal o rácio de crédito em risco, relativamente à carteira de crédito a clientes, em 31 de dezembro de 2015 correspondia a 18,1% desta carteira.

Metodologia de cálculo da imparidade da carteira de crédito e imóveis recebidos em dação de pagamento de crédito

Os ativos financeiros ou operações extrapatrimoniais, crédito, garantias prestadas, compromissos irrevogáveis, tomadas firmes de papel comercial ou outros, encontram-se em situação de imparidade, resultantes de um ou mais eventos que ocorreram desde o reconhecimento inicial do ativo que alterem as expetativas em relação aos fluxos de caixa estimados, associados a esse ativo.

Na metodologia adotada pelo Banco, foi contemplada a análise individual para a totalidade da carteira de crédito a clientes de acordo com diversos critérios, como:

- Caracterização setorial
- Caracterização por tipologia de crédito
- Caracterização por tipologia de clientes
- Caracterização por estrutura de maturidades
- Caracterização em função do período decorrido após o vencimento
- Caracterização com ou sem sinais de imparidade;

Descrição do Modelo de imparidade

Os clientes individuais que compõem a carteira de crédito são agrupados por setores: empresas, administração central e regional, entidades sem fins lucrativos, organismos de investimento coletivo, particulares e habitação.

De seguida é considerada a informação sobre os indícios de imparidade recolhida para cada exposição individual.

Constituem indícios objetivos de existência de imparidade individual, entre outros, os seguintes:

- crédito vencido na Instituição com atrasos de pagamento superiores a 30 dias;
- crédito reestruturado;
- indicadores do Banco de Portugal, por exemplo: crédito vencido na CRC, inibição do uso de cheque e utilizador de risco;
- cheques devolvidos na instituição;
- pedidos de insolvência;
- dívidas ao Fisco e Segurança Social e consequentes pedidos de penhora de contas bancárias;
- forte desvalorização dos colaterais;
- forte aumento da probabilidade de incumprimento;

Da análise dos indícios de imparidade podem resultar algumas exposições que têm evidência objetiva de imparidade: processo de insolvência e operações em contencioso com o Banco.

Nos restantes casos, todas as exposições que possuem indícios de imparidade, nas situações aplicáveis e em que a análise de *cash-flows* é conclusiva e as projeções credíveis, é calculado o valor da imparidade.

Este resulta da diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa a libertar, direta e indiretamente, pelo cliente e as responsabilidades assumidas pelo mesmo.

No caso das exposições extrapatrimoniais com indícios de imparidade é aplicada, no caso de garantias técnicas e financeiras, a tabela IV da Carta Circular nº 2/2014; nos restantes casos é analisado em que medida a situação financeira do cliente tem impacto no objeto da garantia emitida/contrato/evento associado à garantia e a posição do respetivo beneficiário;

Em cumprimento da carta circular nº 2/2014 do Banco de Portugal, o Banco nos quadros abaixo mostra a exposição da carteira de crédito e imparidade associada reportada a 31 de dezembro de 2015:

Segmento	Exposição em 31-12-2015						Imparidade em 31-12-2015		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Empresas	45.008.907	34.613.948	-	0	10.340.123	-	6.485.297	739.544	5.745.754
Administração Central e Regional	7.869.565	7.869.565	-	21.731.590	0	9.503.294	-	-	-
Entidades sem Fins Lucrativos	20.307.855	17.443.426	-	4.455.278	2.918.841	2.921.566	4.350.091	1.144.266	3.205.825
Organismos de Investimento Coletivo	3.634.899	3.634.899	-	0	0	-	-	-	-
Particulares	3.048.051	1.488.103	-	0	1.560.373	-	2.753.323	3	2.753.320
Habitação do Mutuário	1.484.941	1.484.679	-	88.137	262	1.601.373	3	3	0
Total	81.354.219	66.534.620	-	26.275.005	14.819.598	14.026.233	13.588.715	1.883.816	11.704.899

Segmento	Exposição em 31-12-2014						Imparidade em 31-12-2014		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Empresas	46.910.326	42.053.636	-	11.845.669	4.856.690	13.606	2.817.488	903	2.816.585
Administração Central e Regional	12.534.807	12.534.807	-	4.578.286	-	-	-	-	-
Entidades sem Fins Lucrativos	19.250.393	16.557.502	-	3.911.360	2.692.891	-	1.499.348	2.362	1.496.486
Organismos de Investimento Coletivo	2.496.838	2.496.838	-	-	-	-	-	-	-
Particulares	3.047.832	2.672.236	-	-	375.596	-	2.738.370	560	2.737.810
Habitação do Mutuário	1.298.119	1.298.119	-	-	-	-	-	-	-
Total	85.538.315	77.613.138	-	20.335.314	7.925.177	13.606	7.055.206	3.825	7.050.881

DETALHE DAS EXPOSIÇÕES E IMPARIDADE CONSTITUÍDA

Segmento	Da Exposição Total em 31-12-2015						Da Imparidade Total em 31-12-2015					
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Imparidade Total			Dias de atraso		
	Exposição Total	Dias de atraso < 30		SUB-TOTAL	Dias de atraso		31/12/2015	Dias de atraso		Dias de atraso		SUB-TOTAL
		SEM INDÍCIOS	COM INDÍCIOS		<= 90	> 90		< 30	entre 30 - 90	<= 90	> 90	
Empresas	45.008.907	34.613.948	-	34.613.948	936.453	9.403.671	6.485.297	739.544	-	9.205	5.736.548	
Administração Central e Regional	7.869.565	7.869.565	-	7.869.565	-	-	-	-	-	-	-	
Entidades sem Fins Lucrativos	20.307.855	17.443.426	-	17.443.426	14.075	2.904.766	4.350.091	1.144.266	-	147	3.205.678	
Organismos de Investimento Coletivo	3.634.899	3.634.899	-	3.634.899	-	-	-	-	-	-	-	
Particulares	3.048.051	1.488.103	-	1.488.103	3.873	1.556.500	2.753.323	3	-	48	2.753.272	
Habitação	1.484.941	1.484.679	-	1.484.679	262	-	3	3	-	-	-	
Total	81.354.219	66.534.620	-	66.534.620	954.662	13.864.936	13.588.715	1.883.816	-	9.401	11.695.497	

DETALHE DAS EXPOSIÇÕES E IMPARIDADE CONSTITUÍDA

Segmento	Da Exposição Total em 31-12-2014						Da Imparidade Total em 31-12-2014					
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Imparidade Total			Dias de atraso		
	Exposição Total	Dias de atraso < 30		SUB-TOTAL	Dias de atraso		31-12-2014	Dias de atraso		Dias de atraso		SUB-TOTAL
		SEM INDÍCIOS	COM INDÍCIOS		<= 90	> 90		< 30	entre 30 - 90	<= 90	> 90	
Empresas	46.910.326	42.053.636	-	42.053.636	5.806	4.856.690	2.817.488	903	-	-	2.816.585	
Administração Central e Regional	12.534.807	12.534.807	-	12.534.807	-	-	-	-	-	-	-	
Entidades sem Fins Lucrativos	19.250.393	16.557.502	-	16.557.502	3.687	2.692.891	1.499.348	2.362	-	-	1.496.486	
Organismos de Investimento Coletivo	2.496.838	2.496.838	-	2.496.838	-	-	-	-	-	-	-	
Particulares	3.047.832	2.672.236	-	2.672.236	-	375.596	2.738.370	560	-	2.734.123	4.187	
Habitação	1.298.119	1.298.119	-	1.298.119	-	-	-	-	-	-	-	
Total	85.538.315	77.613.138	-	77.613.138	9.493	7.925.177	7.055.206	3.825	-	2.734.123	4.317.258	

DETALHE DA CARTERA POR SEGMENTO E POR ANO DE PRODUÇÃO

ANO DE PRODUÇÃO	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL						ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO						PARTICULARES			HABITAÇÃO		
	EMPRESAS			ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS			PARTICULARES			HABITAÇÃO			OUTROS			TOTAL		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2005 e anteriores	15	2.787.308	736.457	0	0	0	5	140.969	-	0	0	0	2	115.063	160.481	6	273.081	-
2006	0	-	0	0	0	0	1	320.000	-	0	0	0	0	0	-	1	60.190	-
2007	2	528.500	83.000	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0	-	-	-	-
2008	4	5.520.512	1.016.012	0	0	0	2	85.156	-	0	0	0	1	20.269	20.269	-	-	-
2009	2	5.173.897	51.739	0	0	0	3	4.042.344	2.909.927	0	0	0	0	0	-	-	-	-
2010	7	7.367.135	2.213.955	0	0	0	3	703.649	291.789	1	2.626.000	0	1	63.124	61.500	1	79.076	-
2011	5	1.511.762	1.144.230	0	0	0	4	339.435	2.700	0	0	0	3	29.779	11.324	2	143.450	-
2012	2	1.999.206	141.176	0	0	0	7	3.541.457	1.145.674	0	0	0	0	0	-	2	181.481	-
2013	10	13.809.055	1.098.728	1	869.565	0	6	7.297.818	-	0	0	0	3	2.542.338	2.497.883	2	287.353	-
2014	6	2.777.770	0	1	3.500.000	0	7	2.712.027	-	0	0	0	5	225.558	1.867	4	212.220	-
2015	2	3.533.761	0	1	3.500.000	0	1	1.125.000	-	2	1.008.899	0	1	51.920	-	2	248.090	3
Total	55	45.008.907	6.485.298	3	7.869.565	0	39	20.307.855	4.350.091	3	3.634.899	0	16	3.048.051	2.753.323	20	1.484.941	3

ANO DE PRODUÇÃO	EMPRESAS			ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS			PARTICULARES (inclui habitação)			OUTROS		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	7	1.694.389	83.822	4	135.458	130.095	7	208.408	4.186	-	-	-
2005	8	1.420.854	152.223	1	46.000	-	3	222.144	154.804	-	-	-
2006	-	-	-	1	370.000	-	1	63.994	-	-	-	-
2007	2	519.214	69.214	1	29.500	-	2	97.340	-	1	578.286	-
2008	5	6.510.512	839.469	2	126.747	-	1	21.893	20.000	-	-	-
2009	4	5.175.130	-	5	4.190.829	1.092.590	-	-	-	-	-	-
2010	8	10.138.954	1.410.105	2	739.106	188.019	2	147.358	61.500	2	2.496.838	-
2011	5	1.694.229	-	4	401.655	2.362	5	175.575	163	-	-	-
2012	2	1.799.931	141.176	8	5.044.961	86.281	2	187.211	0	1	4.000.000	-
2013	11	13.733.705	121.478	6	5.959.207	-	5	2.821.720	2.497.718	2	3.956.522	-
2014	10	4.223.409	-	7	2.206.930	-	9	400.309	-	1	4.000.000	-
Total	62	46.910.326	2.817.488	41	19.250.393	1.499.348	37	4.345.951	2.738.370	7	15.031.645	-

DETALHE DO VALOR DE EXPOSIÇÃO BRUTA E IMPARIDADE AVALIADA INDIVIDUALMENTE POR SEGMENTO 31-12-2015

	EMPRESAS		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL		ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS		ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO		PARTICULARES		HABITAÇÃO		TOTAL	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação individual	45.008.907	6.485.298	7.869.565	-	20.307.855	4.350.091	3.634.899	-	3.048.051	2.753.323	1.484.941	3	81.354.219	13.588.715
Total	45.008.907	6.485.298	7.869.565	-	20.307.855	4.350.091	3.634.899	-	3.048.051	2.753.323	1.484.941	3	81.354.219	13.588.715

DETALHE DO VALOR DE EXPOSIÇÃO BRUTA E IMPARIDADE AVALIADA INDIVIDUALMENTE POR SEGMENTO 31-12-2014

	EMPRESAS		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL		ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS		ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO		PARTICULARES		HABITAÇÃO		TOTAL	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação individual	46.910.326	2.817.488	12.534.807	-	19.250.393	1.499.348	2.496.838	-	3.047.832	2.738.370	1.298.119	-	85.538.315	7.055.206
Total	46.910.326	2.817.488	12.534.807	-	19.250.393	1.499.348	2.496.838	-	3.047.832	2.738.370	1.298.119	-	85.538.315	7.055.206

DETALHE DO VALOR DE EXPOSIÇÃO BRUTA E IMPARIDADE AVALIADA INDIVIDUALMENTE POR SEGMENTO (dez15)

EMPRESAS	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL		ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS		ORGANISMOS INVEST. COLETIVO		PARTICULARES		HABITAÇÃO		TOTAL	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Indústrias transformadoras	8.074.056	1.098.728	-	-	-	-	-	-	-	-	8.074.056	1.098.728
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	140.486	-	-	-	-	-	-	-	-	-	140.486	-
Captação, tratam. e distrib. de água; saneamento, gestão de resíduos e despol.	-	-	869.565	-	-	-	-	-	-	-	869.565	-
Construção	24.361.152	3.259.915	-	-	3.759.070	2.395.389	-	-	-	-	28.120.222	5.655.304
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos autom. e motocicletas	1.555.130	582.032	-	-	1.855.858	723.441	-	-	-	-	3.410.988	1.305.473
Alojamento, restauração e similares	1.663.926	867.256	-	-	-	-	-	-	-	-	1.663.926	867.256
Atividades imobiliárias	695.089	73.714	-	-	-	-	2.626.000	-	-	-	3.321.089	73.714
Atividades de informação e comunicação	595.556	595.556	-	-	-	-	-	-	-	-	595.556	595.556
Atividades financeiras e de seguros	359.390	-	-	-	-	-	8.899	-	-	-	368.289	-
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4.550.243	-	7.000.000	-	-	-	1.000.000	-	-	-	12.550.243	-
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	7.978	7.978	-	-	-	-	-	-	-	-	7.978	7.978
Educação	-	-	-	-	188.818	-	-	-	-	-	188.818	-
Atividades de saúde humana e apoio social	3.005.902	118	-	-	13.111.442	1.231.221	-	-	-	-	16.117.344	1.231.339
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	-	-	-	-	1.125.000	-	-	-	-	-	1.125.000	-
Outras atividades de serviços	-	-	-	-	267.667	40	-	-	-	-	267.667	40
Particulares	-	-	-	-	-	-	-	-	3.048.051	2.753.323	1.484.941	3
	45.008.907	6.485.298	7.869.565	-	20.307.855	4.350.091	3.634.899	-	3.048.051	2.753.323	1.484.941	3
											81.354.219	13.588.715

DETALHE DO VALOR DE EXPOSIÇÃO BRUTA E IMPARIDADE AVALIADA INDIVIDUALMENTE POR SEGMENTO (dez14)

EMPRESAS	CENTRAL E REGIONAL		ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS		ORGANISMOS INVEST. COLETIVO		PARTICULARES		HABITAÇÃO		TOTAL	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Indústrias transformadoras	8.626.968	121.478	-	-	-	-	-	-	-	-	8.626.968	121.478
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	154.653	-	956.522	-	-	-	-	-	-	-	154.653	-
Captação, tratam. e distrib. de água; saneamento, gestão de resíduos e despol.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	956.522	-
Construção	18.990.242	1.074.034	-	-	4.299.267	1.411.809	-	-	-	-	23.289.509	2.485.843
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos autom. e motocicletas	1.882.528	187.004	-	-	1.803.343	-	-	-	-	-	3.685.871	187.004
Alojamento, restauração e similares	1.760.737	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.760.737	-
Atividades imobiliárias	1.374.839	-	-	-	-	-	2.496.838	-	-	-	3.871.676	-
Atividades de informação e comunicação	594.044	-	-	-	-	-	-	-	-	-	594.044	-
Atividades financeiras e de seguros	4.276.100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.276.100	-
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5.053.631	-	4.000.000	-	-	-	-	-	-	-	9.053.631	-
Atividades de serviços de apoio	-	-	3.000.000	-	-	-	-	-	-	-	3.000.000	-
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	-	-	578.286	-	-	-	-	-	-	-	578.286	-
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1.506.320	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.506.320	-
Outras atividades de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	-	228.121	-	-	-	-	-	228.121	-
Atividades de saúde humana e apoio social	2.690.265	-	4.000.000	-	11.471.574	86.644	-	-	-	-	18.161.839	86.644
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	-	-	-	-	1.027.825	-	-	-	-	-	1.027.825	-
Outras atividades de serviços	-	-	-	-	420.263	-	-	-	-	-	420.263	-
Particulares	-	-	-	-	-	-	-	-	3.047.832	2.738.370	1.298.119	-
	46.910.326	1.382.516	12.534.807	-	19.250.393	1.498.453	2.496.838	-	3.047.832	2.738.370	1.298.119	-
											85.538.315	5.619.339

DETALHE DA CARTEIRA DE REESTRUTURADOS POR MEDIDA DE REESTRUTURAÇÃO APLICADA

	31/12/2015			31/12/2015			31/12/2015		
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Numero de operações	Exposição	Imparidade	Numero de operações	Exposição	Imparidade	Numero de operações	Exposição	Imparidade
Medida									
Alargamento do prazo de reembolso	6	12.556.072	285	-	-	-	6	12.556.072	285
Rescalonamento do serviço de dívida	1	2.565.974	641.493	-	-	-	1	2.565.974	641.493
Capitalização de juros	1	6.738	-	1	1.149	12	2	7.887	12
Total	8	15.128.783	641.778	1	1.149	12	9	15.129.933	641.790

DETALHE DA CARTEIRA DE REESTRUTURADOS POR MEDIDA DE REESTRUTURAÇÃO APLICADA

	31/12/2014			31/12/2014			31/12/2014		
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Numero de operações	Exposição	Imparidade	Numero de operações	Exposição	Imparidade	Numero de operações	Exposição	Imparidade
Medida									
Alargamento do prazo de reembolso	5	10.171.857	-	3	5.344.731	-	8	15.516.588	-
Rescalonamento do serviço de dívida	3	762.819	-	1	1.027.825	-	4	1.790.644	-
Facilidade de crédito	-	-	-	2	1.722.839	121.478	2	1.722.839	121.478
Capitalização de juros	1	1.801.886	-	-	-	-	1	1.801.886	-
Total	9	12.736.562	-	6	8.095.395	121.478	15	20.831.958	121.478

DETALHE DO JUSTO VALOR DOS COLATERAIS SUBJACENTES À CARTEIRA DE CRÉDITO DOS SEGMENTOS EM 31-12-2015

JUSTO VALOR	EMPRESAS				ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL				ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS				ORGANISMOS INVESTIMENTO COLETIVO				HABITAÇÃO	
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Outros Colaterais Reais		Imóveis	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
< 0,5 ME	8	1.947.915	12	1.526.289	-	-	-	-	9	1.926.650	-	-	1	45.000	2	13.500	18	2.510.975
>= 0,5ME e < 1ME	4	2.982.285	1	800.000	1	900.000	1	1.000.000	5	3.749.499	-	-	1	600.000	-	-	-	-
>= 1ME e < 5ME	5	13.528.122	3	4.503.304	-	-	-	-	12	23.470.258	1	3.199.700	2	3.550.000	1	1.150.000	-	-
>= 5ME e < 10ME	-	-	1	9.638.581	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
> 10ME	1	10.347.000	1	53.932.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	18	28.805.322	18	70.400.174	1	900.000	1	1.000.000	26	29.146.407	1	3.199.700	4	4.195.000	3	1.163.500	18	2.510.975

DETALHE DO JUSTO VALOR DOS COLATERAIS SUBJACENTES À CARTEIRA DE CRÉDITO DOS SEGMENTOS EM 31-12-2014

JUSTO VALOR	EMPRESAS				ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL				ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS				ORGANISMOS INVESTIMENTO COLETIVO				PARTICULARES				HABITAÇÃO	
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Imóveis	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
< 0,5 ME	14	1.203.800	6	2.540.000	-	-	1	170.000	239	8.482.938	-	-	1	45.000	1	335.000	2	12.500	16	2.519.620	-	-
>= 0,5ME e < 1ME	1	505.000	-	-	1	900.000	1	1.000.000	3	2.231.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 1ME e < 5ME	12	23.497.350	4	6.052.771	-	-	-	-	12	26.680.668	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 5ME e < 10ME	-	-	-	-	1	547.450	-	-	1	5.789.000	1	6.586.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
> 10ME	2	22.900.678	2	64.851.635	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	29	48.106.828	12	73.444.406	2	6.374.500	2	1.170.000	255	43.183.606	1	6.586.000	1	45.000	1	335.000	2	12.500	16	2.519.620	-	-

RÁCIO Loan To Value (LTV) POR SEGMENTOS

	31/12/2015				dos quais:		
Segmento/Rácio	Número de Imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade	Construção	CRE - Commercial Real Estate	Habitação
Empresas							
Sem colateral associado	n.a.	2.014.738	541.884	535.206	526.959	151.875	-
< 60%	10	13.560.456	1.288.754	1.855.933	6.791.209	-	-
>= 80% e < 100%	1	1.611.270	21.871	219	1.633.141	-	-
>= 100%	3	3.852.940	594.046	579.483	4.032.423	-	-
Administração Central e Regional							
Sem colateral associado	n.a.	3.500.000	-	-	-	-	-
>= 80% e < 100%	1	869.565	-	-	-	-	-
Entidades sem Fins Lucrativos							
Sem colateral associado	n.a.	492.421	14.975	14.693	11.584,47	-	-
< 60%	15	6.645.415	229.777	1.932.911	1.127.136	-	-
>= 60% e < 80%							
>= 80% e < 100%							
>= 100%							
Organismos de Investimento Coletivo							
Sem colateral associado	n.a.	8.899	-	-	-	-	-
>= 100%	1	2.626.000	-	-	-	2.626.000	-
Particulares							
Sem colateral associado	n.a.	1.471.580	1.443.443	1.444.576	-	-	-
< 60%	16	1.019.174	-	-	-	-	938.837
>= 60% e < 80%	4	467.028	-	-	-	-	467.028
		38.139.486	4.134.750	6.363.021	14.122.452	2.777.875	1.405.865

31-12-2014						dos quais:		
Segmento/Rácio	Número de Imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade	CRE - Commercial			
					Construção	Real Estate	Habitação	
Empresas								
Sem colateral associado	n.a.							
< 60%	9	12,177,884	623,860	892,615	-	6,000,000	-	-
> = 60% e < 80%	1	1,549,876	-	-	1,549,876	-	-	-
> = 80% e < 100%	1	4,071,521	-	-	-	-	-	-
> = 100%	1	560,000	-	-	-	-	-	-
Administração Central e Regional								
Sem colateral associado	n.a.							
< 60%	1	578,286	-	-	-	-	-	-
Entidades sem Fins Lucrativos								
Sem colateral associado	n.a.							
< 60%	174	6,944,277	190,420	188,019	1,352,034	-	-	-
> = 60% e < 80%	17	3,610,036	-	-	631,034	-	-	-
> = 80% e < 100%	3	2,516,002	-	-	-	-	-	-
> = 100%	1	1,800,000	-	-	-	-	-	-
Organismos de Investimento Coletivo								
Sem colateral associado	n.a.							
< 60%	1	2,496,838	-	-	-	2,496,838	-	-
Particulares								
Sem colateral associado	n.a.							
< 60%	11	640,924	-	-	-	-	-	640,924
> = 60% e < 80%	3	325,284	-	-	-	-	-	325,284
> = 80% e < 100%	2	236,254	-	-	-	-	-	236,254
		37,507,181	814,280	1,080,634	3,532,944	8,496,838		1,202,461

Esta exposição não inclui o valor dos juros a receber, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, no montante de €800 309 e € 546 519 respetivamente, os quais fazem parte do crédito a clientes (ver Nota 21).

Os imóveis recebidos em dação de pagamento de crédito são avaliados presencialmente, e a avaliação é feita por avaliadores externos ao Banco, devidamente credenciados e que obrigatoriamente devem visitar o imóvel. O objetivo destas avaliações é determinar o valor de mercado do imóvel.

Para a determinação do valor de mercado de um imóvel é possível recorrer a três métodos de avaliação: “Método de mercado”, “Método do rendimento” e “Método do custo”.

Os quadros abaixo mostram a exposição dos imóveis recebidos em dação de pagamento de crédito e imparidade associada reportada a 31 de dezembro de 2015 e 2014

DETALHE DO JUSTO VALOR E DO VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO DOS IMÓVEIS RECEBIDOS EM DAÇÃO, POR TIPO DE ATIVO

Ativo	31/12/2015			31/12/2014		
	Número de Imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Número de Imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno	17	5.690.310	4.802.270	10	4.560.050	4.341.348
Urbano	6	2.498.460	1.731.308	4	1.333.000	1.189.642
Rural	11	3.191.850	3.070.962	6	3.227.050	3.151.707
Edifícios em desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Edifícios construídos	13	3.346.310	2.999.121	21	4.186.962	3.906.524
Comerciais	6	515.610	419.766	6	597.900	463.985
Habitação	1	39.400	33.051	9	753.462	857.926
Outros	6	2.791.300	2.546.304	6	2.835.600	2.584.613
Outros	13	470.050	465.507	13	492.700	493.684
Total	43	9.506.670	8.266.898	44	9.239.712	8.741.556

DETALHE DO JUSTO VALOR DOS IMÓVEIS RECEBIDOS EM DAÇÃO POR ANTIGUIDADE

Tempo decorrido desde a dação/execução	31-12-2015					31-12-2014				
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	Total	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	Total
Terreno	-	-	3.231.250	472.000	5.690.310	257.367	2.149.597	921.647	350.155	4.182.644
Urbano	-	1.253.100	773.360	472.000	2.498.460	257.367	590.495	248.991	350.155	1.447.009
Rural	-	0	3.191.850	0	3.191.850	-	1.847.039	888.597	-	2.735.636
Edifícios em desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios construídos	-	110.860	39.400	3.196.050	2.791.300	264.950	383.198	645.991	2.355.017	3.649.157
Comerciais	-	110.860	0	404.750	463.985	-	80.640	-	383.345	463.985
Habitação	-	0	39.400	0	600.559	264.950	302.558	33.051	-	600.559
Outros	-	-	0	2.791.300	2.791.300	-	-	612.941	1.971.673	2.584.613
Outros	-	-	34.850	435.200	470.050	-	-	446.878	462.876	909.754
Total	0	110.860	3.305.500	4.103.250	8.951.660	522.317	2.532.794	2.014.517	3.168.049	8.741.556

A qualidade de crédito dos ativos financeiros do Banco, avaliada de acordo com as notações de *rating* disponíveis, bem como a exposição ao risco de crédito por instrumento financeiro, em 31 de Dezembro de 2015 podem ser analisadas no quadro que segue:

2015

Tipo de instrumento financeiro	Origem	Rating Grade Class (ii)	Exposição bruta	Provisões e Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais					
Disponibilidades em bancos centrais	n/d	n/d	14.308.256	-	14.308.256
Disponibilidades em instituições de crédito	n/d	n/d	14.135.548	-	14.135.548
Ativos financeiros detidos para negociação	n/d	n/d	2.223.365	-	2.223.365
			30.667.169	-	30.667.169
Ativos financeiros disponíveis para venda					
	Rating externo	A+ a BBB+	9.760.358	-	9.760.358
		BBB a BBB-	6.534.353	-	6.534.353
		BB+ a BB-	8.275.311	-	8.275.311
		CCC+	1.419	-	1.419
		A a A-	2.512.646	-	2.512.646
	n/d	n/d	5.970.270	(436.036)	5.534.234
			33.054.357	(436.036)	32.618.321
Aplicações em instituições de crédito	n/d	n/d	50.000	-	50.000
Crédito a Clientes (i)	n/d	n/d	85.304.219	(14.433.160)	70.871.059
Ativos detidos até à maturidade	Rating externo	BB	7.265.712	(6.553.399)	712.313
			92.619.931	(20.986.559)	71.633.372
Devedores e outras aplicações	n/d	n/d	4.267.684	(2.197.572)	2.070.112
			4.267.684	(2.197.572)	2.070.112
Extrapatrimoniais					
Garantias prestadas	n/d	n/d	12.968.688	-	12.968.688
Linhas de crédito	n/d	n/d	1.830.840	-	1.830.840
			14.799.528	-	14.799.528

(i) esta rubrica inclui: crédito a clientes, vencido e vencido e juros a receber;

(ii) estas notações provêm de três agências de rating: Standard & Poors, Moody's e Fitch.

2014

Tipo de instrumento financeiro	Origem	Rating Grade Class (ii)	Exposição bruta	Provisões e Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais					
Disponibilidades em bancos centrais	n/d	n/d	480.185	-	480.185
Disponibilidades em instituições de crédito	n/d	n/d	7.247.047	-	7.247.047
Ativos financeiros detidos para negociação	n/d	n/d	1.680.522	-	1.680.522
			1.680.522	-	1.680.522
Ativos financeiros disponíveis para venda	Rating externo	A+ a BBB+	7.136.797	-	7.136.797
		BBB a BBB-	3.550.732	-	3.550.732
		BB+ a BB-	6.233.350	-	6.233.350
		CCC	2.410	-	2.410
	n/d	n/d	6.026.274	-	6.026.274
			22.949.562	-	22.949.562
Aplicações em instituições de crédito	n/d	n/d	50.171	-	50.171
Crédito a Clientes (i)	n/d	n/d	89.083.350	(5.081.269)	84.002.082
Ativos detidos até à maturidade	Rating externo	BB	10.768.847	(4.915.049)	5.853.798
			10.768.847	-	5.853.798
Devedores e outras aplicações	n/d	n/d	6.695.295	(751.574)	5.943.722
			138.954.980	(5.832.843)	128.207.089
Extrapatrimoniais					
Garantias prestadas	n/d	n/d	10.304.890	-	10.304.890
Linhas de crédito	n/d	n/d	4.522.831	-	4.522.831
			14.827.720	-	14.827.720

(i) esta rubrica inclui: crédito a clientes, vincendo e vencido e juros a receber;

(ii) estas notações provêm de três agências de rating: Standard & Poors, Moody's e Fitch.

Relativamente ao crédito a clientes, o Banco não dispõe atualmente de *rating* interno ou externo de modo a aferir da qualidade da sua carteira. Esta indisponibilidade tem vindo a ser suprida em larga extensão, dada a comunicação do Banco de Portugal (22/02/2010) pela qual foi feito o reconhecimento como *External Credit Assessment Institution* (ECAI) de uma entidade cujos serviços são, desde há muito tempo, utilizados pelo Banco para apoiar a análise de risco dos seus clientes.

Os quadros acima representam o pior cenário (*worst case*) a nível de exposição do Banco a risco de crédito em 31 de dezembro de 2015 e 2014, pois não foram tidos em consideração os colaterais detidos.

Para os ativos em balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Em 31 de dezembro de 2015, a estrutura setorial da carteira do crédito não vencido nem em imparidade, incluindo linhas de crédito e respetivas garantias colaterais detidas a título de caução, pode ser analisada no quadro que segue:

2015

	Crédito a Clientes (i)	%	Garantia Real Recebida (ii)	%
Crédito a clientes				
Residentes:				
Empresas e administrações públicas	42.272.575		101.269.938	
Indústrias transformadoras	7.972.663	12,24%	8.112.353	6,11%
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	140.486	0,22%	170.000	0,13%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	869.565	1,33%	1.900.000	1,43%
Construção	11.294.172	17,34%	26.407.678	19,89%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	973.098	1,49%	1.738.375	1,31%
Alojamento, restauração e similares	1.537.376	2,36%	2.232.640	1,68%
Atividades financeiras e de seguros	473.340	0,73%	532.191	0,40%
Atividades imobiliárias	3.461.875	5,31%	4.244.700	3,20%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	12.550.000	19,26%	55.932.000	42,13%
Atividades de saúde humana e apoio social	Q 3.000.000	4,61%	-	-
Particulares	3.152.377	4,84%	3.629.653	2,73%
Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias	19.721.487		27.858.944	
Construção	F 1.127.136	1,73%	3.598.653	2,71%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1.663.279	2,55%	2.103.400	1,58%
Educação	188.818	0,29%	1.009.907	0,76%
Atividades de saúde humana e apoio social	15.062.698	23,12%	19.175.518	14,44%
Outras atividades de serviços	554.556	0,85%	573.118	0,43%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1.125.000	1,73%	1.398.348	1,05%
Total em Ativo	65.146.439	100,00%	132.758.536	100,00%
Extrapatrimoniais				
Garantias prestadas				
Indústrias transformadoras	625.000	4,82%		
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-		
Construção	199.792	1,54%	2.437.463	59,20%
Transportes e armazenagem	-	-		
Alojamento, restauração e similares	1.404.901	10,83%	130.000	3,16%
Atividades financeiras e de seguros	9.855.969	76,00%	1.550.000	37,64%
Atividades imobiliárias	123.491	0,95%		
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	578.034	4,46%		
Atividades de saúde humana e apoio social	181.502	1,40%		
Total Extrapatrimoniais	12.968.688	100,00%	4.117.463	100,00%

i) inclui as linhas de crédito não utilizadas e exclui crédito e juros vencidos, juros a receber e comissões associadas.

ii) reflete o valor total das garantias recebidas não ajustado ao valor de crédito concedido pelo que não deve ser analisado como valor de cobertura direto.

2014

	Crédito a Clientes (i)	%	Garantia Real Recebida (ii)	%
Crédito a clientes				
Residentes:				
Empresas e administrações públicas	61.941.972		29.793.212	
Indústrias transformadoras	8.626.968	10,09%	5.993.074	10,20%
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	154.653	0,18%	-	0,00%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	956.522	1,12%	956.522	1,63%
Construção	18.990.242	22,20%	15.628.444	26,59%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1.882.528	2,20%	1.738.375	2,96%
Alojamento, restauração e similares	1.760.737	2,06%	938.736	1,60%
Atividades de informação e de comunicação	594.044	0,69%	-	-
Atividades financeiras e de seguros	4.276.100	5,00%	532.191	0,91%
Atividades imobiliárias	3.871.676	4,53%	-	0,00%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	12.053.631	14,09%	4.005.870	6,82%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1.506.320	1,76%	-	-
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	578.286	0,68%	-	0,00%
Atividades de saúde humana e apoio social	6.690.265	7,82%	-	-
Particulares	4.345.950	5,08%	1.196.281	2,04%
Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias	19.250.393		27.777.987	
Construção	4.299.267	5,03%	4.579.948	7,79%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1.803.343	2,11%	2.103.400	0
Educação	228.121	0,27%	1.009.907	1,72%
Atividades de saúde humana e apoio social	11.471.575	13,41%	19.514.802	33,21%
Outras atividades de serviços	420.262	0,49%	569.931	0,97%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1.027.825	1,20%	-	-
Total em Ativo	85.538.315	100,00%	58.767.480	100,00%
Extrapatrimoniais				
Garantias prestadas				
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	4.660.100	45,22%	250.000	8,67%
Construção	199.792	1,94%	2.437.463	84,56%
Transportes e armazenagem	3.000.000	29,11%	-	0,00%
Alojamento, restauração e similares	1.360.995	13,21%	0	0,00%
Atividades financeiras e de seguros	172.475	1,67%	150.000	5,20%
Atividades imobiliárias	123.491	1,20%	45.000	1,56%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	578.034	5,61%	-	0,00%
Atividades de saúde humana e apoio social	210.003	2,04%	-	0,00%
Total Extrapatrimoniais	10.304.890	100,00%	2.882.463	100,00%

i) inclui as linhas de crédito não utilizadas e exclui crédito e juros vencidos, juros a receber e comissões associadas.

ii) reflete o valor total das garantias recebidas não ajustado ao valor de crédito concedido pelo que não deve ser analisado como valor de cobertura direto.

A ventilação setorial desta carteira evidencia a presença numa multiplicidade de setores de atividade, com especial relevância para o setor da construção e atividades imobiliárias, a que não são alheias as relações que preferencialmente se encontram estabelecidas com o segmento das Cooperativas de Habitação, parte integrante do setor da Economia Social.

Decorrente da política de prudência adotada pelo Banco resulta a elevada proporção de créditos concedidos que se encontram apoiados em garantias reais, normalmente representadas por primeiras hipotecas de imóveis.

Em cúmulo com as garantias reais e na generalidade dos casos onde estas sejam dispensadas, os créditos são, em regra, colateralizados por garantias pessoais (fianças, avales, livranças) que conferem a qualidade exigida no processo de concessão de crédito.

Crédito reestruturado

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as operações de crédito reestruturado foram identificadas de acordo com a Instrução nº32/2013 do Banco de Portugal que estabelece a definição de crédito reestruturado por dificuldades financeiras do Cliente.

De acordo com a referida Instrução, as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respetivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) da dívida existente, devendo para o efeito incluir a menção “crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente”.

Considera-se que um cliente está em situação de dificuldades financeiras quando tiver incumprido alguma das suas obrigações financeiras perante a instituição ou se for previsível, em face da informação disponível, que tal venha a ocorrer.

Sempre que uma operação de crédito reestruturado represente mais de 25% da exposição total sobre o mesmo Cliente, todas as operações de crédito com esse cliente são consideradas crédito reestruturado.

A desmarcação do crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente apenas se pode verificar depois de decorrido um período mínimo de dois anos desde a data da sua reestruturação, desde que se verifiquem cumulativamente determinadas condições

Os créditos concedidos a clientes cujos termos tenham sido renegociados, no âmbito de uma reestruturação (podendo ou não ter estado em incumprimento), deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos, após reforço de garantias ou pagamento integral dos juros e outros encargos vencidos.

Foram identificadas as seguintes operações de crédito reestruturado, com referência a 31 de dezembro de 2015 e a 31 de dezembro de 2014:

	Saldo em 31 dez 2015	Imparidade	Montante vencido (i)
Crédito a clientes			
Residentes:			
Empresas	19.702.328	-	370.941
Não residentes:			
Empresas	4.597.170	-	-
	24.299.498	-	370.941

	Saldo em 31 dez 2014	Imparidade	Montante vencido (i)
Crédito a clientes			
Residentes:			
Empresas	20.831.958	-	45.753
	20.831.958	-	45.753

(i) montante dos créditos reestruturados que à data da renegociação se encontravam vencidos.

3.2. Risco País

O risco país, sendo muito semelhante nos efeitos ao risco de contraparte, está associado a alterações ou perturbações específicas de natureza política, económica ou financeira, nos locais onde operam as contrapartes, que possam impedir o integral cumprimento do contrato, independentemente da vontade ou capacidade das contrapartes.

3.3 Risco de mercado

O risco de mercado (taxa de juro, taxa de câmbio, cotações) surge na medida em que o Banco pode deter na sua carteira instrumentos financeiros cujo valor pode ser afetado por variações das condições de mercado, que possam surgir como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por fatores específicos do próprio instrumento, quer por fatores que possam afetar todos os instrumentos negociados no mercado.

O risco de mercado inerente às carteiras de valores mobiliários detidas pelo BPG é objeto de definição de limites pelo Órgão do Banco (Comité de Investimento) competente para o efeito (por classes de ativos, qualidade de risco de emitentes de dívida, mercados/regiões geográficas suscetíveis de investimento, níveis de *stop loss* na carteira de negociação, etc.), bem como a rendibilidade esperada em cada caso, procedendo aquele mesmo Órgão à periódica avaliação de desempenho e revisão das orientações de investimento em função da avaliação das tendências de mercado.

A carteira de valores mobiliários em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, tem a seguinte composição por segmentos de mercado e área geográfica:

Ventilação Sectorial da Carteira de Valores Mobiliários a 31 de Dezembro										
	Obrigações		Ações		Unidades Participação /FM		Total por Sector		Total por Sector	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Administração Pública	17.839.217	6.859.323	-	-	-	-	17.839.217	6.859.323	45,19%	17,91%
Sector Financeiro	3.921.253	15.158.071	1.974.181	2.239.956	3.371.140	3.788.185	9.266.574	21.186.212	23,47%	55,31%
Energia	4.517.890	5.118.601	106.938	-	-	-	4.624.827	5.118.601	11,72%	13,36%
Telecomunicações	1.501.056	1.002.941	-	-	-	-	1.501.056	1.002.941	3,80%	2,62%
Indústria Automóvel		-			-	-	-	0	0,00%	0,00%
Transportes	2.446.884	1.502.715	265.245	-	-	-	2.712.129	1.502.715	6,87%	3,92%
Seguradoras		-			-	-	-	0	0,00%	0,00%
Indústrias Transf. Diversas	1.491.125	-	181.907	0	-	-	1.673.033	0	4,24%	0,00%
Atividades imobiliárias	-	-	1.676.710	1.678.654	-	-	1.676.710	1.678.654	4,25%	4,38%
Diversos	0	955.369	181.130	0	-	-	181.130	955.369	0,47%	2,49%
Total	31.717.425	30.597.020	4.386.111	3.918.610	3.371.140	3.788.185	39.474.676	38.303.815	100,00%	100,00%

(i) não se encontram incluídos derivados de negociação.

Ventilação Geográfica da Carteira de Valores Mobiliários pelos Principais Mercados a 31 de Dezembro								
	Zona Euro		USA		Outros Mercados		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Obrigações	27.779.417	27.597.019	-	-	-	-	27.779.417	27.597.019
Papel Comercial	3.938.009	3.000.000	-	-	-	-	3.938.009	3.000.000
Ações	3.389.205	2.690.258	905.060	948.527	91.846	279.826	4.386.111	3.918.611
Unidades Participação	3.197.754	2.504.977	173.386	1.283.208	-	-	3.371.139	3.788.185
Total por mercado	38.304.385	35.792.254	1.078.446	2.231.735	91.846	279.826	39.474.676	38.303.815
Total por mercado (%)	97,04%	93,44%	2,73%	5,83%	0,23%	0,73%	100,00%	100,00%

(i) não se encontram incluídos derivados de negociação.

Análise de sensibilidade ao risco de mercado:

O risco de mercado (taxa de juro, taxa de câmbio, preço das ações, preço de mercadorias e spread) define-se como a possibilidade de incorrer em perdas, devido a variações inesperadas do preço de instrumentos ou de operações da taxa de juro ou da taxa de câmbio.

A diversificação dos investimentos incluídos na carteira própria do Banco, quer no que se refere à ventilação regional e setorial, quer no que respeita à natureza dos instrumentos financeiros, tem sido um dos principais instrumentos de gestão do risco do mercado.

Esta política de diversificação das aplicações em múltiplos mercados e instrumentos financeiros continuou a ter expressão nos segmentos de maior risco através do investimento em instrumentos que replicam índices representativos da globalidade de determinados mercados (vg, os índices DAX, CAC, S&P, Dow Jones), ou ainda através de ETF compósitos (vg. Mercados Emergentes) proporcionando um amortecimento das volatilidades que estariam associadas aos valores mobiliários que individualmente integram esses índices.

Por outro lado, na gestão das carteiras de valores mobiliários de renda fixa, procedeu-se ao reforço da presença de emitentes da zona euro, particularmente de Portugal, sem prejuízo da manutenção de algum grau de exposição a emitentes de países considerados “core”, tendo em vista um melhor balanceamento dos riscos de mercado.

O modelo VaR (Value at Risk) em uso continua a ser uma das mais importantes ferramentas para a estimação da sensibilidade da carteira de títulos ao risco de mercado, proporcionando indicações que posteriormente se incorporam no processo de decisões de investimento e de desinvestimento a que a gestão da carteira própria se subordina.

De notar que as observações registadas por este modelo ao longo de 2015 indicam no essencial um agravamento das perdas diárias estimadas, tendo esta situação muito relacionada com a grande volatilidade do mercado em 2015.

3.4 Risco Cambial

O Risco de câmbio surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre moedas, sempre que existam posições nessas moedas. As posições em moeda diferente do EUR, resultado da atividade corrente do Banco, assumem um carácter de reduzida relevância.

Por outro lado, a exposição longa em USD em ativos financeiros existentes na carteira de negociação é também objeto de atento acompanhamento, podendo pontualmente dar origem a compensação parcial através da assunção de uma exposição curta naquela moeda em derivados, com vista à redução do risco cambial.

O Banco tem contratada com uma Instituição de Crédito nacional uma linha de crédito no montante de 12,5 milhões de dólares, a qual se encontra parcialmente utilizada, tendo em vista o financiamento de operações de crédito concedido nessa moeda, assim permitindo a quase total cobertura do risco cambial inerente àquelas operações.

O contravalor em euros dos elementos do ativo e do passivo, expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de dezembro de 2015, decompõe-se como segue:

2015

Contravalor em euros dos saldos em moeda estrangeira

	BRL	USD	CHF	CVE	EUR	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1,136	8,017	-	136	14,320,370	14,329,659
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	-	78,851	59,350	6,471	13,990,876	14,135,548
Ativos financeiros detidos para negociação	-	905,060	-	0	1,318,305	2,223,365
Ativos financeiros disponíveis para venda	5,810	698,008	-	272,072	31,642,432	32,618,321
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	50,000	50,000
Créditos a clientes	-	12,102,647	-	-	59,294,133	71,396,780
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	712,313	712,313
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	6,555,731	6,555,731
Propriedades de investimento	-	-	-	-	1,767,419	1,767,419
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	2,133,112	2,133,112
Ativos intangíveis	-	-	-	-	168,804	168,804
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	4,417,899	4,417,899
Outros ativos	-	702,563	(0)	-	2,450,820	3,153,383
Total Ativo	6,946	14,495,146	59,350	278,679	138,822,213	153,662,334
	BRL	USD	CHF	CVE	EUR	Total
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	18,009,507	18,009,507
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	1,834,512	1,834,512
Recursos de outras instituições de crédito	-	9,503,242	27,739	-	32,369,013	41,899,994
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	4,450	-	-	64,909,464	64,913,914
Provisões	-	-	-	-	605,857	605,857
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	39,301	39,301
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	53,615	53,615
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	6,628,646	6,628,646
Outros passivos	-	72,907	0	-	638,628	711,535
Total Passivo	-	9,580,600	27,739	-	125,088,542	134,696,881
Capital	-	-	-	-	41,651,915	41,651,915
Prémios de emissão	-	-	-	-	9,235	9,235
Ações próprios	-	-	-	-	(21,490)	(21,490)
Reservas de reavaliação	-	12,429	-	-	(259,941)	(247,512)
Outras reservas e resultados transitados	-	-	-	-	(12,828,933)	(12,828,933)
Resultado do exercício	-	-	-	-	(9,597,762)	(9,597,762)
Total Passivo + Capital Próprio	-	9,593,028	27,739	-	144,041,566	153,662,334
Posição Líquida em Balanço	6,946	4,902,117	31,611	278,679	(5,219,353)	
Rubricas extrapatrimoniais						
Futuros de cotações	-	-	-	-	131,280	131,280
Futuros de divisas	-	-	-	-	1,007,642	1,007,642

2014

	Contravalar em euros dos saldos em moeda estrangeira					Total
	BRL	USD	CHF	CVE	EUR	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.419	7.178		136	487.520	497.253
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	-	58.773	53.127	6.546	7.128.601	7.247.047
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.261.164	-	-	718.458	1.979.622
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.754	970.571	-	272.072	21.699.166	22.949.562
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	50.171	50.171
Créditos a clientes	-	10.307.388	-	-	70.888.001	81.195.390
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	5.853.798	5.853.798
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	6.825.119	6.825.119
Propriedades de investimento	-	-	-	-	1.836.721	1.836.721
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	2.334.886	2.334.886
Ativos intangíveis	-	-	-	-	319.219	319.219
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	2.285.398	2.285.398
Outros ativos	-	221.354	-	-	7.189.797	7.411.151
Total Ativo	10.173	12.826.428	53.127	278.754	127.616.856	140.785.337
	BRL	USD	CHF	CVE	EUR	Total
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	18.207.160	18.207.160
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	4.454.841	4.454.841
Recursos de outras instituições de crédito	-	10.076.382	43.706	-	37.231.698	47.351.786
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	157.907	-	-	44.757.491	44.915.398
Provisões	-	-	-	-	777.284	777.284
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	33.658	33.658
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	74.874	74.874
Outros passivos	-	20.665	-	-	1.009.019	1.029.684
Total Passivo	-	10.254.954	43.706	-	106.546.025	116.844.685
Capital	-	-	-	-	36.651.915	36.651.915
Prémios de emissão	-	-	-	-	9.235	9.235
Ações próprios	-	-	-	-	(21.490)	(21.490)
Reservas de reavaliação	-	59.515	-	-	70.410	129.925
Outras reservas e resultados transitados	-	-	-	-	(5.961.737)	(5.961.737)
Resultado do exercício	-	-	-	-	(6.867.196)	(6.867.196)
Total Passivo + Capital Próprio	-	10.314.469	43.706	-	130.427.163	140.785.337
Posição líquida em Balanço	10.173	2.511.959	9.421	278.754	(2.810.307)	
Rubricas extrapatrimoniais						
Futuros de cotações	-	141.228	-	-	-	141.228
Futuros de divisas	-	375.989	-	-	-	375.989

Como decorre da análise destes quadros, o risco cambial do Banco relativamente a moedas diferentes da que é a base da sua atividade (Euro) respeita a posições essencialmente em USD, as quais, totalizando um montante líquido pouco significativo, não deixam de ser objeto de gestão com vista à adequada cobertura desse risco.

3.5 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro respeita ao efeito que os movimentos das taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial do Banco.

Este risco resulta dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos ativos, passivos e posições fora de balanço, face a alterações de taxas. Desta forma o risco de taxa de juro associado ao justo valor é o risco do justo valor de um instrumento financeiro variar devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

O Banco realiza periodicamente “*stress tests*” à carteira bancária, com base nos pressupostos da Instrução nº 19/2005, que pressupõe uma variação absoluta de 200 bp na taxa de juro, e os quais têm proporcionado resultados que se medem por um impacto sobre os Fundos Próprios do Banco, o qual em 31 de Dezembro de 2015 se cifra em 1%.

As tabelas abaixo apresentam a sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco com exposição ao risco de taxa de juro, refletindo os valores contabilísticos distribuídos de acordo com as datas fixadas para a próxima revisão de taxas:

31 de Dezembro de 2015									
	1 Mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	mais de 3 anos	Sem rentabilidade	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14.329.659							-	14.329.659
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14.135.548							-	14.135.548
Aplicações em instituições de crédito		50.000						-	50.000
Crédito a clientes não representativo de v. mobiliários	27.386.713	18.665.965	20.607.380					-	66.660.059
Outros créditos e valores a receber (titulados)	2.440.912	1.500.000						-	3.940.912
Ativos financeiros detidos para negociação	2.223.365							-	2.223.365
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.504.650	3.634.550	-	-	-	2.248.600	19.781.398	-	27.169.198
Ativos detidos até à maturidade						680.680		-	680.680
	62.020.847	23.850.515	20.607.380	-	-	2.929.280	19.781.398	-	129.189.421
Recursos de bancos centrais	-	8.500.000				9.500.000		9.507	18.009.507
Recursos de instituições de crédito	3.150.000	15.303.628	8.971.918	420.000	3.000.000	-	10.500.000	554.448	41.899.994
Recursos de clientes	15.743.050	21.122.000	19.639.470	2.651.212	1.000.000	-	-	4.758.182	64.913.914
	18.893.050	44.925.628	28.611.388	3.071.212	4.000.000	9.500.000	10.500.000	5.322.137	124.823.414
GAP de taxa de juro	43.127.797	(21.075.113)	(8.004.007)	(3.071.212)	(4.000.000)	(6.570.720)	9.281.398	(5.322.137)	4.366.006
GAP de taxa de juro acumulado	43.127.797	22.052.685	14.048.678	10.977.466	6.977.466	406.746	9.688.143	4.366.006	

31 de Dezembro de 2014									
	1 Mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	mais de 3 anos	Sem rentabilidade	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	497.253	-	-	-	-	-	-	-	497.253
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.247.047	-	-	-	-	-	-	-	7.247.047
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	50.000	-	-	-	171	50.171
Crédito a clientes não representativo de v. mobiliários	23.672.275	27.091.963	25.947.607	-	1.162.058	-	-	546.519	78.420.423
Outros créditos e valores a receber (titulados)	3.000.000	-	-	-	-	-	-	-	3.000.000
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.680.522	-	-	-	-	-	-	1.680.522
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.975.200	5.616.150	3.126.600	5.944.548	-	-	-	-	16.662.498
Ativos detidos até à maturidade	-	-	680.680	3.370.150	-	-	-	41.717	4.092.547
	36.391.775	34.388.635	29.754.887	9.364.698	1.162.058	-	-	588.407	111.650.461
Recursos de bancos centrais	5.000.000	8.500.000	-	-	-	-	4.500.000	207.160	18.207.160
Recursos de instituições de crédito	26.757.708	7.700.000	-	1.500.000	-	-	11.000.000	394.078	47.351.786
Recursos de clientes	7.575.050	8.834.000	11.585.000	13.972.750	-	-	-	2.852.179	44.818.979
	39.332.758	25.034.000	11.585.000	15.472.750	-	-	15.500.000	3.453.417	110.377.925
GAP de taxa de juro	(2.940.984)	9.354.635	18.169.887	(6.108.052)	1.162.058	-	(15.500.000)	(2.865.010)	1.272.536
GAP de taxa de juro acumulado	(2.940.984)	6.413.652	24.583.539	18.475.487	19.637.545	19.637.545	4.137.545	1.272.535	

3.6 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco potencial de uma instituição de crédito não dispor de fundos necessários para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento, perante a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

A política de controlo de risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objetivo o financiamento adequado dos seus ativos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação do seu *gap* de liquidez.

O Banco dispõe de um conjunto de *Stand By Facilities*/Contratos de Financiamento a que pode recorrer, sem restrições, quando entenda útil ou necessário e que está assegurada a sua renovação.

Estas linhas de crédito estão ativas e podem ser utilizadas em qualquer momento, e totalizam 23 Milhões de EUR e 10,4 Milhões de USD, estando disponíveis em 31 de Dezembro de 2015 8,5 Milhões de EUR.

Atenta a recomendação do Banco de Portugal (carta circular de 01/10/2008) de observância dos princípios e recomendações emanadas do CEBS e do BCBS e tendo em conta o Princípio 2 (estabelecimento de um nível de tolerância para o risco de liquidez), o Conselho de Administração/ALCO considera que a utilização das facilidades de crédito que se encontram contratadas, enquanto compromissos não revogáveis de instituições de crédito da praça, de primeira importância, constituem uma fonte de financiamento para efeitos de gestão do risco de liquidez.

Para reforçar a sua posição de liquidez e tendo em conta que a partir de 1 de outubro de 2015 se tornou obrigatório o cumprimento de 60% do Requisito de Cobertura de Liquidez, exigido pelo BCE, no último trimestre de 2015 o Banco reforçou a sua carteira de títulos, adquirindo obrigações de dívida pública, que não estando oneradas constituem um ativo elevada qualidade para a determinação deste rácio.

No que respeita à análise ao risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Portugal, o Banco ainda recorre ao conceito de *gap* de liquidez, isto é, a partir do balanço do Banco, conjugando-o com os vencimentos das operações ativas e passivas, obtém-se uma posição desagregada (positiva ou negativa) segundo os prazos residuais de vencimento das operações. Os quadros seguintes apresentam essa posição para os ativos e passivos financeiros.

De seguida apresentam-se os mapas preparados com base nos requisitos definidos no IFRS 7 relativamente a Risco de Liquidez.

A situação a 31 de dezembro de 2015 é como segue:

2015

	À vista	até 3 meses	3 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14.329.659				14.329.659
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14.135.548				14.135.548
Aplicações em instituições de crédito	50.000				50.000
Crédito a clientes	5.874.263	9.151.658	7.308.042	49.222.950	71.556.913
Ativos financeiros detidos para negociação		2.223.365			2.223.365
Títulos detidos até à maturidade				712.313	712.313
Ativos financeiros disponíveis para venda		3.371.140	1.541.548	27.705.285	32.617.973
	34.389.470	14.746.164	8.849.590	77.640.548	135.625.772
Recursos de bancos centrais	-	8.500.000	-	9.509.507	18.009.507
Recursos de instituições de crédito	978.387	13.426.061	7.721.814	19.773.732	41.899.994
Recursos de clientes	16.659.750	24.963.127	22.290.682	1.000.000	64.913.558
	17.638.137	46.889.187	30.012.496	30.283.239	124.823.059
GAP de Liquidez	16.751.333	(32.143.023)	(21.162.906)	47.357.309	10.802.713
GAP de Liquidez acumulado	16.751.333	(15.391.690)	(36.554.596)	10.802.713	

2014

	À vista	até 3 meses	3 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	497.253	-	-	-	497.253
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.247.047	-	-	-	7.247.047
Aplicações em instituições de crédito	50.171	-	-	-	50.171
Crédito a clientes	4.954.299	10.373.059	23.108.877	42.806.962	81.243.197
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.680.522	-	0	1.680.522
Títulos detidos até à maturidade	1.680.067	-	3.480.342	693.388	5.853.798
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	5.456.920	0	17.492.642	22.949.562
	14.428.838	17.510.501	26.589.219	60.992.992	119.521.550
Recursos de bancos centrais	-	13.707.160	-	4.500.000	18.207.160
Recursos de instituições de crédito	309.662	9.984.416	11.557.708	25.500.000	47.351.786
Recursos de clientes	2.785.858	16.557.535	25.557.750	-	44.901.143
	3.095.520	40.249.111	37.115.458	30.000.000	110.460.089
GAP de Liquidez	11.333.318	(22.738.610)	(10.526.239)	30.992.992	9.061.461
GAP de Liquidez acumulado	11.333.318	(11.405.292)	(21.931.531)	9.061.461	

De notar que a carteira de obrigações governamentais da zona euro, dada a sua elevada liquidez em mercado, constitui um instrumento adicional de gestão do risco de liquidez, dando assim corpo a recomendações e orientações que, nessa matéria, têm sido emitidas pelos órgãos competentes de supervisão do setor financeiro, a nível nacional e internacional.

O quadro acima apresenta os ativos e passivos financeiros pelos respetivos intervalos de maturidade relevantes, tendo por base as maturidades residuais no final do mês de dezembro de 2015 e de dezembro de 2014.

Os montantes apresentados correspondem aos fluxos de caixa contratuais não descontados, que incluem valores de capital e juros futuros não corridos até 31 de dezembro de 2015.

3.7 Risco Operacional

Os riscos operacionais são os que podem resultar em prejuízos inesperados devido a falhas humanas de análise e de processamento das operações, falhas nos procedimentos internos de controlo e nos sistemas de informação ou devido a causas externas.

A gestão do risco operacional assenta sobretudo na formação/qualidade dos recursos humanos e na organização adequada dos mesmos: segregação de funções, definição de responsabilidades e procedimentos assim como nas ações de supervisão da auditoria interna e externa.

O Banco tem implementado um *Disaster Recovery Plan (DRP)*, para os sistemas e infraestruturas de comunicações que inclui um conjunto de diretivas, processos e tecnologias que garantem a viabilidade do negócio em caso de desastre. O objetivo do *DRP* é permitir que o Banco sobreviva a um desastre e que possa restabelecer as operações de negócio e o ambiente de processamento ao nível da área de sistemas de informação num espaço de tempo razoável de forma a não haver rutura.

Este *Plano* assenta na utilização do serviço de Recuperação de Negócio disponibilizado pela Companhia IBM Portuguesa, SA., e que contempla a utilização de um Centro Informático no Porto ou em Alfragide como centro alternativo, ao abrigo do contrato celebrado entre o BPG e esta Entidade.

Semestralmente, é realizado um exercício de *DRP*.

Da gestão do Plano de continuidade do negócio, no que respeita a infraestruturas alternativas, considerou-se dar utilização a uma fração integrada em prédio habitacional, recebida em dação em cumprimento de crédito próprio, localizada em concelho vizinho ao de Lisboa, dispondo das condições de espaço adequadas à satisfação das necessidades do Banco para o desenvolvimento da sua atividade corrente, em caso de desastre que afete gravemente o acesso e/ou utilização do edifício onde o Banco se encontra instalado.

De acordo com o Método do Indicador Básico em uso pelo Banco, os requisitos de fundos próprios associados ao risco operacional cifravam-se em 2015 no montante de € 880 941, o que se compara com o requisito de € 848 042 determinado para 2014.

3.8 Risco de Compliance

Traduz-se na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital, decorrentes de violações ou desconformidades no cumprimento das obrigações legais, regulamentos, contratos, códigos de conduta e princípios éticos ou práticas instituídas, que poderão resultar em sanções de carácter legal ou regulamentar, na limitação das oportunidades de negócio ou na impossibilidade de exigir cumprimento de obrigações contratuais.

A função de *Compliance* tem por objeto o acompanhamento e avaliação da adequação e da eficácia das medidas e procedimentos adotados no cumprimento das obrigações legais e deveres a que a instituição se encontra sujeita, a verificação da não violação das regras de conduta e de relacionamento com clientes, estabelecidas para as atividades da instituição.

Neste âmbito é dado especial relevo ao correto enquadramento das decisões e identificação de eventuais desajustamentos regulamentares, identificando medidas suscetíveis de reduzirem os riscos.

NOTA 4 – JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos instrumentos financeiros, sempre que possível, é estimado, utilizando cotações em mercados ativos. Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efetuam transações de forma regular.

Sempre que não esteja disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor, os instrumentos de capital encontram-se reconhecidos ao custo histórico.

Para efeitos de apresentação nesta nota, os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor são classificados de acordo com a seguinte hierarquia, conforme previsto na norma IFRS 13:

Nível 1 – cotações em mercado ativo

Esta categoria, para além dos títulos cotados em Bolsas de Valores, inclui os títulos valorizados com base em preços de mercados ativos (*bids*) divulgados através de plataformas de negociação, tendo em conta a liquidez (quantidade de contribuidores) e profundidade do ativo (tipo de contribuidor). A classificação como *mercado ativo* é efetuada de forma automática, desde que os instrumentos financeiros estejam cotados por mais do que dez contribuidores de mercado, sendo pelo menos cinco com ofertas firmes e exista uma cotação multi-contribuída (preço formado por várias ofertas firmes de contribuidores disponíveis no mercado).

Nível 2 – técnicas de valorização baseadas em dados de mercado

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados por recurso a técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares aos instrumentos financeiros detidos pelo Banco, incluindo preços observáveis no mercado para activos financeiros em que se tenham observado reduções significativas no volume de transações, ou instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio). Este nível inclui ainda os instrumentos financeiros valorizados por recurso a preços de compra de terceiros (*bids* indicativos), baseados em dados observáveis no mercado.

Nível 3 – técnicas de valorização utilizando principalmente inputs não baseados em dados observáveis em mercado

Os activos financeiros são classificados no nível 3 caso uma proporção significativa do seu valor de balanço resulta de inputs não observáveis em mercado, nomeadamente:

Os títulos não cotados que são valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar, nomeadamente:

- avaliação com base no Net Asset Value actualizado e divulgado pelas respectivas sociedades gestoras;
- avaliação com base em preços indicativos divulgados pelas entidades que participam na estruturação das operações; ou,
- títulos valorizados através de preços de compra indicativos, baseados em modelos teóricos, divulgados por terceiros e considerados fidedignos.

No caso de ações não cotadas, o justo valor é estimado com base na análise da posição financeira e resultados do emitente, perfil de risco e de valorizações de mercado ou transacções para empresas com características idênticas.

Nas rubricas em que não é contabilisticamente registada alteração do justo valor, tal facto é justificado pela aproximação razoável ao justo valor da quantia escriturada, atendendo a que as taxas aplicáveis a estes ativos à data de referência das demonstrações financeiras são taxas de mercado.

De seguida são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos contabilizados ao custo amortizado:

- Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais: esta rubrica é constituída por notas e moedas e depósitos à ordem; atendendo-se ao curto prazo destes ativos, o justo valor é idêntico ao valor por que se encontram registados no balanço;
- Disponibilidades em outras instituições de crédito: são constituídas por depósitos à ordem, e, dado que são ativos de curto prazo, o justo valor é idêntico ao valor por que se encontram registados no balanço;
- Ativos financeiros detidos para negociação: esta categoria inclui os ativos financeiros valorizados com base em preços de mercados ativos, cujo objetivo é a venda no curto prazo, e é constituída por valores de rendimento variável emitidos por entidades estrangeiras, cotados em Bolsas de Valores. O valor por que se encontram registados é o justo valor;
- Aplicações e recursos de Instituições de Crédito: são constituídos maioritariamente por aplicações e tomadas de muito curto prazo e curto prazo, com taxa variáveis, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registados no balanço;
- Títulos detidos até à maturidade: são títulos da dívida pública portuguesa e de outros emissores estrangeiros, registados ao custo amortizado, e cujo justo valor à cotação de mercado é de € 695.330 e € 4.173.730, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, respetivamente;
- Recursos de clientes e outros empréstimos: os recursos de clientes representam os valores captados junto de clientes, e constituídos por depósitos à ordem e depósitos de curto prazo, normalmente com prazo inferior a um ano, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registados no balanço, considerando que as taxas aplicáveis a estes ativos são taxas de mercado; os outros empréstimos respeitam aos valores de mercado acrescidos de juros corridos, relativamente a títulos objeto de contratos de empréstimo celebrados com clientes.
- Recursos de Bancos Centrais e outras instituições: constituídos essencialmente por tomadas junto do Euro Sistema e que o Banco considera como justo valor o valor de balanço.
- Crédito a clientes e Outras aplicações: o crédito a Clientes não representativo de valores mobiliários – é constituído por crédito concedido a clientes, na sua maioria com taxa de juro variável, indexado a taxas de mercado, pelo que o Banco considera que o valor de balanço é próximo do justo valor; as Outras aplicações correspondem aos valores de mercado acrescidos de juros corridos relativamente a títulos objeto de contratos de empréstimo celebrados com clientes.
- Outros ativos e passivos financeiros: referem-se a operações de curto prazo, pelo que o seu valor de balanço é próximo do justo valor.

Decorrente do acima exposto, consideramos que estes ativos e passivos financeiros se encontram no nível 1 em termos de hierarquia do justo valor.

Em 31 de dezembro de 2015 as variações no justo valor de Instrumentos Financeiros, reconhecidas em resultados em operações financeiras e em capitais próprios, são as seguintes:

2015

TIPOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	Demonstração de Resultados				Capital Próprio
	(Perdas)/Ganhos	Rendimentos	Gastos	Rendim./Despesas	Reserva
	(Líquidos)	de juros	de juros	de comissões	de Reavaliação
(Líquidos)				(Líquidos)	
Ativos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-
Disponibilidades à vista em Instituições de Crédito	-	624	-	-	-
Ativos Financeiros detidos para negociação	62,633	-	-	-	-
Ativos Financeiros disponíveis para venda	518,062	426,718	-	-	377,437
Investimentos detidos até à maturidade	-	145,265	-	-	-
Aplicações em instituições de Crédito	-	31	-	-	-
Crédito a Clientes e Outras contas a Receber	-	3,516,982	-	-	-
Instrumentos derivados de negociação	(284,675)	-	-	-	-
Outros ativos	-	78,369	-	-	-
Total Ativo	296,020	4,167,989	-	-	377,437
Passivos					
Recursos de Bancos Centrais	-	-	13,046	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	1,150,229	1,116,944	-
Recursos de clientes	-	-	1,028,404	-	-
Outros Passivos Subordinados	-	-	283,021	-	-
Passivos financeiros de negociação	-	-	103,625	(248)	-
Total Passivo	-	-	2,578,325	1,116,696	-

2014

TIPOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	Demonstração de Resultados				Capital Próprio
	(Perdas)/Ganhos (Líquidos)	Rendimentos de juros	Gastos de juros	Rendim./Despesas de comissões (Líquidos)	Reserva de Reavaliação
Ativos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	418	-	-	-
Disponibilidades à vista em Instituições de Crédito	-	1.620	-	-	-
Ativos Financeiros detidos para negociação	143.674	-	-	-	-
Ativos Financeiros disponíveis para venda	2.102.842	633.019	-	-	(204.994)
Investimentos detidos até à maturidade	-	293.194	-	-	-
Aplicações em instituições de Crédito	-	831	-	-	-
Crédito a Clientes e Outras contas a Receber	-	3.611.743	-	-	-
Instrumentos derivados de negociação	92.665	-	-	-	-
Outros ativos		179.597			
Total Ativo	2.339.182	4.720.422	-	-	(204.994)
Passivos					
Recursos de Bancos Centrais	-	-	34.985	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	969.852	948.821	-
Recursos de clientes	-	-	1.126.127	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-
Passivos financeiros de negociação	-	-	235.366	-338	-
Total Passivo	-	-	2.366.331	948.483	-

No quadro abaixo são apresentados os Ativos e Passivos Financeiros do Banco que em 31 de dezembro de 2015 e 2014 se mensuravam ao justo valor, baseando-se na hierarquia que reflete o significado dos *inputs* utilizados na mensuração, conforme os níveis definidos pelo IFRS 7 e IFRS13:

	31/12/2015				31/12/2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
ATIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR								
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados								
Ativos financeiros detidos para negociação								
Instrumentos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	0
Instrumentos de capital	2,223,365	-	-	2,223,365	1,680,522	-	-	1,680,522
Derivados	-	-	-	0	-	299,100	-	299,100
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Instrumentos de dívida	27,084,087	-	-	27,084,087	16,923,288	-	-	16,923,288
Instrumentos de capital	3,371,139	-	-	3,371,139	3,475,549	-	-	3,475,549
Total de ativos mensurados ao justo valor	32,678,591	0	-	32,678,591	22,079,360	299,100	-	22,378,460

Os instrumentos de capital, classificados em disponíveis para venda, são valorizados com base em avaliações, que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado. Decorrente destas avaliações o Banco considera que estes ativos financeiros se encontram no nível 2 em termos de hierarquia do justo valor.

NOTA 5 - MARGEM FINANCEIRA

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica, por instrumento financeiro:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades	624	2,038
Juros de aplicações em Instituições de Crédito	31	831
Juros de crédito a Clientes	3,516,982	3,611,743
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	426,718	633,019
Juros de ativos financeiros detidos até à maturidade	145,265	293,194
Outros juros e rendimentos similares	78,369	179,597
	<u>4,167,989</u>	<u>4,720,422</u>
Juros e encargos similares		
Juros de recursos		
De Bancos Centrais	13,046	34,985
De outras Instituições de Crédito	1,150,229	969,852
De depósitos de Clientes	1,028,404	1,126,127
De passivos financeiros detidos para negociação	78,367	179,596
De outros passivos subordinados	283,021	-
Outros juros e encargos similares	25,258	56,109
	<u>2,578,325</u>	<u>2,366,668</u>
Margem financeira	<u>1,589,664</u>	<u>2,353,754</u>

NOTA 6 - RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica, por instrumento financeiro:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Rendimentos de instrumentos de capital		
Ativos financeiros detidos para negociação		
Ações	40,656	49,586
	<u>40,656</u>	<u>49,586</u>

NOTA 7 - RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica, por instrumento financeiro:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Comissões recebidas:		
Por serviços prestados de <i>Corporate Finance</i>	88,051	36,600
Garantias prestadas	141,713	196,575
Por gestão de ativos	86,715	125,371
Por serviços bancários prestados	139,924	184,825
Compromissos assumidos perante terceiros	51,442	31,072
Operações realizadas por conta de terceiros	50,506	11,844
Outras	1,690	4,095
	<u>560,041</u>	<u>590,382</u>
Comissões pagas :		
Compromissos assumidos por terceiros	81,416	123,024
Custódia de carteira	34,630	40,993
Por serviços bancários prestados por terceiros	51,245	1,228
Operações realizadas por terceiros	14,931	18,274
Outros	2,158	1,702
	<u>184,380</u>	<u>185,221</u>
Comissões líquidas	<u>375,661</u>	<u>405,161</u>

NOTA 8 – RESULTADOS DE ATIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR E DISPONÍVEIS PARA VENDA

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica, por instrumento financeiro:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Ganhos em ativos financeiros detidos para negociação		
Ativos financeiros emitidos por residentes:		
Instrumentos de dívida	729	-
Instrumentos de capital	276,397	106,961
Ativos financeiros emitidos por não residentes:		
Instrumentos de dívida	-	-
Instrumentos de capital	3,788,933	3,941,210
Instrumentos financeiros derivados	344,706	176,668
	<u>4,410,765</u>	<u>4,224,839</u>
Perdas em ativos financeiros detidos para negociação		
Ativos financeiros emitidos por residentes:		
Instrumentos de dívida	-	-
Instrumentos de capital	248,449	107,623
Ativos financeiros emitidos por não residentes:		
Instrumentos de dívida	-	-
Instrumentos de capital	3,754,977	3,796,875
Instrumentos financeiros derivados	629,380	84,002
	<u>4,632,806</u>	<u>3,988,500</u>
Resultados de ativos financeiros detidos para negociação	<u>(222,041)</u>	<u>236,339</u>
Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda		
Ativos financeiros emitidos por residentes:		
Instrumentos de dívida	586,579	2,125,863
	<u>586,579</u>	<u>2,125,863</u>
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda		
Ativos financeiros emitidos por não residentes:		
Instrumentos de dívida	68,516	23,021
	<u>68,516</u>	<u>23,021</u>
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	<u>518,062</u>	<u>2,102,842</u>

A quebra nos resultados de ativos financeiros disponíveis para venda em 2015 está associada principalmente à diminuição dos ganhos desses ativos associada ao fraco desempenho dos mercados financeiros e dos ativos em carteira e ao excecional desempenho no ano de 2014.

NOTA 9 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O quadro abaixo reflete o resultado da reavaliação cambial das posições do Banco expressas em moeda diferente do Euro:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Ganhos em diferenças cambiais		
Na posição à vista	2.695.810	1.152.746
Perdas em diferenças cambiais		
Na posição à vista	2.386.368	769.999
Resultados de reavaliação cambial	<u><u>309.442</u></u>	<u><u>382.747</u></u>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5..

NOTA 10 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Os resultados de alienação de outros ativos não financeiros apresentam-se conforme segue:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Ganhos em ativos não financeiros		
Ativos não correntes detidos para venda	-	19,115
Outros ativos tangíveis	17,849	10,210
	<u><u>17,849</u></u>	<u><u>29,325</u></u>
Perdas em ativos não financeiros		
Ativos não correntes detidos para venda	116,269	69,087
Propriedades de investimento	18,355	17,317
Outros ativos tangíveis	-	-
	<u><u>134,624</u></u>	<u><u>86,404</u></u>
	<u><u>(116,775)</u></u>	<u><u>(57,079)</u></u>
Perdas na alienação de crédito a clientes		
Crédito interno:		
Empresas	-	-
	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>
	<u><u>(116,775)</u></u>	<u><u>(57,079)</u></u>

NOTA 11 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Os outros resultados de exploração decompõem-se conforme segue:

	<u>31/dez/2015</u>	<u>31/dez/2014</u>
Outros rendimentos e receitas operacionais		
Recuperação de crédito	5.425	32.998
Ajustes cálculo pró-rata IVA	8.700	19.471
Reembolso de despesas com avaliações e vistoria	13.760	7.273
Outras receitas operacionais	1.097.427	832.875
Arrendamento de imóveis	111.005	90.319
Ganhos em operações de empréstimo de títulos	961.542	729.317
Outros rendimentos operacionais	24.880	13.239
	<u>1.125.312</u>	<u>892.617</u>
Outros encargos e gastos operacionais		
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	4.000	17.500
Contribuições para o Fundo de Resolução	20.051	12.734
Contribuições para o Sistema Indemnização ao Investidor	500	1.250
Outros impostos	22.524	73.003
Outros gastos operacionais	1.130.225	1.145.529
Perdas em operações de empréstimo de títulos	961.546	729.317
Contribuição para o setor bancário	93.857	74.790
Outros	74.822	341.420
	<u>1.177.300</u>	<u>1.250.014</u>
	<u>(51.988)</u>	<u>(357.397)</u>

Os ganhos e as perdas em operações de empréstimos de títulos refletem as variações de justo valor das obrigações associadas aos contratos de empréstimo de títulos referidos na Nota 32 – Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

NOTA 12 - CUSTOS COM PESSOAL

12.1 Custos com pessoal

Os custos com pessoal podem ser analisados no quadro que se segue:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	249,496	456,798
Órgãos de gestão		
Conselho de Administração	239,896	447,198
Remunerações de base	239,896	447,198
Remunerações extraordinárias	-	-
Órgãos de fiscalização		
Conselho Fiscal	9,600	9,600
Remuneração de empregados	1,199,967	1,328,676
Remunerações de base	1,199,967	1,278,117
Remunerações extraordinárias		50,559
Encargos sociais obrigatórios	347,178	428,732
Outros custos com o pessoal	80,868	309,885
	<u>1,877,509</u>	<u>2,524,091</u>

O Banco obriga-se mediante contratos individuais de trabalho com os seus colaboradores ao pagamento de uma remuneração fixa mensal, a que acrescem subsídios de férias e de Natal, do mesmo montante e ainda subsídio de almoço, nos termos da legislação geral aplicável, não se encontrando prevista em caso algum a obrigação de pagamento de remunerações variáveis.

A variação verificada na remuneração dos órgãos de gestão é justificada pela saída de dois administradores no início de 2015, e pela entrada de um administrador no segundo semestre deste ano.

12.2 Responsabilidades com pensões e outros benefícios

O Banco não subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical do setor bancário pelo que a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é assegurada pelo sistema de Segurança Social.

12.3 Remunerações processadas aos Membros dos Órgãos Estatutários (Conselho de Administração e Conselho Fiscal), colaboradores exercendo funções de controlo e ao Revisor Oficial de Contas

Os quadros abaixo refletem o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos de fiscalização e administração, de forma agregada e individual, e pelos colaboradores exercendo as funções de controlo (auditoria interna, *compliance* e gestão de risco), de forma agregada em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Remuneração agregada dos órgãos de administração e de fiscalização e dos colaboradores com funções de controlo		
Órgãos de gestão	239,896	447,198
Conselho de Administração	239,896	447,198
Órgão de fiscalização	9,600	9,600
Conselho Fiscal	9,600	9,600
Funções de controlo interno (f)	106,019	106,026
	<u>355,515</u>	<u>562,824</u>

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Remuneração individual dos órgãos de administração e de fiscalização e honorários do revisor oficial de contas		
Órgãos de gestão	239,896	447,198
Conselho de Administração	239,896	447,198
Membros sem pelouros executivos atribuídos		
Vogal - Dr. Luis António Gomes Moreno	8,170	5,160
Vogal - Dr. Guilherme Manuel Soares Bernardo Vaz	-	-
Membros com pelouros executivos atribuídos		
Presidente - Dr. Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino	-	-
Vice Presidente - Dr. Emanuel Jorge Marques dos Santos (e)	41,151	167,884
Vice Presidente - Dr. Mário José Brandão Ferreira	-	-
Vogal - Dr. Luis Miguel Nunes Barbosa	126,000	126,000
Vogal - Dr. Justino Manuel Matias Carlos (d)		148,154
Vogal - Dr. Paulo Jorge Santos Azenhas	64,575	-
Órgão de fiscalização	9,600	9,600
Conselho Fiscal	9,600	9,600
Presidente - Dr. Henrique Carlos de Medina Carreira	3,600	3,600
Membro Efetivo - Dr. Carlos Reinaldo Pinheiro da Silva	3,000	3,000
Membro Efetivo - Dr. Manuel Augusto Lopes de Lemos	3,000	3,000
Revisor Oficial de Contas	77,000	77,000
PricewaterhouseCoopers & Associados-SROC, Lda.		
Serviços de revisão legal de contas (a)	35,000	35,000
Outros serviços de garantia de fiabilidade (b)	30,000	30,000
Serviços de consultoria fiscal (c)	12,000	12,000
	<u>326,496</u>	<u>533,798</u>

- (a) Os valores de honorários do Revisor Oficial de Contas não incluem IVA e encontram-se registados na rubrica de Gastos Gerais Administrativos em “Consultoria e auditoria” (Nota 13 – Gastos gerais administrativos).
- (b) Os serviços de garantia e fiabilidade prestados pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., consistem:
 - i) na emissão de relatórios sobre a imparidade da carteira de crédito, para cumprimento da instrução nº 5/2013 do Banco de Portugal;
 - ii) na emissão de parecer sobre o sistema de controlo interno subjacente ao processo de preparação e divulgação da informação financeira (relato financeiro) para os efeitos previstos na alínea b) do nº 5 do artigo 25º do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal; e
 - iii) na emissão de relatório sobre procedimentos e medidas adotados pelos intermediários financeiros para salvaguarda de bens de clientes, no âmbito dos artigos 306º a 306-D do Código dos Valores Mobiliários
- (c) Os serviços de consultoria celebrados com a PricewaterhouseCoopers & Associadas - SROC, Lda. consistem na prestação de consultoria fiscal sobre informações solicitadas pelo Banco no âmbito de legislação fiscal aplicável na altura em que os serviços são prestados.
- (d) O Senhor Dr. Justino Manuel Matias Carlos em 31 de dezembro de 2014, cessou as suas funções como membro do Conselho de Administração.
- (e) O Senhor Dr. Emanuel Jorge Marques dos Santos em 31 de março de 2015, cessou as suas funções como membro do Conselho de Administração.
- (f) Além dos colaboradores exercendo as funções de controlo não foram identificados outros colaboradores que cumpram os critérios definidos no nº 2 do artigo nº 1 do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal.

O número efetivo de colaboradores encontra-se discriminado na Nota 36 – Efetivo de trabalhadores.

Os saldos sobre operações efetuadas com os elementos da Administração e da Direção do Banco encontram-se divulgados na Nota 39 – Transações com entidades relacionadas.

NOTA 13 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Os custos incorridos com fornecimentos e serviços de terceiros são conforme segue:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	25.207	27.035
Material de consumo corrente	22.965	27.161
Outros fornecimentos de terceiros	11.166	9.976
Com serviços		
Rendas e alugueres	351.811	344.554
Conservação e reparação	372.247	334.000
Comunicações	281.269	236.384
Consultoria e auditoria	197.687	107.630
Deslocações e estadas	16.885	40.469
Segurança e vigilância	76.222	86.305
Avenças e honorários	45.823	40.665
Avaliadores externos	29.215	12.879
Publicidade	22.928	19.745
Seguros	7.637	9.134
Advogados	56.846	65.369
Formação de pessoal	6.024	4.785
Bancos de dados	8.371	7.407
Transportes	4.128	4.648
Judiciais, contencioso e notariado	4.946	2.083
Outros serviços de terceiros	47.612	18.288
	<u>1.588.989</u>	<u>1.398.518</u>

O aumento desta rubrica deve-se essencialmente ao aumento dos custos de manutenção e de comunicação associados à entrada em funcionamento do home banking e aos custos de consultoria relacionados com a introdução dos novos reportes: Corep e Finrep.

NOTA 14 – IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas municipal e estadual. O pagamento/recebimento de impostos sobre lucros é efetuado com base em declarações de autoliquidação, tendo as autoridades fiscais a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, ou durante o período em que seja possível deduzir prejuízos fiscais ou crédito de imposto até 12 anos, contado a partir do exercício a que respeitam, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 63º do Código do IRC, a Administração Fiscal poderá efetuar as correções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas

condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diferente do que se apuraria na ausência dessas relações.

Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer liquidação, que possa resultar de eventuais revisões pela Administração Fiscal, aos exercícios acima referidos, seja significativa no contexto das demonstrações financeiras do Banco.

A Lei do Orçamento do Estado, Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, no seu artigo 141º, veio aprovar uma contribuição sobre o setor bancário que não é elegível como custo fiscal. No dia 30 de Março de 2011, foram publicadas as condições de aplicabilidade da nova contribuição sobre o setor bancário, através da Portaria nº 121/2011. Pela Portaria nº 176-A/2015, o Banco registou no exercício de 2015 um encargo de € 93 857 e em 2014 € 74 789, relativo a esta contribuição, registada em Outros resultados de exploração (Nota 11 – Outros resultados de exploração).

Os impostos diferidos ativos e passivos são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um ativo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal efetivamente verificada nos exercícios de 2015 e 2014 é como segue:

	31/dez/2015		31/dez/2014	
	% Carga fiscal	Valor	% Carga fiscal	Valor
Lucro (Prejuízo) antes de impostos		(11.578.512)		(6.973.738)
IRC	0,0%	-	0,0%	-
Derrama	0,0%	-	0,0%	-
Tributação autónoma	-0,7%	63.431	-0,5%	33.658
Imposto corrente	-0,7%	63.431	-0,5%	33.658
Diferimento comissões de crédito	0,0%	87	0,0%	240
Prejuízos fiscais reportáveis	25,1%	(2.410.612)	-14,6%	999.565
Provisões não aceites fiscalmente	-3,8%	366.344	16,6%	(1.140.005)
Imposto diferido	21,3%	(2.044.181)	2,0%	(140.200)
Taxa efetiva	20,6%	1.980.750	1,5%	(106.542)

A taxa nominal de imposto decompõe-se como segue:

	31-dez-2015	31-dez-2014
IRC	21%	23%
Derrama	1,5%(a)	1,5%(a)
	22,5%	24,5%

(a) - Taxa média ponderada dos municípios de Lisboa e Porto

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o valor dos impostos diferidos ativos e passivos registrados no balanço é como segue:

	31/dez/2015	31/dez/2014
Impostos diferidos		
Ativos	4.417.899	2.285.398
Passivos	(53.615)	(74.874)
	4.364.284	2.210.524
Registados por contrapartida de :		
Resultados transitados	2.248.244	2.108.044
Reserva de reavaliação de justo valor	71.859	(37.720)
Resultado do exercício	2.044.181	140.200
	4.364.284	2.210.524

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente, para prazos que variam entre quatro e doze anos.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registrados no exercício de 2015 é como segue:

Descrição	Base de cálculo		Balanço		Impostos diferidos		Reservas reavaliação	
					Resultado			
	31/dez/2014	31/dez/2015	31/dez/2014	31/dez/2015	31/dez/2014	31/dez/2015	31/dez/2014	31/dez/2015
Comissões de crédito	(707)	(318)	159	72	(240)	(87)	-	-
Títulos disponíveis para venda JVP (i)	332.772	238.290	(74.874)	(53.615)	-	-	(74.874)	(53.615)
Títulos disponíveis para venda JVN (ii)	(165.126)	(557.660)	37.153	125.474	-	-	37.153	125.474
Prejuízos fiscais reportáveis	(1.806.972)	(13.286.078)	379.464	2.790.076	(999.565)	2.410.612	-	-
Provisões não aceites fiscalmente	(8.304.984)	(6.676.788)	1.868.621	1.502.277	1.140.005	(366.344)	-	-
	(9.945.017)	(20.282.555)	2.210.524	4.364.284	140.200	2.044.181	(37.720)	71.858

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registrados no exercício de 2014 é como segue:

Descrição	Base de cálculo		Balanço		Impostos diferidos		Reservas reavaliação	
					Resultado			
	31-dez-2013	31-dez-2014	31-dez-2013	31-dez-2014	31-dez-2013	31-dez-2014	31-dez-2013	31-dez-2014
Comissões de crédito	(1.628)	(707)	399	159	(328)	(240)	-	-
Títulos disponíveis para venda JVP (i)	151.622	332.772	(37.147)	(74.874)	-	-	(37.147)	(74.874)
Títulos disponíveis para venda JVN (ii)	(250.986)	(165.126)	61.492	37.153	-	-	61.492	37.153
Prejuízos fiscais reportáveis	(5.995.777)	(1.806.972)	1.379.029	379.464	(394.262)	(999.565)	-	-
Provisões não aceites fiscalmente	(2.973.945)	(8.304.984)	728.616	1.868.621	(252.136)	1.140.005	-	-
	(9.070.714)	(9.945.017)	2.132.389	2.210.524	(646.726)	140.200	24.345	(37.720)

(i) JVP – Justo Valor Positivo.

(ii) JVN – Justo Valor Negativo.

NOTA 15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O quadro abaixo apresenta os Ativos e Passivos Financeiros do Banco de acordo com as categorias definidas na IAS 39 – Instrumentos Financeiros, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, respetivamente:

CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS							31-12-2015
RUBRICAS DE BALANÇO	Ativos financeiros ao justo valor	Ativos financeiros detidos para negociação	Investimentos detidos até à maturidade	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Passivos ao custo amortizado	TOTAL
Ativos							
Caixa e disponibilidades em Bancos centrais	-	-	-	14,329,659	-	-	14,329,659
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	-	-	-	14,135,548	-	-	14,135,548
Ativos financeiros detidos para negociação	-	2,223,365	-	-	-	-	2,223,365
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	32,618,321	-	32,618,321
Aplicações em instituições de crédito	50,000	-	-	-	-	-	50,000
Crédito a Clientes	-	-	-	71,396,780	-	-	71,396,780
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	712,313	-	-	-	712,313
Outros ativos	1,834,512	86,741	-	426,887	-	-	2,348,140
Total de Ativos	1,884,512	2,310,106	712,313	100,288,874	32,618,321	0	137,814,126
Passivos							
Passivos financeiros Negociação ao JV através de resultados	1,834,512	-	-	-	-	-	1,834,512
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	18,009,507	18,009,507
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	41,899,994	41,899,994
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	64,913,914	64,913,914
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	6,500,000	6,500,000
Total de Passivos	1,834,512	-	-	-	-	131,323,415	133,157,927

CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS							31-12-2014
RUBRICAS DE BALANÇO	Ativos financeiros ao justo valor	Ativos financeiros detidos para negociação	Investimentos detidos até à maturidade	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Passivos ao custo amortizado	TOTAL
Ativos							
Caixa e disponibilidades em Bancos centrais	-	-	-	497,253	-	-	497,253
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	-	-	-	7,247,047	-	-	7,247,047
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1,979,622	-	-	-	-	1,979,622
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	22,949,562	-	22,949,562
Aplicações em instituições de crédito	50,171	-	-	-	-	-	50,171
Crédito a Clientes	-	-	-	81,195,390	-	-	81,195,390
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	5,853,798	-	-	-	5,853,798
Outros ativos	4,454,841	13,783	-	2,057,510	-	-	6,526,135
Total de Ativos	4,505,012	1,993,405	5,853,798	90,997,199	22,949,562	-	126,298,977
Passivos							
Passivos financeiros Negociação ao JV através de resultados	4,454,841	-	-	-	-	-	4,454,841
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	18,207,160	18,207,160
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	47,351,786	47,351,786
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	44,915,398	44,915,398
Outros passivos	-	-	-	-	-	1,029,684	1,029,684
Total de Passivos	4,454,841	-	-	-	-	111,504,028	115,958,869

NOTA 16 - CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Caixa	21.403	17.068
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	14.308.256	480.185
Juros a receber	-	-
	<u>14.329.659</u>	<u>497.253</u>

A rubrica de depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências de Reservas Mínimas do Eurosistema e para cumprimento do rácio de liquidez LCR o Banco optou por efetuar depósitos junto do Banco Central. Os valores dos depósitos correspondentes às Reservas Mínimas de Caixa são remunerados.

O montante das responsabilidades incluídas na base de incidência, que obrigam à manutenção de reservas, corresponde a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluídos os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao mesmo regime de constituição de reservas mínimas.

NOTA 17 - DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

As disponibilidades à vista sobre instituições de crédito têm a seguinte composição:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	14.129.077	7.240.501
Cheques a cobrar	-	-
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	6.471	6.546
	<u>14.135.548</u>	<u>7.247.047</u>

O saldo da rubrica cheques a cobrar corresponde a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições monetárias residentes.

O incremento desta rubrica está associada ao elevado volume de depósitos a prazo recebidos no final do ano, na sequência da campanha de angariação de depósitos: “BPG Welcome”.

NOTA 18 – ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2015, a composição da carteira de negociação, por natureza e espécie de título, pode ser analisada como segue:

Ativos financeiros detidos para negociação	Quantidade	Valor Nominal	Valor de Aquisição (eur)	Valor de Balanço Justo Valor
Instrumentos de capital				
Emitidos por residentes				
Ações				
CTT PL - Correios de Portugal	5.000	1	51.490	44.270
Zon - Zon Multimedia	13.160	1	50.008	47.679
			101.498	91.949
Instrumentos de capital				
Emitidos por não residentes				
Exchange Traded Funds (ETF's)				
Ishares Dax	4.160	1	400.970	395.075
Ishares euro stoxx 50	8.700	1	299.974	287.927
Nkyex Gy - Nikkei 225 ETF	10.950	1	146.456	158.118
SMLW GY - Source GS EFI World	945	1	99.612	98.724
Sthe IM Equity	857	1	80.027	75.579
TNTE NA - TNT Express NV	13.350	1	100.058	103.997
KBE US - SPDR S&P Bank	5.700	1	184.524	178.647
Spy Us - S&P 500	1.560	1	276.226	294.076
			1.587.848	1.592.142
Instrumentos de capital				
Emitidos por não residentes				
Ações				
EDPR PL - Edp Renováveis	14.750	1	100.280	106.938
AAPL US - Apple	1.200	1	135.292	116.978
Dis Us - Walt Disney	1.370	1	137.683	133.452
RTN Us - Raytheon Company	805	1	92.153	92.033
Sndk Us - Scandisk Corp	1.280	1	92.043	89.875
			557.450	539.275
Contratos de opções				
Outras Opções				
Opções sobre instrumentos de capital	na	na	na	0
Total ativos financeiros detidos para negociação			2.246.796	2.223.365

À data de 31 de dezembro de 2015, o Banco detinha na sua carteira um contrato de opção de venda sobre uma participação financeira detida pelo Banco, para a qual foi considerada uma imparidade total no final do ano.

Em 31 de dezembro de 2014, a composição da carteira de negociação, por natureza e espécie de título, pode ser analisada como segue:

Ativos financeiros detidos para negociação	Quantidade	Valor Nominal	Valor de Aquisição (eur)	Valor de Balanço Justo Valor
Instrumentos de capital				
Emitidos por não residentes				
Exchange Traded Funds (ETF's)				
Ishares Dax	2.330	1	201.929	203.526
Ishares euro stoxx 50	6.800	1	207.322	215.832
Nordea North American All Cap Fund	2.226	1	291.798	312.637
Nasdaq 100 Index Tracking Equitie	2.020	1	164.281	174.275
Powershares Buyback ETF	6.870	1	246.563	274.993
SPY US - S&P 500 ETF	1.560	1	247.328	267.489
Vanguard Heath Care ETF US	2.200	1	205.533	231.770
			1.564.754	1.680.522
Contratos de opções				
Outras Opções				
Opções sobre instrumentos de capital	na	na	na	299.100
Total ativos financeiros detidos para negociação			1.564.754	1.979.622

Instrumentos financeiros derivados

A composição dos instrumentos financeiros derivados de negociação é como segue:

Instrumentos derivados de negociação	31-dez-2015			31-dez-2014		
	Nocional	Valor de balanço		Nocional	Valor de balanço	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
Contratos de futuros						
Futuros de cotações	131,280	15,932	-	141,228	6,529	-
Futuros de divisas	1,007,642	38,523	-	375,989	7,254	-
Futuros de txjuro	5,306,102	27,203	-	-	-	-
Futuros de commodities	33,699	5,082	-	-	-	-
		86,741	-		13,783	-
Contratos de opções						
Outras Opções						
Opções sobre instrumentos de capital	1,970,000	-	-	1,970,000	299,100	-
		0	-		299,100	-

O Banco transaciona instrumentos financeiros derivados, essencialmente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, taxas de juro e sobre títulos de dívida. Estas transações são efetuadas em mercados organizados. A negociação de derivados em mercados organizados rege-se pelas normas e regulamentação próprias desses mercados.

À data do Balanço, o Banco detinha na sua carteira contratos de futuros de divisas, de taxas de juro e de cotações, cuja finalidade era de negociação, e com data de maturidade para Janeiro e Março de 2016 (Nota 30 – Outros ativos e passivos).

Em 31 de dezembro de 2014 o Banco detinha na sua carteira contratos de futuros de divisas, de taxas de juro e de cotações, cuja finalidade era de negociação, e com data de maturidade para Março de 2015.

O valor nominal é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação e é registado em contas extrapatrimoniais.

Todos os derivados são reconhecidos contabilisticamente pelo seu valor de mercado.

O valor de mercado (*fair value*) corresponde ao valor que os instrumentos financeiros derivados teriam se fossem transacionados no mercado à data de referência. A evolução do valor de mercado dos derivados é reconhecida na rubrica de outros ativos e tem impacto imediato em resultados (Nota 29 – Outros ativos e passivos).

À data de 31 de dezembro de 2015, o Banco detinha na sua carteira um contrato de opção de venda sobre uma participação financeira detida pelo Banco, para a qual foi considerada uma imparidade total no final do ano (a imparidade foi levada a custo do exercício).

NOTA 19 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A composição da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda em 31 de Dezembro de 2015 pode ser analisada como segue:

Ativos financeiros disponíveis para venda	Qtd	Participação no capital social (%)	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço/Justo Valor	Imparidade	Reserva de Reavaliação
Instrumentos de capital							
Emitidos por residentes							
Ações							
Ao custo histórico							
Atlântico Vila - Soc. Cons. Proj. Desenv., SA.	10,000	10.00%	5	50,000	50,000	50,000	-
J. D. Alvarez	600,000	25.00%	1	600,000	600,000	200,000	-
Universo Lusófono	875,000	12.50%	1	1,670,900	1,670,900	-	-
				2,320,900	2,320,900	250,000	-
Unidades de Participação							
Alves Ribeiro Medias Empresas Portugal	3,045		1	200,000	154,054	-	(45,946)
				200,000	154,054	-	(45,946)
Instrumentos de dívida							
Emitidos por residentes							
De Dívida Pública Portuguesa							
Obrigações do Tesouro							
(i) PGB 2.2 10/22	150,000,000		0.01	1,520,300	1,541,548	-	11,050
(i) PGB 2.875 2025	150,000,000		0.01	1,624,080	1,555,123	-	(78,030)
(i) PGB 3.85 04/21	100,000,000		0.01	1,114,378	1,154,950	-	13,222
(i) PGB 4.75 06/19	50,000,000		0.01	573,225	581,928	-	(4,275)
(i) PGB 4.8 06 2020	100,000,000		0.01	1,170,140	1,185,299	-	(10,940)
(i) PGB 4.45 06/18	200,000,000		0.01	2,248,600	2,256,464	-	(40,660)
	750,000,000		0.01	8,250,723	8,275,311	0	(109,633)
				10,771,623	10,750,266	250,000	(155,579)
Emitidos por não residentes							
Ações							
Ao custo histórico							
Novo Banco Cabo Verde	30,000,000	5.00%	1,000.00	272,072	272,072	186,036	-
Aquapura Hotel Villas & SPA Ceará, SA.	4,333,333	25.00%	0.75	5,810	5,810	-	-
				277,882	277,882	186,036	-
Unidades de Participação							
FRTISEQ LX	2,141		50.00	153,960	162,823	-	8,863
JGAPEOL LX	7,255		1,000.00	198,860	220,915	-	22,055
MELLEAD ID	49,335		1.00	189,890	211,272	-	21,383
MGPEAAE LN	17,970		1,000.00	398,196	410,487	-	12,290
MASLEA LX	23,310		2,500.00	204,662	204,429	-	(233)
MIRSPA E LX	11,455		1.00	302,485	293,133	-	(9,352)
PFJPANI LX	2,920		1.00	210,678	217,598	-	6,920
PFLDCRE LX	1,108		1.00	201,645	212,924	-	11,279
SISEUEE LX	3,351		1.00	350,000	363,874	-	13,874
UEQUEPA LX	1,085		0.00	196,591	221,622	-	25,031
MELULAD ID	81,980		5,000.00	183,910	172,618	-	(11,292)
PSECUSP LX	1,105		1.00	187,934	190,183	-	2,248
UBSEBIO LX	330		1.00	181,845	173,386	-	(8,459)
UBUSAGB LX	6,483		1.00	156,748	161,821	-	5,074
				3,117,404	3,217,086	0	99,682
Emitidos por não residentes							
De Emissores Públicos Estrangeiros							
Obrigações							
(i) BTPS 0.7 05/20	1,000		1,000.00	999,950	1,008,864	-	7,760
(i) BTPS 1.35 04/22	1,500		1,000.00	1,511,120	1,539,285	-	23,905
(i) BTPS 2.5 12/24	1,500		1,000.00	1,618,320	1,632,284	-	10,890
(i) GGB0 10/42	3,150		100.00	2,048	1,419	-	(628)
(i) IRISH 0.8 03/22	150,000,000		0.01	1,523,965	1,542,361	-	8,855
(i) SLOR 2.25 03/22	1,000		1,000.00	1,015,435	1,091,525	-	(4,850)
(i) SPGB 1.15 07/20	2,000		1,000.00	2,030,870	2,052,837	-	12,290
				8,701,708	8,868,576	0	58,222
De outros não residentes							
Dívida não subordinada							
Obrigações							
(i) C 0 11/19	1,500		1,000.00	1,511,670	1,496,539	-	(16,125)
(i) DB 1.125 03/25	10		100,000.00	986,030	939,024	-	(55,890)
(i) ELEPOR 2.625 22	1,500		1,000.00	1,481,400	1,540,135	-	21,300
(i) ENIIM 1.5 02/26	1,000		1,000.00	1,017,130	970,285	-	(60,490)
(i) MEO 1.375 10/21	1,500		1,000.00	1,527,500	1,501,056	-	(30,050)
(i) REN 2.5 02/25	2,000		1,000.00	2,123,060	2,007,470	-	(159,700)
(i) RENA UL Float 07/16/18	1,500		1,000.00	1,504,755	1,485,691	-	(20,740)
				10,151,545	9,940,200	0	-321,695
				22,248,540	22,303,741	-	-163,793
Total				33,020,160	33,054,007	436,036	-319,371

(i) Títulos incluídos na pool de colaterais para efeitos de linha de financiamento obtida junto do BCE (Nota 35 – Contas extrapatrimoniais).

Nota: Não foi incluído no presente mapa o valor de € 357, relativo a unidades de participação do Fundo de Compensação de Trabalho.

A composição da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda em 31 de Dezembro de 2014 pode ser analisada como segue:

Ativos financeiros disponíveis para venda	Qtd	Participação no capital social (%)	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço/Justo Valor	Imparidade	Reserva de Reavaliação
Instrumentos de capital							
Emitidos por residentes							
Ações							
Ao custo histórico							
Atlântico Vila - Soc. Cons. Proj. Desenv., SA.	10.000	10,00%	5	50.000	50.000	50.000	-
J. D. Alvarez	600.000	25,00%	1	600.000	600.000	-	-
Universo Lusófono	875.000	12,50%	1	1.670.900	1.670.900	-	-
				2.320.900	2.320.900	50.000	-
Unidades de Participação							
Alves Ribeiro Medias Empresas Portugal	3.044,81		1	200.000	142.944	-	(57.056)
				200.000	142.944	-	(57.056)
Instrumentos de dívida							
Emitidos por residentes							
De Dívida Publica Portuguesa							
Obrigações do Tesouro							
(i) PGB 5.65 02/2024	100.000.000		0,01	1.081.900	1.136.975	-	27.650
				1.081.900	1.136.975	-	27.650
				3.602.800	3.600.819	50.000	(29.406)
Emitidos por não residentes							
Ações							
Ao custo histórico							
Novo Banco Cabo Verde	30.000.000	5,00%	1	272.072	272.072	-	-
Aquapura Hotel Villas & SPA Ceará, SA.	4.333.333	25,00%	-	7.754	7.754	-	-
				279.826	279.826	-	-
Unidades de Participação							
BNY Mellon GL	113140		1	390.383	387.176	0	(3.206)
Candriam Equities Sustainable World	1056,971		1	300.000	313.403	0	13.402
Candriam Sustainable North America	7710,8433		1	263.809	276.141	0	12.332
Fidelity Pacific A Acc Eur	33455,05		1	500.000	527.586	0	27.586
JPMorgan US Value	24441,601		1	535.111	483.795	0	42.648
M&G Asian Fund	8951,51		1	300.000	295.984	0	(4.016)
M&G North America Value USD	20030,126		1	250.000	210.635	0	4.534
Pictet Water - P Eur	1934,06925		1	400.000	438.376	0	38.376
UBS Lux Europ	1468,078		1	402.772	399.508	0	(3.264)
				3.342.075	3.332.605	0	128.394
Emitidos por não residentes							
De Emissores Publicos Estrangeiros							
Obrigações							
(i) BTFS 2.75 11/2016	1.500		1.500	1.529.650	1.546.208	-	7.265
GGB 0 10/2042	3.150		3.150	2.048	2.410	-	362
				1.531.698	1.548.618	-	7.627
De outros não residentes							
Dívida não subordinada							
Obrigações							
(i) AIB 2.75 04/2019	10		100.000	1.024.300	1.070.424	-	26.611
(i) Citigroup 1.375 10/2021	1.500		1.000	1.515.465	1.530.268	-	11.135
Areva 3.125 03/2023	20		100.000	1.996.700	1.981.372	-	(64.305)
(i) DeutschBank 1.25 09/2021	10		100.000	995.860	1.026.884	-	27.120
(i) Ebpwr 2.625 01/2022	2.000		1.000	1.975.200	2.044.579	-	54.420
(i) Enel 0 02/2018	1.000		1.000	1.086.765	1.092.650	-	(6.665)
(i) GE Capital 0 06/2018	1.000		1.000	1.003.383	1.002.810	-	(733)
(i) Lufthansa 1.,125 09/2019	1.500		1.000	1.464.200	1.502.715	-	33.430
(i) Royal Bank Scotland 1.625 06/2019	1.000		1.000	1.020.490	1.027.684	-	(1.220)
(i) Tesco 1.375 07/2019	1.000		1.000	973.134	955.367	-	(24.661)
(i) Vodafone 1 09/2020	1.000		1.000	994.000	1.002.942	-	5.900
				14.049.497	14.237.695	-	61.032
				19.203.096	19.398.743	-	197.051
Total				22.805.895	22.999.562	50.000	167.645

(i) Títulos incluídos na pool de colaterais para efeitos de linha de financiamento obtida junto do BCE (Nota 35 – Contas extrapatrimoniais).

A participação que envolve o Banco e a Sociedade Aquapura, Hotel, Villas & SPA., Ceará, corresponde ao desenvolvimento de um Projeto Turístico, no Ceará, Brasil, de médio prazo. Pelo compromisso já vinculado aos restantes acionistas no sentido de um envolvimento continuado do Banco no projeto, e perante as necessidades de tesouraria, avaliadas em resultado do acompanhamento que vem sendo efetuado, foi considerada oportuna e necessária, em 2011, a realização de suprimentos na sociedade para

reforço da sua autonomia financeira, no montante de € 1 258 800 e que o Banco no corrente exercício provisionou na totalidade (Nota 30 – Outros ativos e passivos).

O Banco procede, para as participações com maior relevância, a avaliações periódicas para determinar a existência de indícios de imparidade, tendo registado no exercício perdas por imparidade para as participações no Grupo J.D. Alvarez e no Novo Banco Cabo Verde.

As participações que o Banco detém no capital social destas empresas, são minoritárias, não detendo controlo ou sequer influência significativa sobre a gestão de qualquer uma delas.

Exposição à dívida soberana

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respetivamente, o Banco tem a seguinte exposição à dívida soberana de outros países:

31-dez-2015			
	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço/Justo Valor
Ativos financeiros detidos até à maturidade			
Instrumentos de dívida			
De Dívida Publica Portuguesa	70.000.000	680.706	695.330
	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço/Justo Valor
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de dívida			
De Dívida Publica Portuguesa	7.500.000	8.250.723	8.275.311
De Dívida Publica Italiana	4.000.000	4.129.390	4.180.433
De Dívida Publica Grega	315.000	2.048	1.419
De Dívida Publica Irlanda	1.500.000	1.523.965	1.542.361
De Dívida Publica Espanha	2.000.000	2.030.870	2.052.837
De Dívida Publica Suíça	1.000.000	1.015.435	1.091.525
	16.315.000	16.952.430	17.143.887
			(51.411)

31-dez-2014			
	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço/Justo Valor
Ativos financeiros detidos até à maturidade			
Instrumentos de dívida			
De Dívida Publica Portuguesa	4.200.000	4.051.081	4.173.730
	4.200.000	4.051.081	4.173.730
	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço/Justo Valor
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de dívida			
De Dívida Publica Portuguesa	1.000.000	1.081.900	1.136.975
De Dívida Publica Italiana	1.500.000	1.529.650	1.546.208
De Dívida Publica Grega	315.000	2.048	2.410
	2.815.000	2.613.598	2.685.593
			35.277

NOTA 20 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica pode ser analisada no quadro que segue:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Aplicações em IC's no país		
Depósitos a Prazo		
até 1 ano	50.000	50.000
Juros a receber	-	171
	<u>50.000</u>	<u>50.171</u>

Durante o exercício de 2015 esta aplicação indexada à Euribor não teve remuneração devido às taxas negativas deste indexante. Em 2014 as taxas de juro médias obtidas foram de 0,216%.

NOTA 21 - CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Crédito não representativo de valores mobiliários		
Crédito interno		
Empresas e administração pública		
Empréstimos	38,639,300	45,875,964
Créditos em conta corrente	5,751,849	7,961,475
Operações de locação financeira	1,858,465	1,711,524
Outros créditos	11,712	1,522,761
Particulares		
Crédito à habitação	1,267,215	1,235,959
Crédito conta corrente	486,000	1,989,355
Outros créditos	18,449,338	17,328,101
	<u>66,463,879</u>	<u>77,625,139</u>
Crédito ao exterior		
Empresas e administração pública		
Créditos em conta corrente	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Comissões com proveito diferido	(290,772)	(289,040)
Comissões associadas ao crédito	28,175	18,352
Juros e comissões a receber	800,309	546,519
	<u>537,712</u>	<u>275,831</u>
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	965,071	88,072
Mais de 90 dias	13,925,269	7,825,104
	<u>14,890,340</u>	<u>7,913,176</u>
Outros Créditos e valores a receber - Titulados (Nota 22)		
Emitidos por residentes		
Títulos de dívida		
Dívida não subordinada	3,950,000	3,000,000
Comissões com proveito diferido	(11,991)	(2,680)
	<u>3,938,009</u>	<u>2,997,320</u>
Total bruto	<u>85,829,940</u>	<u>88,811,465</u>
Provisões e Imparidade (Nota 24)		
Provisões para créditos e juros vencidos e imparidade	(14,433,160)	(7,616,075)
	<u>(14,433,160)</u>	<u>(7,616,075)</u>
Total Líquido	<u>71,396,780</u>	<u>81,195,390</u>

As taxas de juro médias aplicáveis ao crédito concedido durante os exercícios de 2015 e 2014 foram, respetivamente, de 3.70% e 4,89%.

O movimento ocorrido nas provisões nos exercícios de 2015 e de 2014 é apresentado na Nota 24 - Imparidade e Provisões.

Os juros corridos a receber relativos aos créditos concedidos estão incluídos no valor da carteira em juros e comissões a receber.

No âmbito da sua atividade de concessão de crédito o Banco recebe, entre outras, as seguintes garantias reais (colaterais):

- hipotecas sobre habitação própria;
- hipotecas sobre imóveis e terrenos;
- depósito de valores;
- penhor de valores mobiliários.

O justo valor dos colaterais recebidos é apurado com base no valor de mercado tendo em conta as suas especificidades. Por exemplo, os imóveis recebidos em garantia são avaliados por entidades avaliadoras externas e independentes.

A 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as garantias reais recebidas (hipotecas de imóveis e terrenos, depósitos de valores, penhor de valores mobiliários e penhor mercantil) pelo Banco ascendem, respetivamente, a € 141 496 079 e a € 142.014.400 (Nota 35 - Contas Extrapatrimoniais).

Em 31 de dezembro de 2015 o crédito e juros vencidos com garantias reais detidas como colateral apresentam a seguinte decomposição por classes de incumprimento:

	Valor vencido	Justo valor	
		Imparidade /Provisão	Garantia real
Crédito a clientes			
até 3 meses	492,704.50	4,925.73	492,704.50
3 a 6 meses	0.00	0.00	0.00
6 meses a 1 ano	6,619,405.93	1,730,896.45	6,619,405.93
1 ano a 3 anos	0.00	0.00	0.00
mais de 3 anos	1,651,962.03	1,651,962.03	1,651,962.03
	8,764,072	3,387,784	8,764,072
Crédito a clientes sem garantia real	6,126,268	5,656,323	-
	14,890,340	9,044,107	8,764,072

Em 31 de dezembro de 2014 o crédito e juros vencidos com garantias reais detidas como colateral apresentam a seguinte decomposição por classes de incumprimento:

	Valor vencido	Justo valor	
		Imparidade /Provisão	Garantia real
Crédito a clientes			
até 3 meses	45.400	452	63.989
3 a 6 meses	182.819	18.283	270.923
6 meses a 1 ano	610.255	152.564	231.684
1 ano a 3 anos	936.992	801.576	1.196.661
mais de 3 anos	703.885	703.885	1.124.363
	2.479.351	1.676.761	2.887.620
Crédito a clientes sem garantia real	5.433.825	2.850.575	-
	7.913.176	4.527.336	2.887.620

NOTA 22 - OUTROS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2015, a composição do saldo de outros créditos e valores a receber, por natureza e espécie de título, incluído na rubrica de crédito a clientes (Nota 21 – Crédito a clientes), pode ser analisada como segue:

Outros créditos e valores a receber (Titulados)	Quantidade Montante	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida				
Emitidos por residentes				
Outros residentes				
Dívida não subordinada				
Papel Comercial				
ETE 01/16 29ª Emissão	450000	1	448.331	449.428
ETE 01/16 30ª Emissão	2.000.000	1	1.992.581	1.997.456
INAPA 02/16 2ª Emissão	1.500.000	1	1.467.089	1.491.125
Total			3.908.001	3.938.009

Em 31 de dezembro de 2014, a composição do saldo de outros créditos e valores a receber, por natureza e espécie de título, incluído na rubrica de crédito a clientes (Nota 21 – Crédito a clientes), pode ser analisada como segue:

Outros créditos e valores a receber (Titulados)	Quantidade Montante	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida				
Emitidos por residentes				
Outros residentes				
Dívida não subordinada				
Papel Comercial				
ETE 09/14 12ª Emissão	3.000	1.000	2.989.979	2.997.320
Total			2.989.979	2.997.320

NOTA 23 - ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Estes ativos são constituídos por instrumentos de dívida de emissores estrangeiros e também por obrigações do tesouro que se encontram dadas em penhor ao Banco de Portugal e ao Sistema de Indemnização aos Investidores, no âmbito da atividade do Banco, conforme refletido em rubricas extrapatrimoniais (Nota 35 – Contas extrapatrimoniais).

Ativos financeiros detidos até à maturidade	31-dez-2015	31-dez-2014
Instrumentos de dívida		
Emitidos por residentes		
De Dívida Pública Portuguesa	695.330	4.173.730
De outros residentes	-	-
Juros a receber	16.983	41.717
	712.313	4.215.448
Instrumentos de dívida - vencidos		
Emitidos por não residentes		
De outros não residentes	6.500.000	6.500.000
Juros a receber	53.399	53.399
	6.553.399	6.553.399
Imparidade para instrumentos de dívida		
De outros não residentes	(6.553.399)	(4.915.049)
	(6.553.399)	(4.915.049)
	712.313	5.853.798

Em 31 de dezembro de 2015, a composição da carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade pode ser analisada como segue:

Activos financeiros detidos até à maturidade	Quantidade	Valor Nominal	Valor de Balanço Custo amortizado	Valor de Aquisição	Imparidade	Prazo Residual
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
De Dívida Pública Portuguesa						
Obrigações do Tesouro						
(i) PGB 4,45 06/18	70,000,000	0.01	695,330	680,706	-	1 a 5 anos
			695,330	680,706	-	
Instrumentos de dívida						
Emitidos por não residentes						
De outros não residentes						
Obrigações						
Espírito Santo Financiere 3.25 09/2014						
Capital	6,500,000	1	6,500,000	6,500,000	6,500,000	
Juros a receber			53,399	-	53,399	
			6,553,399	6,500,000	6,553,399	

(i) Títulos incluídos na pool de colaterais para efeitos da linha de financiamento obtida junto do BCE (Nota 35 – Extrapatrimoniais).

À data de 31 de dezembro de 2015, o Banco detinha na sua carteira uma exposição ao Grupo GES, sob a forma de papel comercial de curto prazo, no montante de €6.500.000. Dada a insolvência do emitente, este título encontra-se provisionado a 100%.

Em 31 de dezembro de 2014, a composição da carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade pode ser analisada como segue:

Activos financeiros detidos até à maturidade	Quantidade	Valor Nominal	Valor de Balanço Custo amortizado	Valor de Aquisição	Imparidade	Prazo Residual
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
De Dívida Pública Portuguesa						
Obrigações do Tesouro						
(i) PGB 3,35 10/2015	350.000.000	0,01	3.480.342	3.370.375	-	até 1 ano
(i) PGB 4,45 06/18	70.000.000	0,01	693.388	680.706	-	1 a 5 anos
			4.173.730	4.051.081	-	
Instrumentos de dívida						
Emitidos por não residentes						
De outros não residentes						
Obrigações						
Espírito Santo Financiere 3.25 09/2014						
Capital	6.500.000	1	6.500.000	6.500.000	4.875.000	
Juros a receber			53.399	-	40.049	
			6.553.399	6.500.000	4.915.049	

(i) Títulos incluídos na *pool* de colaterais para efeitos de linha de financiamento obtida junto do BCE (Nota 35 – Contas extrapatrimoniais).

NOTA 24 – IMPARIDADE E PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões registadas nos exercícios de 2015 e 2014 é como segue:

	Saldo em 31/dez/2014	Aumentos	Reposições/ Reversões	Utilizações/ Transferências	Ajust por dif câmbias	Saldo em 31/dez/2015
Provisão para crédito concedido	5.081.270	11.904.900	(2.553.010)	-	-	14.433.160
Provisão para crédito e juros e outros ativos vencidos	4.980.335	6.913.534	(2.388.570)	-	-	9.505.299
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	100.935	4.991.366	(164.440)	-	-	4.927.861
Provisões para riscos país	-	-	-	-	-	-
Imparidade para outros ativos	1.027.880	1.495.026	(31.571)	-	49.450	2.540.785
Ativos não correntes detidos para venda	189.601	127.055	(24.670)	-	-	291.986
Propriedades de investimento	37.429	20.700	(6.901)	-	-	51.228
Outros ativos	800.850	1.347.271	-	-	49.450	2.197.571
Provisões passivas	3.312.089	206.669	(2.912.902)	-	-	605.856
Provisões para riscos gerais de crédito	3.312.089	206.669	(2.912.902)	-	-	605.856
Provisões para outros riscos	-	-	-	-	-	-
	9.421.238	13.606.595	(5.497.484)	-	49.450	17.579.800

	Saldo em 31/dez/2013	Aumentos	Reposições/ Reversões	Utilizações/ Transferências	Ajus por dif câmbias	Saldo em 31/dez/2014
Provisão para crédito concedido	4.445.317	2.009.023	(1.186.411)	(186.660)	0	5.081.270
Provisão para crédito e juros e outros ativos vencidos	4.099.503	1.892.562	(825.070)	(186.660)	0	4.980.335
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	345.814	116.461	(361.341)	-	0	100.935
Provisões para riscos país	-	-	-	-	-	-
Imparidade para outros ativos	914.867	72.239	(8.502)	-	49.276	978.604
Ativos não correntes detidos para venda	118.961	72.239	(1.600)	-	0	189.601
Propriedades de investimento	44.332	-	(6.902)	-	0	37.429
Outros ativos	751.574	0	-	-	49.276	751.574
Provisões passivas	1.193.907	2.536.268	(418.086)	-	0	3.312.089
Provisões para riscos gerais de crédito	1.193.907	2.536.268	(418.086)	-	0	3.312.089
Provisões para outros riscos	-	-	-	-	-	-
	6.554.091	4.617.530	(1.612.999)	(186.660)	49.276	9.371.962

NOTA 25 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O Banco classifica em Ativos não correntes detidos para venda e em Propriedades de investimento, os bens imobiliários recebidos de clientes em processos de dação em cumprimento, em função da disponibilidade que estes apresentam para que possam ser alienados no imediato.

Para os imóveis em que não existe impedimento imediato e legal de venda, estes são classificados na categoria de Ativos não correntes disponíveis para venda. O Banco tem como finalidade a venda no curto prazo destes imóveis e para isso tem contratado com empresa especializada serviços relativamente a planos de vendas ativos e publicitados, a preços razoáveis em relação ao justo valor corrente de mercado, existindo empenhamento na alienação.

Estes imóveis são registados pelo valor da dação, correspondente à dívida.

O Banco regista as Propriedades de Investimento pelo método do custo, que inclui o valor acordado no contrato de dação correspondente ao valor da dívida, acrescido dos custos inerentes à transação. Os custos subsequentes de manutenção são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Estes ativos são depreciados pelo método de quotas constantes e utilizando taxas de acordo com a sua especificidade, comerciais e administrativos ou industriais.

Estes imóveis encontram-se arrendados pelo que até à alienação as rendas recebidas constituem proveito do Banco, sendo registadas em resultados.

A decomposição dos imóveis recebidos em dação em pagamento, registados em ativos não correntes detidos para venda, pode ser analisada no quadro abaixo:

Ativos recebidos por dação em pagamento	Saldo em 31-Dez-2014			Entradas /Dações	Vendas /transferências	Provisões, imparidade e amortizações	Saldo em 31-Dez-2015		
	Valor Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido				Valor Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido
Ativos não correntes detidos para venda	7.014.719	(189.600)	6.825.119	137.333	(304.336)	(102.384)	6.847.715	(291.984)	6.555.731
Propriedades de investimento	2.049.030	(212.309)	1.836.721	-	-	(69.302)	2.049.030	(281.611)	1.767.419
	9.063.749	(401.908)	8.661.840	137.333	(304.336)	(171.687)	8.896.745	(573.595)	8.323.150

Ativos recebidos por dação em pagamento	Saldo em 31-Dez-2013			Entradas /Dações	Vendas /transferências	Provisões, imparidade e amortizações	Saldo em 31-Dez-2014		
	Valor Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido				Valor Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido
Ativos não correntes detidos para venda	7.009.928	(118.960)	6.890.968	522.317	(517.526)	(70.640)	7.014.719	(189.600)	6.825.119
Propriedades de investimento	2.049.030	(163.707)	1.885.323	-	-	(48.602)	2.049.030	(212.309)	1.836.721
	9.058.959	(282.667)	8.776.291	522.317	(517.526)	(119.242)	9.063.749	(401.909)	8.661.840

De acordo com os requisitos legais o Banco avalia se existe evidência de que estes ativos possam apresentar sinais de imparidade, obtendo para o efeito avaliações aos imóveis que são efetuadas por peritos independentes.

Para os imóveis que apresentam uma desvalorização de valor significativo no seu valor de mercado, abaixo do custo de aquisição, são reconhecidas perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

No corrente exercício foram alienados imóveis recebidos em dação em pagamento de crédito, no montante de € 228.756.

Em 31 de dezembro de 2015 para as propriedades de investimento estão constituídas imparidades no valor de € 51.229. As amortizações acumuladas ascenderam a € 230 382, que incluem as do exercício, no montante de € 55.503.

NOTA 26 - ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos tangíveis registados nos exercícios de 2015 e 2014 é como segue:

	Saldo em 31-Dez-2014		Aquisições (i)	Amortizações do exercício	Abates/Transferências (i)	Valor líquido em 31-dez-2015
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Outros ativos tangíveis						
Imóveis de serviço próprio-Edifícios	2,357,054	(256,422)		(89,650)		2,010,983
Obras em edifícios arrendados	134,646	(87,505)		(9,377)		37,764
Equipamento	735,777	(576,176)	4,483	(79,719)		84,365
Imobilizado em locação financeira	319,410	(291,898)		(24,212)	(3,301)	0
Outras imobilizações corpóreas	1,912	(1,912)				-
	3,548,799	(1,213,913)	4,483	(202,959)	(3,301)	2,133,112
Ativos tangíveis em curso						
Obras em edifícios arrendados	-	-	-	-	-	-
	3,548,799	(1,213,913)	4,483	(202,959)	(3,301)	2,133,112
	Saldo em 31-Dez-2013		Aquisições (i)	Amortizações do exercício	Abates/Transferências (i)	Valor líquido em 31-dez-2014
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Outros ativos tangíveis						
Imóveis de serviço próprio-Edifícios	2,357,054	(166,772)	-	(89,650)	-	2,100,632
Obras em edifícios arrendados	134,646	(77,980)	-	(9,525)	-	47,140
Equipamento	708,643	(503,376)	27,134	(72,800)	-	159,600
Imobilizado em locação financeira	326,572	(235,174)	-	(56,723)	(7,163)	27,513
Outras imobilizações corpóreas	1,912	(1,912)	-	-	-	-
	3,528,827	(985,214)	27,134	(228,698)	(7,163)	2,334,886
Ativos tangíveis em curso						
Obras em edifícios arrendados	-	-	-	-	-	-
	3,528,827	(985,214)	27,134	(228,698)	(7,163)	2,334,886

(i) Em 2015 e 2014 o Banco procedeu ao abate de imobilizado em locação financeira com um valor bruto de € 84.583 e € 39.071, respetivamente, e amortizações de € 81.281 e € 31.908, respetivamente.

NOTA 27 - ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis registrados nos exercícios de 2015 e 2014 é como segue:

		Saldo em 31-Dez-2014		Aquisições	Amortizações do exercício	Abates/Transferências	Valor líquido em 31-dez-2015
		Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Ativos intangíveis							
Sistemas de tratamento automático de dados - Software		1,090,607	(915,152)	12,319	(162,734)	143,763	168,804
		1,090,607	(915,152)	12,319	(162,734)	143,763	168,804
Ativos intangíveis em curso							
Sistemas de tratamento automático de dados - Software		143,763	-	-	-	(143,763)	(0)
		143,763	-	-	-	(143,763)	(0)
		1,234,371	(915,152)	12,319	(162,734)	-	168,804
		Saldo em 31-Dez-2013		Aquisições	Amortizações do exercício	Abates/Transferências	Valor líquido em 31-dez-2014
		Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Ativos intangíveis							
Sistemas de tratamento automático de dados - Software		999,767	(819,099)	90,840	(96,053)	-	175,455
		999,767	(819,099)	90,840	(96,053)	-	175,455
Ativos intangíveis em curso							
Sistemas de tratamento automático de dados - Software		140,046	-	3,717	-	-	143,763
		140,046	-	3,717	-	-	143,763
		1,139,813	(819,099)	94,557	(96,053)	-	319,219

NOTA 28 - IMPOSTOS ATIVOS E PASSIVOS

A origem dos ativos e passivos por impostos correntes e diferidos pode ser vista no quadro que se segue:

	<u>31/dez/2015</u>		<u>31/dez/2014</u>	
	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>
Impostos Correntes				
IRC a recuperar/pagar dentro de 12 meses	-	39.301	-	33.658
IRC a recuperar/pagar após mais de 12 meses	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>39.301</u>	<u>-</u>	<u>33.658</u>
Impostos diferidos				
Comissões do crédito	72	-	159	-
Títulos disponíveis para venda	125.474	53.615	37.153	74.874
Prejuízos fiscais reportáveis	2.790.076	-	379.464	-
Provisões não aceites fiscalmente	1.502.277	-	1.868.621	-
	<u>4.417.899</u>	<u>53.615</u>	<u>2.285.398</u>	<u>74.874</u>

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Impostos diferidos ativos		
a recuperar dentro de 12 meses	125.474	37.153
a recuperar após mais de 12 meses	4.292.425	2.248.245
	<u>4.417.899</u>	<u>2.285.398</u>
Impostos diferidos passivos		
a pagar dentro de 12 meses	53.615	74.874
a pagar após mais de 12 meses	-	-
	<u>53.615</u>	<u>74.874</u>

NOTA 29 - OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Empréstimo obrigacionista	6.500.000	-
Juros a pagar	128.646	-
	<u>6.628.646</u>	<u>-</u>

Em 22 de dezembro de 2014 foi aprovada em Assembleia Geral de acionistas a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado até ao montante de 7,5 milhões de euros. A emissão ocorreu e foi subscrita, em 30 de janeiro de 2015, no valor total de 6,5 milhões de euros. O Banco é a entidade emitente e o agente pagador.

As características do empréstimo obrigacionista são as seguintes:

Data de emissão	30-jan-15
Data de maturidade	30-jan-23
Reembolso	Integral na data de vencimento
Modalidade de colocação	Oferta particular
Utilização dos proventos da emissão	O produto líquido da emissão será utilizado no financiamento da atividade corrente do emitente, integrando os Fundos Próprios de Nível 2 do emitente
Cláusula de subordinação	Reembolso é assegurado após a satisfação integral de todos os créditos não subordinados
Pagamento de juros	Semestral
Taxa de juro	4,75% (anual)
Admissão à negociação	Não será solicitada a admissão à negociação das obrigações emitidas
Código ISIN	PTBPGBOM001

NOTA 30 – OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

A decomposição da rubrica Outros Ativos encontra-se no quadro que segue:

	<u>31/dez/2015</u>	<u>31/dez/2014</u>
Devedores, outras aplicações e outros ativos		
Disponibilidades sobre residentes	159.191	172.554
Devedores por serviços prestados	488.650	400.950
Devedores diversos	194.656	464.644
Suprimentos em ativos financeiros disponíveis para venda	1.258.800	1.258.800
Devedores por operações sobre futuros (Nota 18)	86.741	13.783
Aplicações diversas	1.852.188	4.472.638
Sector Público e administrativo	86.484	84.480
Devedores - vencidos	473.390	468.427
Rendimentos a receber		
De devedores de outras aplicações	586.514	589.759
Por serviços prestados - Guarda de valores	18.686	14.869
Por serviços prestados - Gestão de activos	15.144	57.252
Despesas com encargo diferido		
Seguros	7.375	4.628
Contratos de manutenção	19.306	20.303
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	-
Outras operações a regularizar	103.831	188.914
Total de outros ativos (bruto)	<u>5.350.956</u>	<u>8.212.001</u>
Imparidade (Nota 24)	(2.197.572)	(838.281)
Total de outros activos (líquido)	<u>3.153.384</u>	<u>7.373.720</u>

A decomposição da rubrica Outros Passivos encontra-se no quadro que segue:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Outros Passivos		
Credores de imobilizado em regime de locação financeira	41,053	89,686
Outros credores	67,067	62,087
Setor público administrativo		
IVA a pagar	9,723	22,648
Retenção na fonte	130,384	162,056
Contribuição para a Segurança Social	38,850	51,989
Cobranças por conta de terceiros	40	220
Outros encargos a pagar		
De recursos alheios	3,802	3,802
De custos administrativos	242,832	278,184
Outros	63,189	123,344
Receitas com rendimento diferido		
Gestão de créditos	3,595	5,285
Garantias prestadas	41,469	33,588
Compromissos irrevogáveis	5,464	3,500
Outras	11,717	12,147
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	52,350	181,147
	<u>711,535</u>	<u>1,029,683</u>

Os suprimentos em ativos financeiros disponíveis para venda foram realizados à Aquapura Hotel Villas & SPA Ceará, SA., entidade em que o Banco detém uma participação de 25% (Nota 19 – Ativos financeiros disponíveis para venda). O banco registou neste exercício perdas por imparidade para a totalidade dos suprimentos.

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 o saldo da rubrica de Aplicações diversas inclui € 1 834 512 e € 4.454.841, respetivamente, relativos à operação de empréstimo de títulos de clientes (Nota 32 – Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados).

Cerca de € 37 452,58 da rubrica de outras operações a regularizar em 31/12/2015 estão associados a um recebimento da Autoridade Fiscal relativo à venda de um ativo no âmbito de um processo de execução movido pelo BPG ao devedor J. Gonçalves, Lda.

NOTA 31 - RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Recursos de Bancos Centrais		
Recursos do Banco de Portugal		
Recursos a curto prazo		
até 3 meses	5.000.000	13.500.000
Recursos a médio e longo prazo		
3 a 4 anos	13.000.000	4.500.000
Juros a pagar	9.507	207.160
	<u>18.009.507</u>	<u>18.207.160</u>

Durante os exercícios de 2015 e de 2014 o Banco tomou fundos junto do Euro Sistema, dando como colateral uma parcela da sua carteira de títulos elegíveis para esse fim (Nota 35 – Contas extrapatrimoniais).

As taxas de juro médias aplicáveis a estes recursos durante os exercícios de 2015 e 2014 foram, respetivamente, de 0,05% e 0,16%.

A grande diferença nos juros a pagar está associada a diferentes maturidades das operações no final de cada ano.

NOTA 32 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O Banco celebrou contratos de empréstimos de obrigações com alguns clientes, no montante global, nominal, de € 1.835.000 e pelo prazo de 12 meses, sendo automaticamente renovado por períodos iguais. Estes empréstimos são remunerados a uma taxa de juro fixa anual calculada sobre o valor nominal dos títulos mutuados. Os juros são pagos semestralmente, ou no *terminus* da vigência do contrato, caso este ocorra em momento anterior.

Decorrente dos contratos celebrados, o Banco reconheceu um ativo e um passivo nas suas demonstrações financeiras:

- o passivo representa a responsabilidade do Banco para com a contraparte (os clientes) de entregar os títulos no final do contrato, tendo sido registado ao justo valor por contrapartida de resultados (o seu justo valor corresponde ao justo valor dos títulos).

- o ativo representa o direito concedido ao Banco de utilizar os títulos, e assim o ativo reconhecido pelo BPG foi um saldo a receber que tem como colateral as obrigações, valorizado ao justo valor por contrapartida de resultados (Nota 30 – Outros ativos e outros passivos).

As comissões, associados a estes passivos são periodificadas com base na remuneração contratada pelo Banco e de acordo com o período correspondente à vida operação, ou seja pelo prazo contratado. As comissões encontram-se registadas em Outros juros e encargos similares (Nota 5 – Margem Financeira).

O valor inscrito nesta rubrica reflete além do valor inicial dos títulos de rendimento, objeto do contrato de empréstimo (€ 1.835.000):

- as variações de justo valor dos títulos de rendimento fixo a entregar no final do contrato, avaliados de acordo com os valores disponíveis no mercado onde são transacionados, sendo os ganhos e as perdas resultantes da alteração de justo valor reconhecidos em outros resultados de exploração no valor de € 478.713 (Nota 11 – Outros resultados de exploração);
- o montante dos juros corridos sobre o valor nominal destes instrumentos, os quais nos termos do contrato são devidos pelo Banco aos clientes, e que se encontram registados em juros e encargos similares no valor de € 78.367 (Nota 5 – Margem financeira).

NOTA 33 - RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Recursos de Instituições de Crédito		
Mercado Monetário Interbancário	9,211,805	9,206,328
Recursos a curto prazo		
até 3 meses	9,200,000	9,200,000
Juros a pagar	11,805	6,328
Depósitos	3,455,993	2,518,840
À ordem	378,387	309,662
A prazo		
até 3 meses	1,150,000	700,000
de 3 meses a 1 ano	1,920,000	1,500,000
Juros a pagar	7,606	9,178
Empréstimos	29,232,196	35,626,618
Recursos a curto prazo		
até 3 meses	12,500,000	24,557,708
de 3 meses a 1 ano	16,575,547	11,000,000
Juros a pagar	156,649	68,910
	<u>41,899,994</u>	<u>47,351,786</u>

As taxas de juro médias aplicáveis a estes recursos durante os exercícios de 2015 e 2014 foram, respetivamente, de 2,456% e 1,929%.

NOTA 34 - RECURSOS DE CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-2015	31-dez-2014
Recursos de residentes		
Depósitos à ordem	4.544.483	2.763.914
Depósitos a prazo		
até 3 meses	36.865.050	9.206.300
3 meses a 2 anos	23.290.682	32.760.500
Juros a pagar	205.627	167.235
Cheques e ordens a pagar	176	14.256
	64.906.018	44.912.206
Recursos de não residentes		
Depósitos à ordem	7.896	3.193
	7.896	3.193
Total Recursos de Clientes	64.913.914	44.915.398

As taxas de juro médias aplicáveis aos recursos captados junto de clientes durante os exercícios de 2015 e 2014 foram, respetivamente, de 2,20 % e 2,36%.

Nos termos da lei, o Fundo de Garantia de Depósitos, tem por finalidade garantir o reembolso dos depósitos constituídos junto das instituições de crédito que nele participam, na eventualidade de estes se tornarem indisponíveis. Nesse âmbito, o Fundo garante o reembolso do valor global dos saldos em dinheiro de cada depositante, juros incluídos dos depósitos abrangidos pela garantia do Fundo, e contados até à data em que se verificar a indisponibilidade dos depósitos, de acordo com determinadas condições, até ao limite máximo de 100 000 euros por depositante e por instituição.

NOTA 35 - CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-2015	31-dez-2014
	12.968.688	10.304.890
Garantias e avales		
Activos dados em garantia		
Penhor de Títulos - "Pool de activos do Sistema Europeu de Bancos Centrais"	23.428.694	23.531.426
AIB 2.75 04/2019		1.050.910
Basf GR 2 12/2022		-
BTPS 0.7 05/20	1.007.710	
BTPS 2.5 12/24	1.629.210	
BTPS 1.35 04/22	1.535.025	
BPI 3.25 01/2015		400.305
BTPS 3 06/2015		505.460
BTPS 2.75 11/2016		-
BTPS 1.5 08/2019		1.536.915
Citigroup 1.375 10/2021		1.526.595
C O 11/19	1.495.545	
C 1.375 10/21	401.260	
CXGD 3.75 01/2018		328.515
DeutscheBank 1.25 09/2021		1.022.980
DB 1.125 03/25	930.140	
EDP Finance BV 3.25 03/2015		150.534
EDP Finance BV 4.875 09/2020		287.453
Elepor 4.125 01/2021		-
Elepor 2.625 01/2022	1.502.700	2.029.620
ELEPOR 4.875 20	280.858	
Enel 0 02/2018		1.080.100
ENIIM 1.5 02/26	956.640	
GE Capital 0 06/2018		1.002.650
Iberdrola Finanzas Sau 4.125 03/2020		-
Iberdrola Finanzas Sau 4.125 03/2023		116.792
Irish Government 4.5 04/2020		-
IRISH 0.8 03/22	1.532.820	
Linde AG 2 04/2023		-
Lufthansa 1.125 09/2019		1.497.630
MEO 1.375 10/21	1.497.450	
PGB 2.875 2025	1.649.120	
PGB 4.75 06/19	568.950	
PGB 3.35 10/2015		4.099.100
PGB 4.20 10/2016	20.672	21.323
PGB 4.35 10/2017	10.750	10.924
PGB 4.45 06/2018	2.936.560	731.808
PGB 4.80 06/2020	579.600	986.025
PGB 3.85 04/2021		1.331.460
PGB 5.65 02/2024	18.601	18.537
PGB 4.10 04/2037		-
Portugal Telecom International Finance 5.625 08/2016		-
Portugal Telecom International Finance 4.625 05/2020		-
RENAUL 0 07/18	1.484.010	
REN 2.5 02/25	1.963.360	
REN PL 6.25 09/2016	30.963	32.454
REN PL 4.125 01/2018	322.500	324.390
Repsol International Finance 2.625 05/2020		-
Royal Bank Scotland 1.625 06/2019		1.019.270
SLOR 2.25 03/22	1.074.250	
SPGB 4 04/2020		-
Telefónica Emisiones Sal 3.961 03/2021		471.304
Tesco 1.375 07/2019		948.473
Vodafone 1 09/2020		999.900
Fundo de Garantia de Depósitos	88.318	88.704
PGB 4.45 06/2018	88.318	88.704
Sistema de Indemnização aos Investidores	22.079	22.176
PGB 4.45 06/2018	22.079	22.176
	23.539.091	23.642.306
Outros Activos		
Depósito a Prazo	50.000	50.000

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Compromissos Perante Terceiros		
Compromissos Irrevogáveis		
Responsabilidades a prazo de contribuição para o Fundo de Garantia de Depósitos	26.775	26.775
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	27.996	27.996
	54.771	54.771
Compromissos revogáveis		
Linhas de Crédito Revogáveis	1.830.840	4.522.831
Compromissos Bancários revogáveis	1.639.721	2.296.386
	3.470.561	6.819.217
	3.525.332	6.873.988
Operações cambiais e instrumentos derivados		
Futuros	6.478.722	517.218
Opções	1.970.000	1.970.000
	8.448.722	2.487.218
Responsabilidade por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	171.347.151	165.720.877
Valores administrados pelo BPG	14.461.789	12.741.797
Activos cedidos em operações de cessão de crédito	6.439.047	6.993.310
Gestão de patrimónios	8.022.742	5.748.487
	185.808.940	178.462.674
Total	221.372.085	211.516.186

Os ativos dados em garantia correspondem (i) ao penhor de títulos, a preços de mercado, elegíveis como garantia, para a “Pool de ativos do Sistema Europeu de Bancos Centrais”, no âmbito da tomada de fundos junto do Banco Central Europeu (BCE), (ii) e para garantia do crédito intra - diário, (iii) aos títulos dados em penhor ao Banco de Portugal, para garantia das responsabilidades para com o Fundo de Garantia de Depósitos e Sistema de Indemnização aos Investidores, (iv) e a um depósito constituído junto de Instituição financeira nacional, como garantia pela representação do Banco na participação da vertente SEPA (*Single Euro Payments Area*), *Credit Transfer Scheme* relativo aos pagamentos transfronteiros em euros.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objetivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efetuadas contribuições anuais regulares. O montante da contribuição anual encontra-se em outros resultados de exploração (Nota 11 – Outros resultados de exploração).

O saldo da rubrica de responsabilidades de contribuição para com o Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) corresponde ao compromisso irrevogável que o Banco assumiu, por força de lei, de entregar àquele Fundo, caso este o solicite, as parcelas não realizadas de contribuições anuais.

O saldo da rubrica de responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores (SII) corresponde à obrigação irrevogável que o Banco assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os compromissos assumidos por terceiros têm a seguinte composição:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Garantias Recebidas		
Garantias e avais - residentes	49.062.549	56.781.677
Fianças	1.700.000	1.700.000
Garantias reais		
Títulos	70.244.648	73.241.909
Valores imobiliários	64.562.405	65.833.464
Depósitos	3.995.000	845.000
Outras cauções	2.694.026	2.094.026
	<u>192.258.628</u>	<u>200.496.076</u>
Compromissos Assumidos por terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	8.500.000	15.747.321
Subscrição de títulos	-	-
	<u>8.500.000</u>	<u>15.747.321</u>
Serviços prestados por terceiros		
Guarda de Valores	62.746.507	53.087.782
	<u>62.746.507</u>	<u>53.087.782</u>
Total	<u><u>263.505.136</u></u>	<u><u>269.331.181</u></u>

O justo valor dos colaterais recebidos em garantia do crédito a clientes é apurado com base no valor de mercado tendo em conta as suas especificidades. No caso dos imóveis recebidos em garantia são feitas avaliações por avaliadores externos.

NOTA 36 - EFECTIVO DE TRABALHADORES

O efetivo de trabalhadores remunerados, distribuído por grandes categorias profissionais, ao serviço do Banco em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, era o seguinte:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Conselho de Administração	2	3
Direção	8	9
Enquadramento	9	7
Secretariado	3	3
Específicas/Técnicas	11	10
Outras Funções	1	1
	<u>34</u>	<u>33</u>

NOTA 37 - CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social do BPG era de € 41 651 915 e estava representado por 9.066.494 ações nominativas sem valor nominal encontrando-se integralmente realizado.

A estrutura acionista do Banco pode ser analisada no quadro que segue:

	Número de ações		%	
	31-dez-2015	31-dez-2014	31-dez-2015	31-dez-2014
Fundação Oriente	7,191,470	5,455,816	79.32%	74.43%
STDP - SGPS	326,356	326,356	3.60%	4.45%
Fundação Stanley Ho	263,894	263,894	2.91%	3.60%
Carlos A.P.V. Monjardino	149,414	149,414	1.65%	2.04%
Outros	1,135,360	1,134,903	12.52%	15.48%
Total	9,066,494	7,330,383	100.00%	100.00%

Conforme aprovado na Assembleia Geral Anual, de 30 de Março de 2011, o capital social foi aumentado pela incorporação do prémio de emissão no valor de € 1.651.915, que se encontrava registado em outras reservas, representativo de um aumento de 330 383 novas ações, cifrando-se nesta data o capital social do Banco em € 36 651 915.

No exercício de 2011 o Banco adquiriu 4 298 ações próprias, resultado de um contrato de dação em pagamento de dívida de terceiros. O valor destas ações encontra-se registado a deduzir ao capital próprio do Banco. Estas ações foram adquiridas ao valor unitário de € 3,50, do que resultou um prémio de emissão pela variação entre o valor nominal e o valor de aquisição no montante de € 6.447, o qual se encontra registado na rubrica de Prémios de emissão.

Em 28 de dezembro de 2015 o Banco procedeu a um novo aumento de capital, através da emissão de 1.736.111 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, passando a ser nesta data o capital social do Banco € 41.651.914,68.

O Banco dispõe de fundos próprios nos montantes e composições indicados nos quadros constantes em infra, os quais são alocados em diferentes proporções às atividades e diversas áreas de negócio desenvolvidas pela Instituição, assegurando a sua continuidade e crescimento.

Os fundos próprios de base do Banco são constituídos pelo somatório do Capital, Prémios de emissão, Outras Reservas e Resultados Transitados (os resultados do exercício em curso só são considerados quando certificados), deduzidos do somatório dos Ativos Intangíveis e dos Impostos Diferidos Ativos que estejam associados a provisões para riscos gerais de crédito, na medida em que estas provisões sejam elegíveis como elemento positivo dos fundos próprios complementares.

Os fundos próprios complementares correspondem ao excesso entre as provisões constituídas para riscos gerais de crédito e as provisões económicas que para essa mesma carteira foram determinadas.

No âmbito da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal - com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional - ficou estabelecido o reforço dos níveis de capitalização do sistema bancário nacional, em linha com a motivação que esteve subjacente à aprovação do Aviso nº 3/2011, de 5 de Abril, nomeadamente a necessidade de reforçar a resiliência do sistema

bancário a choques adversos e de acompanhar os níveis mais exigentes que estão a ser estabelecidos no plano internacional.

Os grupos financeiros sujeitos à supervisão, em base consolidada, do Banco de Portugal e as instituições de crédito em particular, tal como referido nas alíneas *a)* a *c)* do artigo 3.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), sujeitas à supervisão em base individual, não incluídas em nenhum grupo financeiro sujeito à supervisão em base consolidada, estão obrigados a reforçar os seus rácios *core tier 1*, para um valor não inferior a 10%.

Desde março de 2013 os fundos próprios são apurados de acordo com o Regulamento (UE) nº 575/2013, aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, incluem os fundos próprios de nível 1 (*tier 1*) e de nível 2 (*tier 2*).

O *tier 1* compreende os fundos próprios principais de nível 1 (common equity tier 1 – CET1) e os fundos próprios adicionais de nível 1.

Os valores dos fundos próprios e dos requisitos de fundos próprios apurados de acordo com a metodologia da CRD IV/CRR, são os seguintes:

	<u>31/dez/2015</u>
Common Equity Tier 1 Capital	17.892.203
Ativos ponderados pelo risco	86.057.038
CET1 Capital ratio	20,79%
Rácio Fundos Próprios Totais	26,28%

	<u>31-dez-2014</u>
Common Equity Tier 1 Capital	29.106.277
Ativos ponderados pelo risco	111.591.158
CET1 Capital ratio	26,08%
Rácio Fundos Próprios Totais	26,08%

NOTA 38 – RESERVAS DE REAValiaÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Os saldos das contas de reservas e resultados transitados decompõem-se como segue:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida (Nota 19)	(373.106)	96.308
Instrumentos de capital (Nota 19)	53.736	71.337
	<u>(319.370)</u>	<u>167.645</u>
Reservas por impostos diferidos		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de capital (Nota 14)	71.858	(37.720)
	<u>71.858</u>	<u>(37.720)</u>
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	296.359	296.359
Outras reservas (i)	1.622.967	1.622.967
Resultados transitados	(14.748.259)	(7.881.064)
	<u>(12.828.933)</u>	<u>(5.961.738)</u>
	<u>(13.076.446)</u>	<u>(5.831.813)</u>

(i) As Outras reservas incluem uma Reserva indisponível, em conformidade com o Código das Sociedades Comerciais.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

Reserva legal

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002 de 26 de Setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior, transferindo anualmente para esta reserva um montante não inferior a 10% dos lucros líquidos.

Esta reserva só poderá ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

NOTA 39 - TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o montante global dos ativos e passivos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações verificadas com entidades relacionadas, do Grupo Fundação Oriente, e outros acionistas com participação qualificada, apresentam-se como segue:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Ativo		
Crédito a Clientes		
Fundação Stanley Ho	135	136.000
Mundinter - Inter. Mundial Comércio	571.667	719.098
Regis Hóteis	2.813	-
Registur, Lda		-
Soc. das Termas Monchique II	1.499.999	1.499.999
	<u>2.074.614</u>	<u>2.355.097</u>
Juros a receber		
Fundação Stanley Ho	439	1.082
Mundinter - Inter. Mundial Comércio	865	1.111
Soc. das Termas Monchique II	20.806	1.694
	<u>22.110</u>	<u>3.887</u>
Comissões a receber		
Fundação Oriente	3.921	33.558
Fundação Stanley Ho	3.693	4.206
	<u>7.614</u>	<u>37.764</u>
Total de activo	<u>2.104.339</u>	<u>2.396.748</u>

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Passivo		
Recursos de clientes		
Domorient	2.388	99
Fundação Oriente	4.724.335	4.397.897
Fundação Stanley Ho	627.835	449.047
Mundigere, SGPS	111	111
Mundinter - Inter. Mundial Comércio	4.391	1.305
Oriente, SGPS	-	7.313.605
Regis Hóteis	-	16.412
Registur, Lda	225	40.762
Soc. das Termas Monchique II	21.619	766
STDP, SGPS	8.908.057	46.825
	14.288.959	12.266.829
Juros a pagar		
De Recursos de clientes		
Fundação Oriente	7.461	35.406
Fundação Stanley Ho	2.088	6.351
Oriente, SGPS	-	12.942
STDP, SGPS	15.946	-
	25.495	54.699
Passivos financeiros ao justo valor através de Resultados		
Empréstimo de Títulos		
Fundação Oriente	1.589.378	3.305.733
Fundação Stanley Ho	103.070	116.792
	1.692.448	3.422.525
Juros a pagar		
De Passivos financeiros ao justo valor através de Resultados		
Fundação Oriente	29.031	64.114
Fundação Stanley Ho	605	3.918
	29.636	68.032
Outros juros e encargos similares		
De Passivos financeiros ao justo valor através de Resultados		
Empréstimo de Títulos		
Fundação Oriente	5.868	12.733
Fundação Stanley Ho	400	359
	6.268	13.092
Total passivo	16.042.807	15.825.178
	<u>31-dez-2014</u>	<u>31-dez-2014</u>
Extrapatrimoniais		
Garantias Prestadas		
Soc. das Termas Monchique II	157.502	210.003
	157.502	210.003
Compromissos revogáveis		
Fundação Stanley Ho	250.000	114.000
Regis Hóteis	2.187	-
Soc. das Termas Monchique II	1	1
	252.188	114.001
Valores administrados pela Instituição		
Fundação Oriente	4.475.747	2.763.139
Fundação Stanley Ho	997.901	967.570
	5.473.648	3.730.709
Total extrapatrimoniais	5.883.338	4.054.713

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Custos		
Juros e custos equiparados		
De Recursos de clientes		
Fundação Oriente	68.235	88.167
Fundação Stanley Ho	7.706	9.808
Oriente, SGPS	18.827	184.554
Regis Hóteis	-	19
Registur, Lda	5	749
STDP, SGPS	226.916	175
De Passivos Financeiros ao justo valor através de resultados		
Fundação Oriente	20.433	40.487
Fundação Stanley Ho	1.176	2.444
Gastos Gerais Administrativos		
Fundação Oriente	268.205	269.764
Fundação Stanley Ho	-	-
	<u>611.502</u>	<u>596.167</u>
	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Proveitos		
Juros e proveitos equiparados		
Fundação Stanley Ho	10.973	3.011
Mundinter - Inter. Mundial Comércio	40.210	46.315
Regis Hóteis	-	5.338
Registur, Lda	-	6.106
Soc. das Termas Monchique II	77.077	81.291
	<u>128.259</u>	<u>142.061</u>
Outras comissões		
Domorient	120	120
Fundação Oriente	101.891	41.994
Fundação Stanley Ho	17.360	7.143
Mundinter - Inter. Mundial Comércio	1.107	650
Oriente, SGPS	-	2.154
Regis Hóteis	290	45
Registur, Lda	10	60
Soc. das Termas Monchique II	618	2.688
STDP, SGPS	250	540
	<u>121.645</u>	<u>55.394</u>
Total	<u>249.904</u>	<u>197.454</u>

Resumem-se como segue os saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, relativos às transações verificadas com os elementos da Administração e Direção do Banco:

	31-dez-2015	31-dez-2014
Ativo		
Crédito a Clientes		
Direção	229.002	153.354
	229.002	153.354
Juros a receber		
Direção	34	36
	34	36
Comissões a receber		
Administração	12.592	-
	12.592	-
Total de ativo	241.628	153.390
Passivo		
Recursos de clientes		
Administração	790.040	1.057.971
Direção	88.405	81
	878.446	1.058.052
Passivos Financeiros de Negociação através de Resultados		
Empréstimo de Títulos		
Administração	55.153	773.710
	55.153	773.710
Juros a pagar		
De recursos de clientes		
Administração	4.407	2.815
	4.407	2.815
Outros juros e encargos similares		
De Empréstimo de Títulos		
Administração	1.260	18.947
	1.260	18.947
Total passivo	939.266	1.853.523
Extrapatrimoniais		
Valores administrados pela Instituição		
Administração	1.189.161	992.307
	1.189.161	992.307
Total extrapatrimoniais	1.189.161	992.307
	31-dez-2015	31-dez-2014
Custos		
Juros e custos equiparados		
De recursos de clientes		
Administração	14.320	12.708
De Passivos financeiros ao justo valor através de Resultados		
Empréstimo de Títulos		
Administração	-	8.735
	14.320	21.443
Proveitos		
Direção	2.262	2.758
	2.262	2.758
Outras comissões		
Administração	5.452	23.626
Direção	635	-
	6.086	23.626

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o montante global dos ativos e passivos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações verificadas com entidades participadas, nas quais o Banco não exerce quaisquer posições na gestão ou nas tomadas de decisão, resume-se como segue:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Ativo		
Crédito Concedido		
Aquapura Hotel Villas&Spa Ceará Ltda. (a)	4,597,170	1,028,182
J.D.Alvarez, SGPS,SA	187,050	169,214
J.D.Alvarez,SA	4,071,521	-
Novo Banco, S.A.	-	-
Universo Lusófono - Inv. Imobiliários	6,306,711	5,441,055
	<u>15,162,452</u>	<u>6,638,451</u>
Juros a receber		
Aquapura Hotel Villas&Spa Ceará Ltda. (a)	115,744	-
J.D.Alvarez, SGPS,SA	2,198	-
Universo Lusófono - Inv. Imobiliários	-	4,112
	<u>117,942</u>	<u>4,112</u>
Total de ativo	<u>15,280,394</u>	<u>6,642,563</u>
Passivo		
Recursos de Participadas		
J.D.Alvarez, SGPS,SA	1,411	381
Novo Banco, S.A.	136,987	24,161
Universo Lusófono - Inv. Imobiliários	1,789	1,451
	<u>140,187</u>	<u>25,993</u>
Juros a pagar		
Novo Banco, S.A.	-	-
Universo Lusófono - Inv. Imobiliários	15	-
	<u>15</u>	<u>-</u>
Total passivo	<u>140,202</u>	<u>25,993</u>
	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Extrapatrimoniais		
Compromissos revogáveis		
J.D.Alvarez, SGPS,SA	102,950	122,668
Novo Banco, S.A.	-	-
Universo Lusófono - Inv. Imobiliários	-	-
Aquapura Hotel Villas&SPA Ceará Ltda	105,770	-
	<u>102,950</u>	<u>122,668</u>
Total extrapatrimoniais	<u>102,950</u>	<u>122,668</u>

(a) O Banco realizou no segundo semestre de 2011, suprimentos à Aquapura Hotel Villas & Spa Ceará, Ltda, no valor de € 1 258 800.

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Custos		
Juros e custos equiparados		
Novo Banco, S.A.	-	23
Universo Lusófono - Inv. Imobiliários	-	1
	<u>-</u>	<u>23</u>
Proveitos		
Juros e proveitos equiparados		
Aquapura Hotel Villas&Spa Ceará Ltda.	200.992	67.401
J.D.Alvarez, SGPS,SA	9.278	6.309
Novo Banco, S.A.	-	16
Universo Lusófono - Inv. Imobiliários	158.066	190.982
	<u>368.335</u>	<u>264.708</u>
Outras comissões		
Aquapura Hotel Villas&Spa Ceará Ltda.	100	60
J.D.Alvarez, SGPS,SA	105	15
Novo Banco, S.A.	3.385	1.995
Universo Lusófono - Inv. Imobiliários	47	45
	<u>3.637</u>	<u>2.115</u>

NOTA 40 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui, de acordo com a política definida na Nota 2.15, as seguintes componentes:

	<u>31-dez-2015</u>	<u>31-dez-2014</u>
Caixa	21,403	17,068
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	14,308,256	480,185
Disponibilidades sobre instituições de crédito	14,135,548	7,247,047
MMI	-	-
	<u>28,465,207</u>	<u>7,744,300</u>

NOTA 41 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas do Banco são consolidadas pela Fundação Oriente, através do método da equivalência patrimonial.

As contas desta Instituição podem ser obtidas diretamente na sua Sede situada no Edifício Pedro Álvares Cabral - Doca de Alcântara Norte - 1350-352 Lisboa.

NOTA 42 – PASSIVOS CONTINGENTES

No âmbito das suas atividades o Banco tem em curso um processo judicial colocado por um ex-cliente, por factos ocorridos em 2006, e cujo montante máximo reclamado ascende a cerca de € 330 milhares, adicionado dos juros de mora a serem aplicados desde a data de entrada em juízo.

É convicção da Administração que os argumentos apresentados no âmbito da defesa deste processo são suficientemente sólidos para permitirem um desfecho favorável para o Banco.

Fundo de Resolução

a) O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) e pelo seu regulamento e que tem como objetivo intervir financeiramente em instituições financeiras em dificuldades, aplicando as medidas determinadas pelo Banco de Portugal. Neste contexto, e em conformidade com o definido no RGICSF, as fontes de financiamento do Fundo de Resolução são:

- a. Receitas provenientes da contribuição para o setor bancário;
- b. Contribuições iniciais das instituições participantes;
- c. Contribuições periódicas das instituições participantes;
- d. Importâncias provenientes de empréstimos;
- e. Rendimentos de aplicações de recursos;
- f. Liberalidades; e
- g. Quaisquer outras receitas, rendimentos ou valores que provenham da sua atividade ou que por lei ou contrato lhe sejam atribuídos, incluindo os montantes recebidos da instituição de crédito objeto de resolução ou da instituição de transição.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos passivos. Em 2015 a contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a 13 milhares de euros, tendo por base uma taxa contributiva de 0,012%.

b) No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do setor financeiro português, o Banco de Portugal em 3 de agosto de 2014 decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do nº5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4.900 milhões de euros. Desse montante 377 milhões de euros correspondem a recursos financeiros próprios do Fundo de Resolução. Adicionalmente, foi concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de

Resolução de 700 milhões de euros, tendo a participação de cada instituição de crédito sido ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O Banco não participou neste empréstimo. O restante montante, 3.823 milhões de euros, necessário ao financiamento da medida de resolução adotada, teve origem num empréstimo concedido pelo Estado Português, o qual será reembolsado e remunerado pelo Fundo de Resolução. Os fundos que venham a ser gerados com a venda do Novo Banco serão integralmente afetados ao Fundo de Resolução.

c) Recentemente, em 29 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade pelas obrigações não subordinadas por este emitidas, com valor nominal de aproximadamente 2 mil milhões de euros, e que foram destinadas a investidores institucionais, e procedeu ao ajustamento final do perímetro de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão transferidos para o Novo Banco, do qual se destaca:

- i) a clarificação de que não foram transferidas para o Novo Banco quaisquer responsabilidades que fossem contingentes ou desconhecidas na data da aplicação da medida de resolução ao BES;
- ii) a retransmissão para o BES da participação na sociedade BES Finance, que é necessária para assegurar o pleno cumprimento e execução da medida de resolução no que respeita à não transferência para o Novo Banco de instrumentos de dívida subordinada emitidos pelo BES; e
- iii) a clarificação de que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, por via compensatória junto do Novo Banco, os eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências.

d) Ainda durante o mês de dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos ativos e passivos associados à atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) ao Banco Santander Totta, por 150 milhões de euros, no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público estimado de 2.255 milhões de euros que visou cobrir contingências futuras, financiados em 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e em 1.766 milhões de euros diretamente pelo Estado português, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos a alienar. No contexto desta medida de resolução, os ativos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de 746 milhões de euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português. No Banif, que será alvo de futura liquidação, permaneceram um conjunto restrito de ativos, bem como as posições acionistas, dos credores subordinados e de partes relacionadas.

e) Decorrente das deliberações referidas acima, o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução é significativo.

Até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração não dispôs de informação que lhe permitisse estimar com razoável fiabilidade se, na sequência do processo em curso de alienação do Novo Banco, do desfecho de ações judiciais em curso e de outras eventuais responsabilidades que possam ainda resultar da recente medida de resolução aplicada ao Banif, irá resultar uma eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução e, nesse caso, a forma como a mesma será financiada.

Nas circunstâncias, a esta data não é possível avaliar o eventual impacto destas situações nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que eventuais custos a suportar pelo Banco dependem das condições

em que se verificar o desenvolvimento das matérias referidas acima e das determinações que venham a ser emanadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

NOTA 43 – EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Em conformidade com o artigo 2º do Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, datado de 7 de dezembro, a partir de 1 de janeiro de 2016 as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas, a exemplo do que já era anteriormente requerido para as demonstrações financeiras em base consolidada, quando aplicável.

A Administração do Banco considera que a aplicação das NIC em 1 de janeiro de 2016 às suas demonstrações financeiras em base individual não irá originar impactos significativos.

14. RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Nos termos do artº 70º do Código das Sociedades Comerciais, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, deve ser apresentado e divulgado, em separado ou como parte integrante do Relatório de Gestão, um relatório sobre a estrutura e práticas do governo societário.

Permanecem válidas e pertinentes as observações prévias produzidas no ano transato em documento com finalidade semelhante e que aqui se deixam reproduzidas como segue:

- “Em primeiro lugar, o cumprimento das Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, tal como adotadas na União Europeia, com as exceções previstas nos Avisos nº1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal, a que o Banco adere, determina a necessidade de prestação de diversa e volumosa informação relevante para caracterização da estrutura e práticas do governo societário, a qual se encontra incorporada no Relatório de Gestão e respetivo Anexo às Demonstrações Financeiras, obedecendo à organização e sistematização que essas Normas recomendam;
- Em segundo lugar, dado que o Banco não é emitente de valores mobiliários admitidos em mercados regulamentares, não lhe é aplicável a disciplina imposta pela Instrução nº 1/2010 da CMVM, designadamente em matéria de informação sobre o governo societário.”

É, pois, em complemento e como enquadramento global da informação divulgada no presente Relatório de Gestão, que são prestadas as seguintes informações adicionais:

- Os Órgãos Sociais do Banco são eleitos em Assembleia-Geral de Acionistas para um mandato com um período de quatro anos.
- O mandato em curso foi iniciado em 2012, terminando em 31/12/2015.
- Cabe ao Conselho de Administração, que atualmente é constituído por seis membros, incluindo um Presidente e um Vice-Presidente, a responsabilidade pela gestão da Sociedade.
- O Conselho de Administração pode delegar competências que lhe estão estatutariamente atribuídas numa Comissão Executiva, constituída por um número de membros do Conselho de Administração não inferior a três.
- Por deliberação do Conselho de Administração de 9 de Julho de 2015, os pelouros estão atribuídos aos seguintes Administradores:
 - Luís Miguel Nunes Barbosa, Vogal;
 - Paulo Jorge Santos Azenhas, Vogal.

- Conforme Regulamentos aprovados pelo Conselho de Administração, encontram-se instituídos Conselhos ou Comitês especializados (Conselho de Crédito, Comissão de Crédito, Comité de Investimento, Comité de Organização e Gestão do Risco), aos quais foram delegadas competências específicas em diferentes áreas, sendo coordenados e participados por membros do Conselho de Administração.

- A fiscalização da Sociedade é exercida pelo Órgão de Fiscalização, integrado pelo Conselho Fiscal, constituído por um Presidente e dois Vogais, e pelo Revisor Oficial de Contas.

- O Banco dispõe de um Regulamento Interno e de um Código de Conduta aos quais se vinculam todos os colaboradores e nos quais se encontram plasmados princípios e normas de comportamento indutores de práticas profissionais consistentes com os elevados valores prosseguidos pela Instituição.

- Os órgãos de gestão (e de fiscalização, onde aplicável) recebem regularmente a informação elaborada e produzida pelas unidades que integram o Sistema de Controlo Interno (Auditoria Interna, *Compliance*, Gestão de Riscos), no âmbito das respetivas competências e funções atribuídas.

- Nos termos dos Estatutos do Banco, a Assembleia-Geral de Acionistas elegeu uma Comissão de Remunerações constituída por um Presidente e dois Vogais, à qual compete estabelecer as políticas de remunerações aos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização e deliberar sobre os montantes a processar a esses membros.

Em cumprimento dos normativos legais aplicáveis e com referência ao exercício de 2015, a Comissão de Remunerações aprovou uma Declaração que, conforme o disposto na Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, a seguir se reproduz:

DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E PARECER FUNDAMENTADO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Declaração sobre política de remuneração e parecer fundamentado da Comissão de Remunerações

1. O Artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, determina que “O órgão de administração ou a comissão de remuneração, caso exista, das entidades de interesse público, enumeradas no Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20 de Novembro, que cria o Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria, submetem, anualmente, a aprovação da assembleia geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização” (sublinhado aditado).
2. Quanto ao conteúdo da declaração, estabelece o n.º 3 do mesmo artigo que “A declaração prevista no n.º 1 contém, designadamente, informação relativa:

- a) Aos mecanismos que permitam o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade;
 - b) Aos critérios de definição da componente variável da remuneração;
 - c) À existência de planos de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações por parte de membros dos órgãos de administração e de fiscalização;
 - d) À possibilidade de o pagamento da componente variável da remuneração, se existir, ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato;
 - e) Aos mecanismos de limitação da componente variável no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.
3. Os n.ºs 1 e 2 do artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 pormenorizam e desenvolvem o conteúdo da declaração sobre política de remuneração.
4. Por seu turno, o n.º 7 do artigo 7.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 determina que “A comissão de remunerações deve informar anualmente a assembleia geral sobre o exercício das suas funções, incluindo o envio de um parecer fundamentado sobre a adequação da política de remuneração e de eventuais alterações à mesma que considere necessárias, e deve estar presente nas assembleias gerais em que a política de remuneração conste da ordem do dia, bem como prestar a informação que lhe for solicitada pela assembleia geral” (sublinhado aditado).
5. A Comissão de Remunerações encontra-se prevista no artº 10º dos Estatutos do Banco Português de Gestão e integra, na sua composição atual, após eleição efetuada pela Assembleia Geral de Acionistas, Vitalino José Ferreira Prova Canas, Presidente, Manuel dos Santos Almeida, Vogal e José Manuel Faria Ribeiro, Vogal, com mandatos iniciados em 2012 e a terminar em 2016.
6. A presente composição da Comissão de Remunerações não se encontra conforme com as disposições constantes dos números 25 e 26 do ponto XI do Anexo ao Decreto-Lei nº 104/2007, de 3 de Abril, na redação introduzida pelo Decreto-Lei nº 88/2011, de 20 de Julho, sendo certo igualmente que o Banco Português de Gestão, por ficar aquém dos requisitos mínimos estabelecidos no Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, não se encontra obrigado a criar uma Comissão de Remunerações, nos termos e para os efeitos previstos naquele normativo.
7. Tal não é impeditivo a que esta Comissão de Remunerações se pronuncie, no âmbito das suas competências estatutárias, sobre a política de remuneração, aí se incluindo diversas matérias contempladas pelo Decreto-Lei nº 104/2007 e demais diplomas relacionados, dado entender que as mesmas são relevantes para a cabal informação a prestar à Assembleia Geral, conforme previsto no já citado dispositivo da Lei nº 28/2009.

Visto o que a Comissão de Remunerações emite a seguinte **Declaração sobre Política de Remunerações** e o seguinte **Parecer Fundamentado**:

I. Declaração sobre Política de Remuneração

1. A política de remunerações em vigor foi definida por esta Comissão, nos termos do n.º 26 do ponto XI do anexo ao Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, na redação dada pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 88/2011, bem como do n.º 4, alínea a), do art.º 7.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, sem recurso a consultores externos (v. Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 1, a). A política de remunerações vigente (v. anexo à ata número três) foi aplicada em 2015 e manter-se-á sem alterações em 2016.

2. Entende a Comissão de Remunerações que estão salvaguardados os objetivos de alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração, designadamente os que exercem funções executivas, com os interesses de longo prazo do Banco, desincentivando uma assunção excessiva de riscos (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 1, a).

3. Especial relevo foi atribuído ao tema das remunerações variáveis, visto o disposto no artigo 8.º, n.º 1, do referido Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, o qual determina que “a remuneração dos membros executivos do órgão da administração deve integrar uma componente variável, com a fixação de um limite máximo, cuja determinação dependa de uma avaliação do desempenho, realizada pelos órgãos competentes da instituição, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos clientes e dos investidores, a sua sustentabilidade a longo prazo e a extensão dos riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição”.

4. A esse respeito, está prevista, no caso de algumas áreas de negócio essenciais para a formação de resultados do Banco, a possibilidade de atribuição de uma remuneração variável, a qual é calibrada pela análise dos resultados globais da Instituição, históricos e previsionais. Por outro lado, o desiderato do desincentivo à assunção excessiva de riscos aconselha o diferimento do pagamento de remunerações variáveis ao longo de três exercícios após aquele a que respeita a remuneração variável e a definição de critérios objetivos utilizados na avaliação do desempenho.

5. Do mesmo modo, tem-se presente o artigo 9.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, sobre as remunerações dos membros dos órgãos de fiscalização.

6. A Comissão de Remunerações é o órgão responsável pela avaliação a que se refere a alínea d) do ponto 24 do Anexo ao Decreto-lei nº 104/2007, de 3 de Abril, podendo recorrer, para o efeito, às informações e pareceres elaborados pelos titulares das funções de controlo da Instituição, às informações de gestão e demais elementos de informação que para o efeito considere apropriados, designadamente o Plano Plurianual

de Negócios (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 14.º e alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 16.º).

7. Em 2015 o Banco não atribuiu nem pagou qualquer remuneração variável, não se registando nenhuma responsabilidade pendente.

8. Por força das condições do negócio e do mercado, bem como dos critérios definidos por esta Comissão, o Banco não deverá atribuir remunerações variáveis referentes ao exercício de 2015.

9. Face à não atribuição de remunerações variáveis, de acordo com o número precedente, considera-se prejudicada a informação requerida pelas alíneas b) a g) do n.º 2 do artigo 16.º do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal.

10. Não são atribuídas quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros ou pagamento de prémios anuais ou quaisquer outros benefícios não pecuniários, com exceção do referido no ponto 15 *infra* (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 16.º).

11. Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a ex-membros executivos do órgão de administração pela cessação de funções nesses cargos (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 2, alínea j)).

12. A indemnização a pagar por destituição de membros de órgão estatutário sem justa causa, é calculada nos termos da lei geral, designadamente do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais. Consequentemente, a destituição assim configurada poderá dar lugar ao pagamento de indemnização pelos danos sofridos, seja nos termos previstos no contrato ou nos termos gerais de direito. De uma forma ou de outra a indemnização não poderá nunca exceder o montante das remunerações que o membro presumivelmente receberia até ao final do período para que foi eleito (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 2, alínea k) e artigo 10.º do mesmo Aviso).

13. O Banco não dispõe de uma relação de domínio em relação a quaisquer outras sociedades, inexistindo assim pagamentos de remunerações devidas pelo Banco feitos por estas a membros do órgão de gestão (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 2, alínea l)).

14. Os membros do órgão de gestão não beneficiam de regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada que sejam suportados pelo Banco (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 2, alínea m)).

15. Não são atribuídos benefícios não pecuniários aos membros do órgão de gestão, para além do seguro de grupo de saúde e do seguro de vida de que beneficia, em igualdade de circunstâncias, a generalidade dos colaboradores do Banco (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 2, alínea n)).

16. A Comissão de Remunerações não tem conhecimento de qualquer recurso por esses membros a seguros de remuneração ou de responsabilidade ou quaisquer outros

mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 2, alínea o)).

II. Parecer Fundamentado

Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do Artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Remunerações é de parecer que a política de remuneração em vigor é adequada. As alterações que considerou necessárias, designadamente no que toca às remunerações variáveis, foram por si aprovadas em Agosto de 2012. A política de remuneração não deve merecer alterações no atual momento do Banco, tendo particularmente em conta o contexto económico e financeiro em que ele se situa, pelo que não se justifica qualquer alteração significativa, sendo conveniente manter estabilidade neste domínio.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 2016

15. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Português de Gestão, SA (“Banco”) relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade do Banco e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, tendo exercido as nossas competências em conformidade com o estabelecido no Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais.

3 Acompanhamos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda e apreciamos a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas explicativas permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspetos mais significativos; e
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

7 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

Lisboa, 23 de março de 2016

O Presidente do Conselho Fiscal



Henrique Carlos de Medina Carreira

O Vogal



Carlos Reinaldo Pinheiro da Silva

O Vogal



Manuel Augusto Lopes de Lemos

16. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras do Banco Português de Gestão, SA ("o Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 153.662.334 euros e um total de capital próprio de 18.965.453 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 9.597.762 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor, tal como adotadas na União Europeia, com as exceções previstas nos Avisos nº1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Opinião

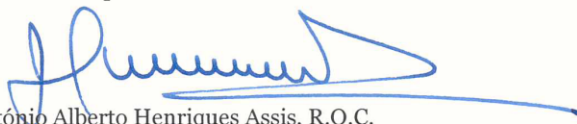
7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Português de Gestão, SA em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

23 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.